



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Levi Yoriyaz

**O imperialismo inglês na
representação de *Nihon* em *The
Story of Japan*, de David Murray**

São Paulo

2022

Levi Yoriyaz

O imperialismo inglês na representação de *Nihon* em *The Story of Japan*, de David Murray

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História, na Área de História Cultural.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Raquel Gryszczenko Alves Gomes

Este trabalho corresponde à versão final da dissertação defendida pelo aluno Levi Yoriyaz, e orientada pela Prof(a). Dr(a). Raquel Gryszczenko Alves Gomes no dia 15/07/2022.

SÃO PAULO

2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Yoriyaz, Levi, 1993-
Y821i O imperialismo inglês na representação de Nihon em The Story of Japan,
de David Murray / Levi Yoriyaz. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Raquel Gryszczenko Alves Gomes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Murray, David, 1830-1905 - The story of Japan. 2. Imperialismo. 3. Japão
- História - Período Meiji, 1868-1912. I. Gomes, Raquel Gryszczenko Alves,
1983-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The english imperialism in representing Nihon in The Story of
Nations of David Murray

Palavras-chave em inglês:

Murray, David, 1830-1905 - The story of Japan
Imperialism

Japan - History - Meiji period, 1868-1912

Área de concentração: História Cultural

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Raquel Gryszczenko Alves Gomes [Orientador]

Izabel Andrade Marson

Gustavo José de Toledo Pedroso

Data de defesa: 15-07-2022

Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-7431-7746>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5526528700450072>

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos(as), em sessão pública realizada em 15 de julho de 2022, considerou o(a) candidato(a) Levi Yoriyaz aprovado(a).

Prof(a). Dr(a). Raquel Gryszczenko Alves Gomes – conforme consta na ata

Prof(a). Dr(a). Izabel Andrade Marson – conforme consta na ata

Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso – conforme consta na ata

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a minha orientadora prof (a). Raquel Gryszczenko Alves Gomes pela paciência e carinho em apontar leituras e perspectivas para o enriquecimento deste trabalho.

Aos professores Thiago Lima Nicodemo e Izabel Andrade Marson pelos apontamentos, sugestões e orientações que contribuíram para corrigir e expandir horizontes a respeito deste estudo.

Também gostaria de agradecer a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço a minha família pelo suporte e carinho, assim como o encorajamento e conversas de amigos, Bruno Tomazela Pasquali, Carlos Eduardo Carreira, e Gustavo Garcia Toniato que compartilharam e caminharam comigo no decorrer da minha trajetória acadêmica.

Por fim, agradeço as revisoras, Marina G. Nascimento, Ana J. Gaiani Santis, Fernanda T. Ornelas, que auxiliaram para o melhoramento da estrutura deste estudo.

Resumo

Este estudo buscou analisar as narrativas e interpretações orientalistas inglesas a respeito do Japão no período da Era Meiji (1868-1912). O trabalho tomou como referência a obra *The Story of Japan* (1891), de David Murray (1830-1905), a qual foi estudada em diálogo com os registros da instituição de estudos japoneses *Asiatic Society of Japan*, que se fez presente no final do século XIX. Procurou-se problematizar, por meio da obra de David Murray, como os estudos orientalistas geram uma narrativa de sobreposição cultural às culturas asiáticas.

Palavras-chave: David Murray – The story of Japan – Imperialismo – Japão – História – Período Meiji

Abstract

This study sought to analyze the English Orientalist narratives and interpretations of Japan during the Meiji Era (1868-1912). The work took as reference the work, *The Story of Japan* (1891) by David Murray (1830-1905), which was studied in dialogue with the records of the institution of Japanese studies, Asiatic Society of Japan, which was present at the end of the XIX century. We sought to problematize, through David Murray's work, how Orientalist studies generate a narrative of cultural superimposition to Asian cultures.

Keywords: David Murray – The story of Japan – Imperialism – Japan – History – Meiji period

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Catálogo de volume da série *The Story of Nations* de 1894.....69

Figura 2 – Catálogo de volumes da série *The Story of Nations* de 1905.....70

Lista de Abreviaturas e Siglas

ASJ – Asiatic Society of Japan

AOS – American Oriental Society

DMG – Deutsche Morgenlandische Gesellschaft

RAS – Royal Asiatic Society

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – JAPÃO: UMA IMAGEM MULTIFACETADA DO OCIDENTE	19
1.1 Imagens e impressões do Japão antes e depois da abertura dos portos de 1854	22
1.1.1 Japonismos: Nihon imaginado nas artes e nas óperas	30
1.1.2 Literatura de viagens	35
1.1.2.1 Lafcadio Hearn: A busca do exótico e da essência japonesa	37
1.1.2.2. Manuel de Oliveira Lima: 'Japão' imaginado por uma perspectiva brasileira	40
1.2 O Japão, o Oriente e o Ocidente sob uma perspectiva nipônica	43
1.2.1 A segregação de Nihon com o Oriente: da China como chugoku para shina	45
1.2.2 Toyo: o Oriente nipônico	50
CAPÍTULO II – <i>THE STORY OF JAPAN</i>: UMA DEFINIÇÃO DE JAPÃO EM FORMA DE HISTÓRIA NACIONAL	59
2.1 Trajetória de David Murray e a introdução à escrita de <i>Story of Japan</i>	60
2.2 Sobre a série <i>The Story of Nations</i>	66
2.3 A estrutura de <i>The Story of Japan</i>, de David Murray	71
2.4 Uma breve consideração sobre o conceito de <i>nação</i> I	78
2.4.1 Otto Bauer: a nação como um “espírito” de uma comunidade	78
2.4.2 Ernest Gellner: a sociedade agro-literário e a industrial	80
2.4.3 John Breuilly: narrativas nacionais e as suas estruturas	82
2.4.4 Eric Hobsbawm: nação como personificação do povo e seus critérios	83
2.4.5 Benedict Anderson: nação como produto da imprensa	85
2.4.6 Pharta Chatterjee e Dipesh Chakrabarty: modernidade e civilização imaginadas por quem?	87
2.5 Uma breve consideração sobre o conceito de <i>nação</i> II	89
2.5.1 Herder (1744-1803): nação e história universal	89
2.5.2 Comte (1798-1857): nação como integrante da física social	91
2.5.3 Buckle (1821-1862): nação como produto das leis naturais e sociais	93
2.6 <i>The Story of Japan</i>: das origens do povo japonês à consolidação do Estado japonês	95

2.6.1 The Story of Japan, capítulos I e II: a definição de “Japão” e a sua inserção na história europeia	95
2.6.2 The Story of Japan, capítulo III: interpretações sobre origens e mitos	104
2.6.3 The Story of Japan, capítulos IV e V: emprego e conceituações de tempo e modelo de sociedade	107
2.7 “Zona de contato”: as experiências do observador externo e produção de discurso colonizador	114
 CAPÍTULO III – ASIATIC SOCIETY OF JAPAN: O ORIENTALISMO INSTITUCIONAL NO JAPÃO	 122
3.1 Sociedades orientalistas	1233
3.2. Orientalismos e imperialismos no Japão inglês	125
3.3. Características da organização e dos estudos da Asiatic Society of Japan	129
3.3.1. Tradução da história japonesa ao modelo ocidental	140
3.4. Interações da Asiatic Society of Japan no Japão moderno	143
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 159
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 166

Introdução

As discussões a respeito da temática do Japão moderno no século XIX são permeadas por estudos realizados por intelectuais ocidentais e japoneses que, em grande medida, se debruçaram na análise sobre movimentos como “*modernismo*”, “*modernização*”, “*ocidentalização*”, “*industrialização*” e “*civilização*” manifestados no recorte da Era Meiji (1868-1912). As fontes materiais para estudar a temática são vastas, de modo que elas abarcam desde referências literárias até obras artísticas em formato de xilogravuras, e todas elas nos apontam vislumbres e permitem realizar reflexões a respeito do fenômeno do “*moderno*” no Japão.

Assim, podemos mencionar nomes como Natsume Soseki (1867-1916), Fukuzawa Yukichi (1835-1901), Katsushika Hokusai (1760-1849), Okakura Kakuzo (1863-1913), Mori Arinori (1847-1889) e Akutagawa Ryunosuke (1892-1927), todos referências que expressam, dentro de seus trabalhos e em suas trajetórias de vida, seus pareceres a respeito da modernização japonesa em diversos âmbitos, por exemplo: no âmbito da literatura, como no caso de Soseki e Akutagawa; na arte da xilografia, como em Hokusai; nas discussões sobre a cerimônia de chá, *chanoyu*, de Okakura; ou, ainda, nas propostas de adaptação dos sistemas de educação e modelos de instituições nacionais europeias e norte-americanas pelos órgãos do governo japonês, via Arinori e Fukuzawa.

Dessa forma, este trabalho busca analisar o discurso da “história nacional japonesa” presente na fonte literária *The Story of Japan*, de 1891, que faz parte de uma série de narrativas históricas denominada *The Story of Nations*, sobre nações que tiveram visibilidade na sociedade europeia. O autor da obra analisada é David Murray (1830-1905), que foi representante do governo norte-americano, atuando no Departamento Imperial de Educação Japonês em Tóquio como superintendente das relações educacionais, conselheiro do ministro imperial da Educação japonês, Tanaka Fujimaro, de 1873 a 1879, e presidente da comunidade de estudos japoneses *Asiatic Society of Japan* no período de 1878 a 1879.

O objeto principal desta pesquisa se volta para a reflexão sobre como as ideias modernas ocidentais, que ainda se encontram no processo de desenvolvimento e discussão no decorrer do século XIX, como “civilização”, “identidade”, “Estado” e

“sociedade”, se manifestam na obra de David Murray, de modo que se tem uma narrativa que cria imagens de um Japão que, no fundo, reproduz percepções sobre a sociedade japonesa que sofre transformações de modernização segundo uma descrição e olhar ocidentalizado. Isso quer dizer que o Japão narrado em *The Story of Japan* não representa a história da comunidade japonesa ou sua cultura, mas sim a formação da estrutura de nação no Japão, ou seja, nada mais do que a introdução de uma base estrangeira que cria uma organização de sociedade nova para a comunidade local.

Com isso, este trabalho pretende desenvolver uma análise que busca problematizar as leituras sobre o Japão como um produto “moderno” ocidental no Oriente durante o século XIX e, ao mesmo tempo, evitar definir a modernização japonesa como uma particularidade ou um fenômeno moderno que escapa dos padrões europeus. Essas perspectivas, as suas formas de narrativas e interpretações a respeito de como se deram essas grandes transformações modernas têm tomado forma no Japão e foram recorrentes entre o final da década de 1940 e 1960, quando foi formalizada uma perspectiva sobre a modernização do Japão como um caso particular, um fenômeno específico e exclusivo, por meio da argumentação de que esse processo foge das etapas históricas de formação nacional tidas na Europa, as quais eram consideradas como o modelo a ser seguido¹. Essa abordagem advém de um olhar norte-americano e europeu que marca um posicionamento em que os processos de modernização, avanço científico e ideias como “civilização” e “progresso” foram frutos particulares da cultura europeia. Como exemplos desse perfil de estudo, destacam-se trabalhos como o de Ruth Benedict, em *O Crisântemo e a Espada*, de 1946. Na obra, a autora realiza uma investigação antropológica sobre a cultura japonesa e a associa com a noção de identidade nacional, pontuando a relação do imperador — chefe de Estado e figura divina — com o povo japonês, que enxerga a figura imperial como uma referência paterna e soberana. Nessa discussão, Benedict desdobra temas como honra, submissão e disciplina, com o objetivo de compreender como se estrutura o nacionalismo e a devoção à pátria no contexto japonês.

É importante levar em conta a circunstância em que se passa a discussão de Ruth Benedict, o período em que Japão e Estados Unidos se encontram em situação de guerra. Mas os pontos que podem ser retirados nos estudos de Benedict seriam a questão de a

¹ BELLAH, Robert N. **Imagining Japan**: the Japanese tradition and its modern interpretation. Los Angeles/London: University of California Press, 2003. p. 1, 2.

nação japonesa apresentar peculiaridades que a distinguem da cultura ocidental, o que, para a autora, permite afirmar que o nacionalismo japonês apresenta bases de “nação”, “civilização” e “identidade” que são próprias e até mesmo estranhas aos moldes ocidentais. Outro exemplo são os artigos de Seymour Lipset em *Pacific Divide: American exceptionalism – Japanese uniqueness*, de 1993. Lipset foi um sociólogo norte-americano que comparou o desenvolvimento econômico americano com o japonês, alegando que há, nos países, dois modelos de capitalismo distintos, em virtude das diferenças culturais. Nessa discussão, é atribuída a qualidade de “excepcionalismo” como um aspecto que foge do padrão de desenvolvimento nacional e de progresso econômico, isto é, o que deixa de seguir as etapas de modos de produção, por exemplo, a passagem de uma gestão feudal para uma moderna; ou de uma gestão de um Estado movido por privilégios para uma que contempla o exercício de direitos e equidade entre cidadãos. Dessa forma, Lipset enxerga que o processo de modernização japonesa e americana foi realizado de maneira rápida devido às suas disposições culturais e sociais, que são elementos natos que condicionaram as duas sociedades a desenvolverem uma comunidade moderna, sem necessitar das etapas que as nações europeias tiveram que percorrer.

As correntes de pensamento, tanto de Ruth Benedict quanto de Lipset, pressuporiam uma “norma” de que os países não ocidentais estão condicionados a fazer parte de uma narrativa imperialista como integrantes de um processo fatal e inevitável. Assim, tais países se submeteriam às nações industriais sem considerar suas nuances históricas e particularidades temporais e locais².

Essa linha de raciocínio intensificou a ideia de considerar o Japão como um país *excepcional*, com a questão da recuperação econômica em curto prazo nos anos de 1955 a 1961, logo depois da derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial e da destruição das cidades de Hiroshima e Nagasaki, em 1945. A rápida recuperação levou muitos intelectuais a questionarem como se deu esse processo de reerguimento, como foi o caso Maruyama Masao e Takeuchi Yoshimi.

² PIRES, Ricardo Sorgon. **O Nihonjiron e o mito do excepcionalismo japonês (1950-1980)**. ICSJ dos Campos, p. 1.675.

Maruyama Masao³ (1914-1996) desenvolveu um estudo sobre a história do pensamento político japonês em *Studies in the intellectual history of Tokugawa Japan*, de 1974. Na obra, o autor estabelece uma discussão de que a cultura japonesa possuía atributos intrínsecos de criação ou a capacidade de invenção⁴. Essa característica é importante para Maruyama, pois o ideal de invenção, do japonês *sakui* (作意), consiste no sentido de ter a habilidade de desenvolver inovações e superar limites estabelecidos pela natureza por meio da tecnologia. Logo, segundo Maruyama, o Japão teria o potencial natural de receber e compreender a concepção de modernidade ocidental, o que explicaria a industrialização japonesa na era Meiji, no XIX, ter sido implementada sem muita dificuldade. Além disso, o argumento que também é colocado para destacar a cultura japonesa e sua autenticidade seria o da homogeneidade, devido às políticas isolacionistas que foram sendo adotadas ao longo da história japonesa, bem como o seu processo de nacionalismo, que permitiu estabelecer distanciamentos com as nações vizinhas.

Takeuchi Yoshimi⁵ (1910-1977), no entanto, apontava aspectos negativos sobre a tradição cultural japonesa. Na sua obra *O que é a Modernidade?*, de 1948, discute que a modernidade no Japão não se destaca apenas na sua relação direta com o Ocidente. Yoshimi problematiza a questão de que a concepção de *moderno* é uma criação exclusiva do pensamento europeu e de que o governo japonês apenas assimilou esses modelos⁶. Argumenta que, para o Japão ter adquirido a capacidade de executar projetos de modernização em sua sociedade, foi necessária a adoção do modelo social chinês, via noções do confucionismo. Nesse sentido, para Yoshimi, a filosofia e a moralidade chinesas possibilitaram condições para que o Japão pudesse receber a modernidade europeia. O argumento que fundamenta essa ideia é o destaque de que o código moral

³ Maruyama Masao foi um cientista político durante a era Taisho (1912-1926). Seu argumento consistia na busca de elementos e características, dentro da cultura japonesa, que provassem a presença da “razão humana” e da capacidade “inventiva” segundo os critérios filosóficos ocidentais, de maneira que Maruyama pudesse afirmar que a “raça japonesa” também possui atributos para desenvolver uma sociedade moderna, assim como os europeus. Nesse sentido, Maruyama discute esses pontos nas obras *Thought and Behaviour in Japanese Modern Politics*, de 1963, e *Studies in the intellectual history of Tokugawa Japan*, de 1974.

⁴ ODA, Ernani. Interpretações da “Cultura Japonesa” e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, fev. 2011. p. 107.

⁵ Takeuchi Yoshimi foi um sinólogo, especialista em cultura e literatura moderna chinesa do início do século XX. Seus estudos giram em torno da questão de que a China foi um importante mediador para a formação do Japão como uma nação moderna. *What is Modernity* (1948); *Overcoming Modernity* (1959); *Asia as Method* (1960).

⁶ ODA, Ernani. Interpretações da “Cultura Japonesa” e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, fev. 2011. p. 108.

européu — como a moral vitoriana — e o confucionismo chinês apresentam pontos semelhantes, no sentido de ambos terem características comuns nas formas de conduta, etiqueta e hierarquia social⁷. Essa semelhança, segundo Yoshimi, contribuiu para a formação de uma disciplina nos trabalhadores japoneses quando foram introduzidos os mecanismos de trabalho das indústrias.

Na década de 1990, a perspectiva do Japão como uma nação *excepcional* passou a ser problematizada. Instabilidades como o estouro da bolha especulativa financeira em 1992 fizeram com que houvesse o aumento das inflações no mercado. A ocorrência de incidentes como o terremoto na região de Kobe e, ao mesmo tempo, o vazamento de gás *sarin* (cianeto) na rede das estações de metrô de Tokyo, em 1995, por causa de um grupo extremista religioso, *Aum Shinrikyo*, contribuíram para a geração de dúvida com relação à convicção da cultura nipônica como fator de sucesso e de estabilidade social e econômica. Nesse sentido, autores como Kosaku Yoshino (1953-2018)⁸ e Murphy-Shigematsu⁹ procuraram repensar sobre a organização da sociedade nipônica, sendo que um ressalta a singularidade do Japão em relação às demais sociedades, enquanto o outro aborda uma perspectiva de que a cultura japonesa não é homogênea e apresenta uma diversidade de traços que não são reconhecidos pelo povo nipônico e que envolve uma relação com os países vizinhos, tais como a China e a Coreia. No caso de Kosaku, há o olhar do Japão como um coletivo que apresenta uma identidade cultural exclusiva e distinta das demais, no sentido de nacionalismo, de modo que se tem uma noção de coletividade pautada nas experiências do espaço nacional. Entende-se que a comunidade nipônica compartilha de uma história única, com características culturais próprias, as quais seriam marcas da essência da nação japonesa.

⁷ MISHIMA, Kenichi. Japan locked in the discourse of national uniqueness? **International Politics and Society**, v. I, 2000. p. 75.

⁸ Kosaku Yoshino foi um sociólogo da Universidade de Keio, em Tóquio. Seu tema de estudo gira em torno do nacionalismo e etnicidade do japonês contemporâneo. Sua perspectiva foi pensar a cultura japonesa como um fenômeno singular que difere das demais manifestações culturais, isto é, as suas crenças, filosofias e estruturas sociais colaboram na construção de uma leitura de realidade que é fechada e só pode ser compreendida por aqueles que estão imersos na comunidade japonesa. Das suas obras, se destacam: *Cultural nationalism in contemporary Japan*, de 1992, e *Japan's nationalism and 'internationalism': fifty years after World War II*, de 1998.

⁹ Stephen Murphy-Shigematsu é psicólogo da Universidade de Stanford. Seu tema de estudo se volta para a identidade e cultura japonesa contemporânea no século XX. Shigematsu foi autor e organizador da obra *Transcultural Japan: at the borderlands of race, gender, and identity*, de 2008.

A perspectiva de Murphy-Shigematsu, por sua vez, propõe um Japão que apresenta uma multiplicidade cultural, ressaltando a diversidade de práticas e hábitos sociais e culturais de cada região do país, o que problematizaria a definição de uma cultura japonesa homogênea¹⁰. Além disso, Shigematsu desprende a cultura japonesa do espaço geográfico. No caso, seu argumento reside na comunicação por meio do idioma falado, defendendo que o recurso seria o principal canal para a difusão e prática social e cultural de uma determinada comunidade. Nesse sentido, a cultura japonesa se manifesta de maneira múltipla em diferentes localidades, sem necessariamente estar presa num arquipélago no leste asiático.

O presente trabalho não define o que é a sociedade japonesa, tampouco a sua identidade ou cultura, mas se propõe a analisar as narrativas de David Murray, sob a ótica de inserção da história da sociedade japonesa num modelo de uma instituição modernizada. Assim, buscamos desenvolver uma reflexão sobre como o discurso que se alega universal é incorporado na narrativa de povos que não compartilham da concepção de história ocidental.

No que se refere à estrutura, este trabalho apresenta três capítulos. O primeiro, *Japão: uma imagem multifacetada do Ocidente*, desdobra as trajetórias sobre como a expressão do Japão foi construída para representar o povo nipônico e a sua cultura por meio das literaturas de viagem, que seguem desde Marco Polo até os jesuítas como Francisco Xavier, em 1543. Dessa forma, busca-se acompanhar as múltiplas facetas do “Japão” como imagem criada pelos europeus, manifestado como um país rico e exótico nos entremeios do século XV, mas que, nos séculos seguintes, passou a ser visto como um local bárbaro e violento, que não admitia a presença estrangeira e o exercício da fé cristã. A esse respeito, cabe ressaltar que apenas a partir de 1854 essa imagem passa a ser novamente apresentada como sendo de uma beleza exótica, ou seja, não mais considerada como bárbara, mas sim como uma civilização antes oculta. Nesse mesmo capítulo, ainda desenvolvemos uma discussão sobre a perspectiva nipônica dos conceitos de *Ocidente* e *Oriente*. Nesse sentido, reunimos as reflexões de pensadores nipônicos do século XIX como Okakura Kakuzo, Shiratori Kurakichi e Fukuzawa Yukichi, os quais problematizam

¹⁰ LIMA, I. B. Reflexões sobre a contemporaneidade cultural do Japão e seu legado: clusters etnoculturais, aculturação e japonicidade. In: SAITO, N. I. C. et. al. (Orgs). **Japonicidades: estudos sobre sociedade e cultura japonesa no Brasil Central**. Editora CRV: Curitiba, 2012. p. 45-53.

a inserção do governo nipônico no contexto moderno e o relacionamento diplomático com as nações do Ocidente.

O segundo capítulo, *The Story of Japan: uma definição de Japão em forma de história nacional*, desenvolve primeiramente uma descrição da trajetória do autor da obra de análise, David Murray, relatando como ele entrou em contato com o Japão e, em seguida, a sua motivação e os materiais que o levaram a escrever a obra *The Story of Japan*, publicada em 1891. Em seguida, foi feita uma breve investigação sobre o perfil da coleção de *The Story of Nations*, da qual a obra de David Murray faz parte, pontuando as suas características e objetivos. Também é realizada uma discussão a respeito do conceito de nação, por meio das proposições de pensadores como Otto Bauer, Ernest Gellner, Eric Hobsbawm e Benedict Anderson, os quais problematizam as definições e os processos de formação de nação da Europa. Nessa mesma discussão, incluímos as contribuições de Pharta Chatterjee e Dipesh Chakrabarty como críticos que argumentam como a concepção de nação e modernidade tem sido articulada como um produto da Europa, de modo que, quando se discute as sociedades não europeias adotarem uma forma de organização “moderna”, o que ocorre é a aderência de uma “fórmula pronta”, sem que haja uma atuação propriamente dita dessas comunidades. Por fim, realizamos uma análise da estrutura da obra *The Story of Japan* e dos seus primeiros cinco capítulos: *The Japanese Archipelago*; *The Original and Surviving Races*; *Myths and Legends*; *Founding the Empire*; *Native Culture and Continental Influences*. Nesses capítulos, discutiremos como as concepções de “origem”, “história” e “Japão” se manifestam na narrativa de David Murray.

Por fim, o terceiro capítulo procura discutir a respeito das características dos trabalhos da instituição *Asiatic Society of Japan*, assim como comentar sobre o perfil de seus membros, por exemplo, Basil Hall Chamberlain, Ernest Satow, John Batchelor e John Gubbins. A seleção dos estudos desses membros se deu pela menção deles em *The Story of Japan*, os quais serviram de material de referência. Nesse sentido, esta parte discute sobre a ambiência que a ASJ encontrava no Japão, assim como as atividades que os membros dela realizavam. Procuramos, também, relacionar os estudos dos membros da ASJ com a descrição e abordagem de David Murray, considerando que a obra *The Story of Japan* também é um trabalho da ASJ.

CAPÍTULO I – Japão: uma imagem multifacetada do Ocidente

O recorte temático que este estudo tem em vista é a transição do final do século XIX para o início do XX, destacando com maior particularidade o período de 1870 à primeira década do século XX. A escolha desse intervalo temporal se dá no interesse de compreender as narrativas e as impressões advindas da lente ocidental a respeito do Japão. A delimitação temática estabelecida por este estudo compreende o período que as nações europeias se voltaram aos povos asiáticos pela busca de matéria-prima e itens que podem ser julgados como lucrativos com o intuito de importá-los para a Europa. Além disso, o encontro entre o Ocidente e Oriente leva a emergência de processos de modernização e de reforma política a nações como o Japão, cuja ambiência é marcada por choques e junções entre a tradição e o moderno. É nesse contexto que procuramos analisar a perspectiva do estrangeiro em relação a um Japão que se interage com o cenário internacional, assim como também podemos observar o movimento da sociedade japonesa se mesclar com o tradicional e com o moderno.

O período que procedeu a modernização japonesa chamou a atenção ao olhar de artistas e intelectuais. O interesse se deu primeiramente devido ao governo japonês ter aberto seus portos em 1854, depois de aproximadamente dois séculos de reclusão. Nesse cenário, o conhecimento que a Europa tinha a respeito da cultura e dos costumes japoneses era pelos registros de relatos de viagens de Marco Polo, do padre Francisco Xavier e dos jornais jesuíticos no decorrer do século XVI. Porém, a partir de 1587, o trabalho jesuíta foi interrompido com o advento da perseguição aos cristãos, por iniciativa de Toyotomi Hideyoshi, e em 1637 foi lançado um edito xogunal de Tokugawa que formalmente proibiu a prática do cristianismo, assim como previa a expulsão dos missionários cristãos no Japão¹¹. Assim, o governo japonês foi adotando uma política de

¹¹ A questão da perseguição aos cristãos no Japão se deu por uma série de fatores políticos cujo contexto partiu do Japão se encontrar na condição de guerra civil. O conflito se deu pela disputa de poder entre o clã Oda e o xogunato de Ashikaga Yoshiaki, a fim de obter a condição de *shogun* (título que determina o clã a ser o guardião de todas as províncias do Japão). Assim, os cristãos recebiam apoio dos Oda em troca do fornecimento de armas de fogo, bem como combatiam um inimigo em comum, uma ordem budista conhecida como *Ikko Ikki* que tinha fortes inclinações políticas com o xogunato de Ashikaga. Esse período foi conhecido como a Era Azuchi-Momoyama (1573-1603). Em 21 de junho de 1582, Oda Nobunaga é traído e assassinado pelo seu general, Akechi Mitsuhide, o que leva a derrocada do clã Oda. Porém, Toyotomi Hideyoshi, um dos generais de Nobunaga, lida com a traição de Mitsuhide e finaliza a atividade de unificação do Japão iniciada por Oda. Esse processo se deu por aliança com o clã Tokugawa e também com diferentes seitas budistas e com a submissão dos senhores de demais províncias que se localizam perto da administração política de Hideyoshi. Mais referências a respeito da temática sobre a perseguição cristã no Japão e o contexto sobre a unificação japonesa pela figura de Oda Nobunaga e Toyotomi Hideyoshi podem ser encontradas em: PIMENTA, Pedro Augusto. **Jesuítas no Japão: o discurso**

isolamento, fechando seus portos e impedindo a entrada de estrangeiros. Porém, o comércio ainda se manteve com os chineses, de modo que a entrada e saída de navios passou a ser regrada. Esta política ficou conhecida como *sakoku*¹².

O único espaço que o governo japonês havia cedido para o estabelecimento de comércio com os europeus foi a ilha de Deshima, uma região isolada pertencente a uma das baías de Nagasaki, onde só foi permitida a entrada de comerciantes holandeses¹³. Apesar do xogunato permitir a presença europeia em Deshima, o governo japonês proibiu a entrada dos estrangeiros ocidentais em qualquer província do Japão, como também proibiu a saída dos navios holandeses da baía sem a autorização xogunal. Apenas a partir do ano de 1854, com a vinda do Comodoro Matthew Perry, foi que o Japão passou a reabrir os portos para o Ocidente via Tratado de Kanagawa. Este tratado previa que o governo japonês deveria liberar os portos das províncias de Shimoda e Hakodate para comercializar com os navios estadunidenses. Além disso, o tratado assegurava que nas províncias seriam estabelecidas embaixadas norte-americanas. No mesmo ano, os ingleses também estabeleceram um tratado com os japoneses, o Tratado de Amizade Anglo-Japonês, mediado pelo almirante Stirling, que previa a segurança e a prática comercial com os navios mercantes ingleses do mesmo modo que os norte-americanos nos portos de Shimoda e Hakodate. Este contexto ficou conhecido como o período dos Tratados Desiguais, que perdurou desde

sobre os percalços da cristianização. 2013. 156 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013; LEÃO, Jorge Henrique Cardoso. Os jesuítas e a participação dos auxiliares Japoneses na missão nipônica (1549-1614). **Revista Angelus Novus**. São Paulo, v. 4, n. 6, p. 57-74, 2013; SÁ, Michelle Eduarda Brasil. Jesuítas no Japão – conflitos religiosos e a política do Sakoku. **Revista Litteris**, Manaus, v. 2, n. 14, p. 252-265, 2014. PELLICIA, Carlo. Notas sobre a influência da cultura portuguesa no Japão (séculos XVII-XVIII): o legado dos missionários europeus. **Antíteses**, v. 10, n. 20, p. 631-655, 2017. YAMASHIRO, José. **Pequena História do Japão**. São Paulo: Herder, 1964.

¹² A política do *sakoku* (鎖国) foi uma medida protecionista do governo Tokugawa, mas antes iniciada por Toyotomi Hideyoshi em 1603, que impede particularmente a presença portuguesa, em que se via a propagação da fé cristã como um empecilho no processo de manter o Japão unido. Essa questão se deu mais em atender os interesses das facções budistas que tiveram seus templos destruídos ao longo da guerra civil japonesa, a qual os cristãos participaram apoiando as expedições militares de Oda Nobunaga. In: WATANABE, Paulo Daniel. **Segurança e política externa do Japão no pós-Segunda Guerra Mundial**. 2012. 172 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

¹³ Os holandeses eram grandes exportadores de prata, cobre e de porcelanas no Japão, e em troca os japoneses comprariam armas de fogo, mas de maneira restrita, de modo que a aquisição de armamentos seria realizada apenas em Nagasaki e sob vigilância dos representantes de Tokugawa. A tolerância da presença holandesa e a prática comercial na ilha de Deshima pelo governo japonês se deu na condição de que os estrangeiros não tivessem acesso às outras províncias do Japão, impedindo a possibilidade que houvesse a propagação da fé cristã e limitando o comércio apenas a Deshima. CULLEN, L. M. **A history of Japan 1582 – 1914: internal and external worlds**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

1858 a 1899.

O advento destes tratados serem denominados como ‘desiguais’ se dão no aspecto das potências europeias, Império Britânico, os Estados Unidos e a Rússia, imporem sua presença político-econômico nos domínios japoneses e chineses. Este movimento envolveu fortemente o crescimento industrial britânico e norte-americano, nas décadas iniciais de 1850, o que promoveu a otimização de meios de transporte, o aperfeiçoamento de matérias primas para a geração de energia motora, além da possibilidade de desenvolver fábricas e técnicas de automação na produção de bens em grandes quantidades. Estes fatores contribuíram para a necessidade de buscar matérias primas como o ferro para a manutenção das ferrovias, na produção de aço e no desenvolvimento das fábricas. Mas ao mesmo tempo esta expansão industrial demandou a procura de consumidores de seus produtos e outras fontes de matérias primas para manter o desenvolvimento das fábricas. Neste sentido, os locais que passaram a ser alvo de interesse foram a região do Oriente Médio, a Índia, China e por fim Japão¹⁴. Este movimento gerou uma concorrência entre a Companhia das Índias Orientais, Rússia e os Estados Unidos o que culminou no estabelecimento de tratados de negociações destas nações ocidentais com as asiáticas como a China e o Japão¹⁵.

Nesse contexto, o império britânico expandia sua influência comercial marítima nas conexões com os portos da China e da Índia, de modo que a presença da marinha inglesa vinha ganhando força no Pacífico. Por exemplo, a marinha britânica tinha controle e acesso aos portos chineses de Cantão, Xangai e Fuzhou (os quais compreendem as cidades portuárias do sudeste da China) devido ao Tratado de Nanjing, de 1842, com a Guerra do Ópio¹⁶ (1839-1842). Em 1858, o processo da abertura dos portos japoneses se

¹⁴ ANKERL, Guy. *Coexisting Contemporary Civilizations: Arabo-Muslim, Bharatai, Chinese, and Western*. Genebra: Inu Press, 2000.

¹⁵ Mais informações a respeito do contexto dos Tratados Desiguais, envolvendo o império britânico, Rússia e Japão, ver o item 2.1 do capítulo dois desta dissertação; o artigo *The Era of Unequal Treaties 1858-1899* de James Hoare; *The Opening of Japan and the Meiji Restoration. 1837-1872* de Yuzo Kato. Os artigos de Hoare e de Yuzo podem ser encontrados na obra de Ian Nish e Kibata Yoichi, *The History of Anglo-Japanese Relations, Volume 1: The Political-Diplomatic Dimension, 1600-1930*.

¹⁶ A Guerra do Ópio (1839-1842) foi um conflito travado entre a China e o Império Britânico que se deu pelo interesse dos ingleses de terem acesso e controle comercial dos portos de Cantão, cidade ao norte de Macau. A contenda não foi pelo interesse particular da baía em si, mas pela ampliação da entrada de produtos ingleses no mercado interno chinês e também pela intervenção dos elevados preços de chá estabelecidos pelo mercado de Cantão. Em junho de 1839, o vice-rei de Cantão, Lin Hse Tsu (1785-1850), havia ordenado a destruição de caixas de ópio pertencentes aos negociantes ingleses sob acusação de fraude e transporte ilegal. Esse episódio se tornou um pretexto para que o império britânico iniciasse medidas

estendeu para os ingleses com o Tratado Anglo-Japonês de Amizade e Comércio, o que permitiu a acessibilidade inglesa nos portos de Nagasaki, Hakodate e Kanagawa. Mas dessa vez o tratado previa a circulação de cidadãos britânicos nas proximidades dos portos mencionados nele e em Edo (atual Tóquio) partir do ano de 1862.

Desse modo, este estudo analisa as impressões e as narrativas de um trabalho literário cujo contexto procede a abertura dos portos japoneses, quando o Japão apresenta maior acessibilidade ao mundo ocidental no decorrer da década de 70 do século XIX. A base material que analisamos é a obra *The Story of Japan* (1894) de David Murray (1830-1905). Nela, busca-se encontrar elementos que suportem a hipótese de que a sua narrativa é fruto dos movimentos imperialistas por parte dos ingleses. A base dessa suposição parte da questão de a obra ser um compilado de estudos sobre o Japão, cuja autoria se dá por membros de uma instituição inglesa denominada *Asiatic Society of Japan*. A entidade compreende um grupo de intelectuais “*orientalistas*”¹⁷ que tem o foco de coletar dados e desenvolver estudos a respeito de civilizações asiáticas caracterizadas como *orientais*.

Neste capítulo, no entanto, traçamos aspectos da ambiência histórica do Japão e da Europa, observando a interação entre as duas culturas e as suas impressões a respeito de ambos os lados. Nesse sentido, procuramos desdobrar o interesse da Europa sobre o Japão por meio da reflexão das impressões dos viajantes europeus que conheceram a sociedade e a cultura japonesa depois da abertura dos portos nipônicos, durante a transição da primeira e a segunda metade do século XIX. Em seguida, aprofundamos a discussão a respeito de perspectivas de pensadores e intelectuais japoneses que buscaram propor uma concepção de “Oriente” para se distinguir da cultura ocidental e, ao mesmo tempo, estabelecer uma identidade nacional.

1.1 Imagens e impressões do Japão antes e depois da abertura dos portos de 1854

hostis ao governo chinês. DUARTE, Danilo Freire. **Uma breve história do ópio e dos opióides**. *Revista Brasileira Anestesiol*, Florianópolis, vol. 55, n. 1, p. 135-146, 2005. p. 138.

¹⁷ O termo *orientalista* é uma característica dos intelectuais que desenvolveram trabalhos e pesquisas a respeito de diferentes povos que se situam nas regiões asiáticas no século XIX. Essas atividades se organizaram por meio de instituições como a Royal Asiatic Society, Deutsche Morgenlandische Gesellschaft (Sociedade Alemã Oriental) e a American Oriental Society. Edward Said discute em *Orientalismo: o Oriente como a invenção do Ocidente* (1978) sobre como essas instituições desenvolveram uma imagem das culturas asiáticas por meio do conceito de *Oriente*. Mais reflexões a respeito da ideia de *oriente* e sobre os *orientalistas* podem ser encontradas nos trabalhos de SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como a invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 528 p.; SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Antes de entrarmos na discussão sobre as narrativas e as imagens projetadas a respeito da Terra do Sol Nascente no decorrer do final da primeira metade do XIX, acreditamos ser importante abordar brevemente as primeiras referências e impressões que a Europa obteve sobre o Japão. O intuito disso consiste em apresentar o contraste de imagens e narrativas de uma terra exótica e estranha com as de uma nação que se fechou por mais de 200 anos e depois se abriu para o mundo.

As primeiras noções sobre o Japão, com referências do Ocidente, se deram no final do século XIII, por meio dos registros de viagem de Marco Polo em seu livro *O Livro das Maravilhas: A descrição do mundo* (1299)¹⁸. A obra nomeia o Japão como *Cipangu*, nome dado pelos chineses, e descreve seus habitantes como: “[...] brancas, de belas maneiras e bonitas. São idólatras e têm governo próprio”.¹⁹ Este relato deu conhecimento para reinos como Portugal da existência de um possível povo além da China. No entanto, as impressões a respeito do Japão ainda não eram claras suficientes para serem entendidas como uma cultura independente, segregada dos demais povos asiáticos.

Desse modo, o Japão se confundia com parte da Índia e da China. Uma razão dessa interpretação pode ser devido às descrições de Marco Polo terem advindo dos dizeres chineses/mongóis²⁰. Logo, a imagem que *Cipangu* incorporava para os que liam os relatos do navegante era de que se tratava de uma ilha que seria uma extensão da China. Outra impressão dos leitores de Marco Polo relacionada ao Japão seria de se tratava de uma terra mítica e isolada, que prometia a abundância de ouro devido ao *Livro das Maravilhas* apresentar descrições como “[...] vos contarei sobre o palácio do Senhor desta ilha. Sabeis que há um grande palácio que é coberto de ouro fino, como nossas igrejas são cobertas de chumbo”.²¹ Porém, o interesse pela ilha de *Cipangu* apenas se consolidou por meio da expansão comercial marítima portuguesa nas empreitadas de naus que partiam de Goa para as costas da China, chegando em Malaca e, em seguida, iam para Cantão²². Nessas

¹⁸ POLO, Marco. **The Travels**. Londres: Penguin, 2015.

¹⁹ Ibid., p. 297.

²⁰ SICA, Giorgio. **O vazio e a beleza**. De Van Gogh a Rilke: como o Ocidente encontrou o Japão. Campinas: Unicamp, 2017. p. 21.

²¹ POLO, Marco. **The Travels**. Londres: Penguin, 2015. p. 297.

²² A interação entre portugueses e japoneses, até esse momento, era mista, pois ora os japoneses eram vistos como *wakô*, ora eram considerados como *léquios*. Os *wakô* se tratam de piratas que saqueavam navios mercantes que ficavam na baía da Coreia e da China e as suas atividades se localizavam no litoral de Kyushu durante o período do século XII. Com o advento dos processos de unificação do Japão por Oda Nobunaga e Toyotomi Hideyoshi, de 1573 a 1598, os *wakô* foram reprimidos e suas atividades foram interrompidas. Em relação aos *léquios*, eles consistem em ser mercadores que advém das ilhas de Ryukyu, que ficam entre

conexões, os portugueses puderam entrar em contato com os comerciantes japoneses em meados de 1542, nos portos chineses de Fukien e Ningpo (Liampó), cidades portuárias que se encontram na costa sudoeste da China localizadas próximas às ilhas de Okinawa²³.

A “descoberta” do Japão pelos portugueses teve como marco a data de agosto de 1549, com a chegada do padre Francisco Xavier no porto de Kagoshima. O episódio marcou os primeiros registros sobre os japoneses de maneira mais detalhada e objetiva em comparação com os escritos de Marco Polo. A descrição que o padre fez a respeito dos japoneses apresentou semelhanças com as de Polo, porém ele adicionou que os moradores da Terra do Sol Nascente eram educados, limpos e honrados, de modo que mereceriam atenção prioritária nas atividades missionárias em comparação aos outros povos da Ásia. As observações escritas por Xavier destacaram os hábitos cotidianos das comunidades japonesas, descrevendo a cultura, a alimentação e os gestos expressados pelos moradores das vilas litorâneas do Japão. Além disso, Xavier realizou observações a respeito da língua japonesa, assim como desenvolveu um reconhecimento sobre as crenças xintoístas e budistas, pontuando a necessidade de ter cautela com os monges budistas, pois estes apresentavam grande influência política e social com os poderes locais das províncias japonesas²⁴.

A circulação dos relatos do padre Xavier era realizada via cartas, as quais eram enviadas a cidades como Goa, Malaca e Coxim, onde seriam lidas e copiadas até chegar em Lisboa, de onde, em seguida, eram encaminhados para os colégios de Portugal e depois para a Europa²⁵. Desse modo, os portugueses puderam estabelecer uma rica conexão comercial e missionária com a Índia, a China e o Japão entre 1543 e 1639, tendo acesso à seda, quimonos, espadas, prata e biombos folhados de ouro, enquanto os lusitanos vendiam armas de fogo e munições aos japoneses²⁶.

a ilha Formosa (atual Taiwan) e o Japão. Essas ilhas eram um ponto tributário da província do clã Satsuma. KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão**: uma utopia de viajantes. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. YAMASHIRO, José. **Okinawa**: uma ponte para o mundo. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1993. GARCIA, José Manuel. Apresentação. In: **O Japão visto pelos portugueses**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993. p. 7-20.

²³ BOXER, Charles Ralph. **Fidalgos no Extremo Oriente**. 1550-1770. Factos e lendas de Macau antigo. Macau: Fundação Oriente; Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990. p. 15.

²⁴ Os relatos descritos a respeito do Japão pelo padre Francisco Xavier podem ser encontrados na obra *História da Vida do Padre Francisco Xavier*, de 1600, escrita e organizada pelo padre João de Lucena (1549-1600).

²⁵ KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão**: uma utopia de viajantes. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 32.

²⁶ BOXER, Charles Ralph. **Fidalgos no Extremo Oriente**. 1550-1770: Factos e lendas de Macau antigo. Macau: Fundação Oriente, 1990.

Ao mesmo tempo que o império português ampliava as suas conexões comerciais no Japão, estabelecendo trocas de mercadorias nas províncias japonesas, o Japão se encontrava na condição de guerra civil²⁷. Nesse contexto, os jesuítas e comerciantes portugueses ainda não foram introduzidos pessoalmente pelo governo central japonês, mas realizavam as suas negociações com os *daimyos*, os senhores da província local. A guerra civil no Japão se estendeu duas eras seguidas, a Era Sengoku (1467-1573) e a Era Azuchi-Momoyama (1573-1603), compreendendo assim quase três séculos de conflito interno. É nesse cenário que as missões jesuíticas afloraram no Japão, com as províncias japonesas em conflito umas contra as outras, na tentativa de estabelecer sucessivos golpes de Estado no governo central e na competição de determinar qual clã dominaria o Japão.

Com o advento da unificação japonesa mediante campanhas militares de Oda Nobunaga (1534-1582), Toyotomi Hideyoshi (1537-1598) e Tokugawa Ieyasu (1542-1616) nos anos de 1568 a 1603, os clãs japoneses passaram a ser subjugados e jurar lealdade ao xogum dominante, no caso, aos Tokugawa. Em 1588, o porte de armas e o comércio de mercadorias bélicas passou a ser restringido pelo governo central, com o intuito de impedir que as províncias locais pudessem ter acesso a armas e eventualmente planejem um golpe de Estado contra os Tokugawa. Além disso, durante o início da administração Tokugawa, foi realizada a redistribuição de terras, de modo que os clãs mais leais ao governo central passariam a situar e administrar as províncias que se localizam perto da capital japonesa, enquanto os clãs menos leais ficariam mais afastados da capital e, conseqüentemente, receberiam menos favores do governo central²⁸. É nesse quadro que os cristãos passaram a ser perseguidos pelo governo japonês. A razão disso se dava pela questão de que a disseminação da fé cristã seria uma ameaça à manutenção da unificação do Japão, pois muitas das atividades missionárias dos jesuítas consistia no combate e destruição dos santuários e templos budistas. Os jesuítas, nesse ponto, chegaram a se aproximar com o xogum e *daimyos*, porém, não o suficiente para serem

²⁷ Essa guerra civil se trata de um episódio histórico da era Sengoku (1467-1573) no Japão, em que diferentes províncias japonesas disputavam para obter o controle administrativo de Kyoto, a capital do Japão, onde residia o imperador. Desse modo, o clã que tivesse controle de Kyoto seria aquele que dominaria a Terra do Sol Nascente. Nesse conflito, destacaram-se os clãs Hojo, Takeda, Uesugi, Oda e Tokugawa. Nesse contexto, os portugueses desenvolveram um papel importante no abastecimento de armas de fogo para as províncias de Oda. YAMASHIRO, José. **Pequena história do Japão**. São Paulo: Herder, 1964.

²⁸ KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 37-38; YAMASHIRO, José. **História dos Samurais**. São Paulo: Massao Ohno-Roswitha Kempf, 1982.

introduzidos pelo imperador e tampouco para admitirem que o poder imperial era derivado de forças divinas, segundo a crença budista e xintoísta.

A fé cristã não reconhecia a legitimidade do poder do imperador, o que tornava a disseminação do cristianismo uma ameaça ao governo japonês. Nesse cenário, a imagem do Japão pelos jesuítas passou de *povo civilizado* para *bárbaro*, e surgiram descrições de torturas e martírios de padres cristãos²⁹. A narrativa sobre a perseguição cristã no Japão destaca-se nos jornais de jesuítas como Luís Fróis (1532-1597)³⁰, na obra *A História do Japão* (1584-1594), apresentando a impressão do Japão como o “*país dos mártires*”³¹. Dessa forma, os relatos passaram focar em cenas de martírio de cristãos perseguidos e episódios em que os padres e os fiéis eram forçados a cometer apostasia ou negar sua fé, caso contrário, seriam condenados à morte. Essa imagem foi passada à Europa no século XVII pelas cartas dos jesuítas, o que levou o povo japonês a ser visto como hostil aos cristãos.

A presença europeia no Japão durante o século XVII, no entanto, não se encerrou com os jesuítas portugueses, mas ela se manteve via holandeses na ilha de Deshima, em 1641. Entretanto, o tratamento que os europeus recebiam dos japoneses era como de prisioneiros em uma ilha, visto que não se podia sair exceto quando era para prestar homenagens anuais ao *xogum*. Assim, durante o isolamento japonês, o olhar ao Japão foi limitado pelos relatos dos europeus, os quais focaram mais no cotidiano de cárcere a que tiveram que se submeter. A respeito desse contexto, Engelbert Kaempfer (1651-1716)³²

²⁹ KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão**: uma utopia de viajantes. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. pg. 41.

³⁰ Luís Fróis foi um padre jesuíta que chegou ao Japão em 1564. Sua primeira área de atuação, no país, foi na província de Hizem, e em seguida suas atividades consistiram em se aproximar dos senhores das províncias de Omura e de Amari no intuito de disseminar a fé cristã na Terra do Sol Nascente. O jesuíta chegou até a conhecer pessoalmente Oda Nobunaga, de quem recebeu grande apoio, concedendo até mesmo a entrada de produtos estrangeiros, assim como missões jesuíticas. Porém, com a morte de Nobunaga, em 1582, Toyotomi Hideyoshi assumiu o poder e alterou o posicionamento do Japão em relação às atividades jesuíticas. Segundo o parecer de Hideyoshi, a presença portuguesa era uma ameaça à unificação do Japão por desarticular a política e a fé da sociedade nipônica. LEÃO, Jorge Henrique Cardoso. Os jesuítas e a participação dos auxiliares Japoneses na missão nipônica (1549-1614). *Revista Angelus Novus*, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 57-74, 2013. p. 65.

³¹ JANEIRA, Armando Martins. **O impacto português sobre a civilização japonesa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970. COSTA, João Paulo Oliveira e. O Japão visto pelos portugueses. In: **O Japão visto pelos portugueses**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993, p. 21-30.

³² Engelbert Kaempfer foi um naturalista alemão que passou dois anos na ilha de Deshima com os holandeses em 1691 e 1692. Nesse espaço de tempo, realizou estudos sobre a botânica japonesa e desenvolveu a obra *Flora Japonica*, publicada em 1712.

descreve em sua obra, *The History of Japan*, publicada em inglês em 1727, o dia a dia dos holandeses durante a sua estadia na ilha de Deshima.

Com o advento da reabertura dos portos japoneses, com a chegada dos norte-americanos em 1854, o Japão foi pressionado a permitir a prática comercial dos demais portos com as nações europeias. Cidades portuárias como Hakodate, Shimoda, Nagasaki e Yokohama passaram a estar provisoriamente sob o domínio dos norte-americanos e dos ingleses, pelo princípio de extraterritorialidade³³. Nessas cidades, eram estabelecidos consulados que seriam sedes administrativas responsáveis em gerir assuntos legais no campo civil, criminal e de trâmites comerciais. Os protocolos e as normas que os consulados utilizavam eram baseadas nas leis dos seus respectivos governos. Assim, todos os casos judiciais que ocorressem dentro do perímetro das cidades portuárias que continham um consulado inglês ou americano seriam julgados segundo as leis da respectiva embaixada, fosse o processo provocado por um estrangeiro europeu ou japonês. Enquanto isso, na Europa, a impressão dos europeus sobre o Japão se alterou de maneira drástica, principalmente graças à pintura e aos objetos artísticos. Em 1856, foi divulgado um relato oficial da expedição do Comodoro Perry em Washington que foi acompanhado de duas reproduções de *ukiyo-e* de Utagawa Hiroshige³⁴. A tela *Crossing Oho-e-gawa, in the province of Suruga* (1856) de Hiroshige, foi apresentada em Washington e, em seguida, divulgada pelo *The Illustrated London News* em 13 de dezembro de 1856.

No mesmo ano, o ceramista Félix Braquemond (1833-1914) introduziu para a França, em Paris, os 15 quadros (esboços) de Hokusai³⁵. O impacto da difusão dos álbuns

³³ A aplicação da extraterritorialidade dependia da existência de um meio de aplicar localmente a legislação dos países de origem das comunidades estrangeiras. Diante da inviabilidade de usar os tribunais domésticos, sediados a milhares de quilômetros, a solução normativa era a criação de tribunais consulares. Por exemplo, os quatro consulados (norte-americanos) instalados em Yokohama, Kobe, Nagasaki e Hakodate tinham entre suas funções a de servir de tribunal sempre que um cidadão dos Estados Unidos fosse o réu – a acusação, civil ou criminal, podia partir de japoneses, americanos ou outros estrangeiros. O papel de juiz cabia ao cônsul, um agente do governo. REICHERT, Emmanuel Henrich. **O imperialismo legal e seus limites: um estudo da extraterritorialidade americana no Japão (1858-1899)**. Florianópolis: XXVII Simpósio Nacional de História lugares dos historiadores – velhos e novos desafios, p. 1-11, 2015. p. 5.

³⁴ A respeito do mestre de *ukiyo-e*, Utagawa Hiroshige, houve três artistas no mesmo período portando o nome de Hiroshige, os quais eram distinguidos por números sequenciais: Utagawa Hiroshige I (1797-1858), Utagawa Hiroshige II (1826-1869), Utagawa Hiroshige III (1843-1894). Os dois últimos mestres de *ukiyo-e* foram os pupilos do primeiro. No entanto, as obras realizadas por estes artistas não distinguem a identificação exata do autor. KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 90.

³⁵ Katsushika Hokusai (1760-1849) foi um artista que realizava gravuras de estilo *ukiyo-e* (imagem do mundo flutuante). Seus trabalhos consistiam em pinturas focadas em paisagens, atividades mercantis, animais e plantas, as quais eram exibidos em biombos e quadros. Hokusai também realizou uma série de obras divididas por paginações conhecidas como *Mangás*, publicadas em 1814. O conteúdo da série consistia na representação de mulheres no banho com gestos naturais e simples, sem nenhum rigor moral

dos *Mangás* de Hokusai fez com que os produtos japoneses se tornassem moda no cotidiano parisiense, assim como serviu de referência para escritores e artistas ocidentais no interesse de se aprofundar nas técnicas do *ukiyo-e*³⁶. Em 1859, a edição da *Narrativa da missão de China a Japão de Earl de Elgin nos anos 1857-1858*, por Laurence Oliphant, secretário de Lord Elgin³⁷, divulgou coleções de objetos artísticos japoneses por todo o império britânico³⁸.

Essa animosidade se dava na aquisição de quimonos, leques e xilogravuras, de modo que esses artigos foram considerados, pelos europeus, como materiais de luxo e arte refinada. Desse modo, os ornamentos e as obras de arte japoneses se tornaram manifestações da beleza *exótica*, o que também despertou grande interesse dos europeus, especialmente na França, para as artes. O fascínio que os artistas tinham a respeito da arte japonesa era por buscarem técnicas e expressões que saíssem do padrão tradicional, isto é, se desvincularem das referências greco-romanas e desfazerem o compromisso da arte com a moral ou com qualquer intenção pedagógica³⁹.

Dessa forma, a imagem do Japão na Europa se tornou uma *descoberta artística*, de modo que os porcelanatos e as vestimentas japonesas exprimiram uma beleza de civilização que os europeus desconheciam. Isso cativava os olhares dos europeus de

ou censura. A obra mais conhecida de Hokusai é a *Grande onda de Kanagawa*, da série *Trinta e seis vistas do Monte Fuji*, de 1832.

³⁶ *Ukiyo-e* (浮世絵 – retratos do mundo flutuante) é um estilo artístico que consiste na gravação de pinturas em estampas sobre madeira, originalmente em preto e branco. Os protagonistas das estampas eram atores e cortesãs, casais de amantes retratados em poses extravagantes e samurais de aspecto sisudo, bêbados e viajantes, festins desenfreados e calorosas cenas de vida familiar; e uma gama de cores nunca antes experimentada entra triunfante na pintura do Sol Nascente. Dos artistas que desenvolviam o estilo, se destacam Torii Kiyonaga (1752-1815); Kitagawa Utamaro (1753-1806) e Katsushika Hokusai (1760-1849). SICA, Giorgio. **O vazio e a beleza**. De Van Gogh a Rilke: como o Ocidente encontrou o Japão. Campinas: Unicamp, 2017. p. 79-80.

³⁷ Earl de Elgin foi responsável pela mediação da assinatura do Tratado de Amizade e Comércio Anglo-japonês em 1858. O tratado é parte integrante dos *tratados desiguais*, de modo que o governo japonês deveria permitir a presença de uma embaixada inglesa em Edo (até então, a capital do império japonês), assim como conceder residência a cidadãos britânicos na capital japonesa.

³⁸ KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. pg. 75.

³⁹ A fuga da arte tradicional consistia no desejo de se desvincular da reprodução das técnicas de arte vistas como normativas, ou seja, que atendem valores morais etéreos e imutáveis. Para poetas e artistas, como Charles Baudelaire (1821-1867) e Théophile Gautier (1811-1872), o mundo europeu não podia ser mais descrito via fundamentos e perspectivas cujo conceito de beleza é definido como algo estático e eterno. Pelo contrário, para esses artistas, a noção de belo é transitória e fugidia, do mesmo modo que o cotidiano europeu no século XIX, onde as atividades corriqueiras eram marcadas por mudanças constantes, fosse na sociedade ou nos desvendamentos científicos, ou de notícias a respeito de descobertas e conquistas de culturas não europeias ao redor do globo. SICA, Giorgio. **O vazio e a beleza**. De Van Gogh a Rilke: como o Ocidente encontrou o Japão. Campinas: Unicamp, 2017. p. 78-79; BAUDERLAIRE, Charles. **O Pintor da Vida Morderna**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 35.

forma que os ornamentos davam um toque de fineza aristocrática e elegância. Segundo Lily Litvak⁴⁰, as peças, artigos e ornamentos japoneses eram elementos considerados exóticos para os europeus, mas esse exotismo não se dava no julgamento de que os objetos japoneses apresentavam uma beleza emanada da natureza ou advinda de uma fonte fora do campo da civilização. Litvak descreve:

De todos os exotismos, o Japão tinha algo especial, diferente. O país do sol nascente já havia seduzido por suas estranhas formas, por sua rica e interessante coloração, por seus frescos e doces matizes. Agora, apresentava-se sobretudo como um protótipo de arte aristocrática, com chancela de riqueza e elegância. Atraía por sua atmosfera de civilização mais refinada que o Ocidente.⁴¹

O exotismo que os europeus viam no Japão era um misto da contemplação da beleza natural expressada nas paisagens japonesas de *ukiyo-e* e dos produtos cotidianos japoneses, a saber, o uso de leques, porcelanas, sombrinhas, biombos e quimonos. A adoção de vestimentas e até mesmo a reprodução de costumes, como o consumo de chá verde nos porcelanatos japoneses e chineses, se tornaram hábitos de perfil aristocrático e de fineza. Em outros termos, a apreciação do exótico, nesse caso, estaria ligada ao consumo de artigos que são novos para a civilização ocidental, mas são adotados como se fossem parte dessa mesma civilização.

Essa explosão de interesse a respeito das artes japonesas gerou um movimento estético e de moda denominado *japonismo*⁴². Esse termo foi empregado pelo crítico e colecionador Philippe Burty (1830-1890) para definir quaisquer atividades que se

⁴⁰ Lily Litvak é professora emérita da Universidade de Texas, em Austin, e atualmente é membro da Academia Real de Córdoba de Belas Artes e Ciências Nobres. O seu tema de estudo se aprofunda a respeito das manifestações modernas nas expressões literárias latinas e espanholas no século XIX. Litvak explora e analisa traços de exotismo contidos na literatura espanhola, de acordo com autores como Pompeyo Gener Babot (1848-1920), José Ramon Mélida (1856-1933) e Pablo Patrón (1855-1910), cujas obras apresentam descrições sobre povos considerados como *orientais* ou *asiáticos*. Entre os trabalhos de Litvak, destacamos: *El jardín de Aláh: temas del exotismo musulmán em España* (1985); *Geografías mágicas: viajeros españoles del siglo XIX por países exóticos* (2013); *A búsqueda de los Orígenes. El reencuentro de las civilizaciones asiáticas em España, 1879-1913* (2019), publicado no *Boletín de la Biblioteca de Menéndez de Pelayo*, Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, n. 62, p. 359-389.

⁴¹ LITVAK, Lily. **El sendero del tigre**: exotismo en la literatura española de finales del siglo XIX (1880-1913). Madri: Taurus, 1986. p. 113.

⁴² O termo *japonismo*, segundo Shuji Takashina, é um fenômeno de adoção, assimilação e criação com duração variável, no qual o objeto central seria tudo que estivesse relacionado com a cultura japonesa. SICA, Giorgio. **O vazio e a beleza**. De Van Gogh a Rilke: como o Ocidente encontrou o Japão. Campinas: Unicamp, 2017. p. 17-19; TAKASHINA, Shuji. Problemas do Japonismo. In: **O Japonismo**. Paris: Edições da reunião dos Museus Nacionais, 1988. p. 17.

relacionam com o estudo que envolva a arte, cultura e a história japonesa por meio de objetos decorativos e gravuras que traz referência ao Japão.

1.1.1 Japonismos: *Nihon imaginado nas artes e nas óperas*

O japonismo também favoreceu o desenvolvimento de movimentos artísticos, como o impressionismo, e pintores de outros países como James McNeil Whistler (1834-1904)⁴³, Claude Monet (1840-1926), Edgar Degas (1834-1917) e Vincent van Gogh (1853-1890). A atração das técnicas japonesas se dava pela presença das cores vivas, os tons claros, brilhantes e sem sombras, com contornos fortes, o uso da superfície plana, a perspectiva de vista aérea, a paginação inusitada, características que instigaram uma nova orientação da sensibilidade artística europeia⁴⁴. A referência não se dava na imitação das técnicas de *ukiyo-e*, mas na apreensão do uso das cores, habilidades de desenho e inclusão de paginação nas pinturas, na busca de manifestar expressões artísticas fora dos grandes salões de arte.

Ainda na França, o *ukiyo-e* como referência para a produção artística não se deu apenas por meio da técnica e uso de cores e gravuras, mas também influenciou na seleção de temas e de novos personagens na composição da pintura artística. Edgar Degas, por exemplo, tomou referências de Hokusai, nos volumes IX e XII dos *Mangás* de 1814, os quais têm o foco de mostrar a banalidade de gestos cotidianos por meio da representação de mulheres no banho. Seus trabalhos enfrentaram críticas e espanto do público e da imprensa parisiense, pois as pinturas femininas apresentadas eram julgadas como eróticas e obscenas por exibirem imagens de atos que são de propriedade íntima e banal. Isso distanciava do padrão da postura adequada e da moral que uma modelo de arte deveria ter.

Outro exemplo que podemos levantar é a obra *Le Japonaise*, de Monet, de 1876. A pintura retrata a esposa do artista exibindo um luxuoso quimono de seda vermelha enquanto, no fundo, é apresentada uma série de leques multicores. Nesse quadro, o

⁴³ James McNeil Whistler foi um pintor norte-americano que teve grande parte da sua formação artística feita em Londres. Ele quem introduziu as xilogravias japonesas na Inglaterra em 1863, e depois desenvolveu estudos a respeito das técnicas de *ukiyo-e*, realizando obras como *A princesa do país da porcelana*, de 1865, e *A antiga ponte de Battersea*, de 1872.

⁴⁴ KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 81; TAKASHINA, Shuji. Problemas do Japonismo. In: **O Japonismo**. Paris: Edições da reunião dos Museus Nacionais, 1988. p. 19.

quimono e o arranjo de leques são exibidos de maneira que passem uma impressão de beleza exótica, ou seja, se destacam como se fossem objetos estranhos que foram inseridos na tela. Porém, a *Le Japonaise* de Monet também demonstra a apreensão das técnicas dos mestres de *ukiyo-e* quando expressa a pose da esposa do artista. O quadro retrata o gesto de dança da senhora Monet trajando um quimono vermelho. O movimento é bem delineado e acentuado, de modo que se pode observar na pintura a torção do traje e a sua relação com o espaço plano. Desse modo, o espectador consegue enxergar um objeto num gesto de movimento, inserido num espaço plano e estático. O que se pode analisar a respeito da obra de Monet *Le Japonaise* é o uso das cores para discriminar o movimento de objetos em contraste com o espaço, uma dinâmica utilizada entre os mestres de *ukiyo-e*.

No entanto, outros artistas mergulharam de maneira ainda mais profunda na arte e na cultura japonesa. Van Gogh foi um que não se ateve apenas aos estudos das técnicas do *ukiyo-e* ou da apreensão das cores vivas. O artista foi um grande colecionador de estampas japoneses, assim como importava referências e manuais de pintura chinesa e japonesa, como a *Chieh Tsu Yuan Hua Chuan* (“Manual de Pintura do jardim da semente de mostarda”)⁴⁵, de 1680, ou a *Ehon Mushi Erami* (“Ilustrações de insetos escolhidos”)⁴⁶, de 1787. Esse interesse fez com que van Gogh apreendesse mais não só a técnica da pintura japonesa, mas as concepções de beleza e de mundo que a arte do *ukiyo-e* buscava apresentar:

Desse contínuo contato com os mestres de *ukiyo-e*, Vincent van Gogh aprendeu a atenção pelo detalhe, onde vive e ressoa o todo, o gosto pelas cores brilhantes, a importância do plano de fundo nos retratos e sentiu o profundo desejo de viver como que diluído na natureza que ele pintava, da qual sentia a infinita vitalidade e beleza⁴⁷.

⁴⁵ O manual de pintura *Chieh Tsu Yuan Hua Chuan* é uma obra que foi publicada no início da dinastia Qing (1644-1912). Não se sabe a data exata em que o manual foi impresso, mas a compilação mais recente do livro se deu pelo editor Wang Gai (1650-1705). A obra consiste em apresentar instruções para pintar flores, animais, insetos, plantas e rochedos. O material também foi utilizado como referência por mestres de *ukiyo-e* como Hokusai e Utamaro.

⁴⁶ A obra é da autoria de Kitagawa Utamaro (1753-1806), o mesmo mestre de de *ukiyo-e*. O livro se trata de um manual de pintura de insetos, como o próprio título da obra sugere. A produção desses tipos de guia de pintura era comum entre os mestres de *ukiyo-e*. Hokusai, por exemplo, desenvolvia manuais a respeito de diversos temas, como representações da natureza pelo desenho dos movimentos dos insetos, das árvores, plantas e a vida privada dos humanos. SICA, Giorgio. **O vazio e a beleza**. De Van Gogh a Rilke: como o Ocidente encontrou o Japão. Campinas: Unicamp, 2017. p. 85.

⁴⁷ Ibid., p. 86.

O artista holandês também se aprofundou nas artes da caligrafia japonesa com uso de papel e caneta nanquim durante os anos 1888 e 1890. Em 1888, Van Gogh mergulhou na espiritualidade budista, chegando a desenvolver um autorretrato de si mesmo, com cabeça raspada e o olhar fixo no vazio, como uma forma de reproduzir os gestos de um monge budista.

De qualquer forma, por mais que houvesse aprofundamentos de estudos sobre a arte japonesa, a importância dela foi reduzida a motivos particulares e individuais ou em esquemas formais, como se fosse mais uma técnica apreendida para o aperfeiçoamento da arte europeia. Isso fica nítido quando um esquema formal, como o uso de cores chapadas em van Gogh, foi visto como uma contribuição para a Arte Moderna, mas quando Monet pintou sua mulher num espalhafatoso quimono, o uso foi considerado superficial⁴⁸. Assim, as referências sobre o Japão, até então, se tornaram um objeto apenas no espaço da arte.

O movimento do japonismo também se estendeu no âmbito da literatura. Em 1863, as xilogravias japonesas foram introduzidas em Londres por Whistler, de modo que foram também apresentadas a Oscar Wilde (1854-1900). O escritor inglês teve tanto fascínio pelas pinturas japonesas que compôs o poema *Impression du matin*, de 1881: “*The Thames nocturne of blue and gold/ changed to a Harmony in grey/ a barge with ochre-coloured hay/ Dropt from the warth: and chill and cold*”⁴⁹. A descrição do poema de Wilde se aproxima das abordagens impressionistas, as quais prezam pelo destaque da cor sobre a descrição do objeto e o ofuscamento de elementos arquitetônicos por meio da menção de sombras e névoas. Essas descrições criam um ambiente que se aproxima do cenário de *ukiyo-e*, retirado das referências das pinturas de Whistler e Monet⁵⁰. Oscar Wilde também desenvolveu outros poemas que remetem ao Japão, como *Les silhouettes* (1881) – “*like a withered leaf the moon/ is blown across the stormy bay*”⁵¹, em que se

⁴⁸ WATANABE, Toshio. Preface. In: **Japan and Britain: An aesthetic dialogue 1850-1930**. Londres: Lund Humphries, Barbican Art Gallery; Setagawa Art Museum, 1991. p. 11-12. p. 11.

⁴⁹ WILDE, Oscar. The Complete Works of Oscar Wilde, vol. 1. In: FONG, B. & BECKSON, K. (orgs). **Poems and Poems in Prose**. Oxford: Oxford University Press, 1993. p. 153.

⁵⁰ Estudos mais aprofundados a respeito da presença do Japão na literatura britânica e americana podem ser encontrados nos trabalhos de Earl Miner. O autor desenvolve um estudo sobre o desenvolvimento do verso inglês, do período vitoriano ao moderno, relacionando com a técnica artística japonesa via o *ukiyo-e* e o *haiku*. MINER, Earl. **The Japanese Tradition in British and American Literature**. Princeton: Princeton University Press, 1958.

⁵¹ WILDE, Oscar. The Complete Works of Oscar Wilde, vol. 1. In: FONG, B. & BECKSON, K. (orgs). **Poems and Poems in Prose**. Oxford: Oxford University Press, 1993. p. 154.

destaca a menção de elementos semelhantes aos da obra *Impression du matin*, de modo que a sua narrativa apresenta cenários e espaços que ligam temas de luz e sombra. Em *Le jardin* (188-) – “*The roses lie upon the grass/ like little shreds of crimson silk*”⁵², Wilde aborda o uso de cores fortes, cujas tonalidades evocam a imagem de um quimono escarlate, relacionando com a menção das flores. Esse manuseio de natureza e cor tem referências de obras impressionistas.

Na Itália, as produções literárias a respeito do Japão apresentavam uma imagem de exótico ou de uma beleza estática. Essas características podem ser observadas nos trabalhos de Pierre Loti (1850-1923)⁵³, sobretudo *Madame Chrysantemè* (1887). Nessa obra, o autor insere uma imagem a respeito da mulher japonesa como uma “esposa-brinquedo”, em que a figura feminina não tem senão o papel de servir seu amante em segredo. A narrativa da *Madame Chrysantemè* se dá a respeito de um casamento temporário entre um europeu e uma jovem japonesa mediante pagamento da parte do marido à família da mulher. O romance toma um ambiente de tédio da parte do europeu na medida em que a jovem apresenta um perfil de uma esposa submissa às suas vontades. A obra de Loti, nesse caso, contribuiu para o desenvolvimento de um estereótipo a respeito do perfil da *musume* (moça, em japonês) e também da figura da gueixa, como se essas figuras fossem objeto de prazer para a clientela burguesa que buscava fugir da moral civil ocidental⁵⁴. O aspecto que apresenta maior riqueza na caracterização do Japão na obra de Loti, porém, foi a descrição da paisagem e a vida cotidiana da cidade portuária de Nagasaki, local onde o autor se inspirou para escrever a obra.

Loti também desenvolveu outras obras literárias que narram a respeito das paisagens do Japão, como *Japonneries d'automne* (“O outono japonês”), de 1889, e *La troisième jeunesse de Madame Prune* (“A terceira juventude da Madame Prune”), de 1905. Nas duas obras, o autor desenvolve narrativas que são fruto de suas observações quando visitou o Japão em 1885 e em 1901. Os pontos de interesse de Loti eram descrever os

⁵² Ibid.; p. 158; SICA, Giorgio. **O vazio e a beleza**. De Van Gogh a Rilke: como o Ocidente encontrou o Japão. Campinas: Unicamp, 2017. pg. 98.

⁵³ Pierre Loti é pseudônimo do artista Louis Marie-Julien Vioud. Ele foi considerado um dos autores que contribuiu para moldar a mentalidade dos leitores europeus ao introduzir imagens a respeito de países considerados exóticos na Europa, e incitou esses leitores a viajar e visitar os lugares que descrevia. As prosas de Loti se enquadram num gênero literário classificado como romance colonial. ONO, Setsuko. **Western Image of Japan**. Genebra: Imprimerie du Courier, 1972. p. 71.

⁵⁴ SICA, Giorgio. **O vazio e a beleza**. De Van Gogh a Rilke: como o Ocidente encontrou o Japão. Campinas: Unicamp, 2017. p. 93; KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão: uma utopia de viajantes**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 87.

espaços do passado japonês e a sua beleza natural. Desse modo, o advento da modernização ocidental no Japão foi um processo que desagradou o autor, pois a imagem que ele buscava passou a sofrer mudanças adquirindo formas europeias, de modo que o ambiente das cidades japonesas deixava de apresentar a paisagem segundo o desejo de Loti.

A narrativa da obra *Madame Chrysantème* serviu de material para a ópera de Giacomo Puccini (1858-1924), *Madame Butterfly* (1904), que apresenta um cenário e narrativa semelhantes aos do romance de Loti. O enredo se passa na cidade de Nagasaki e os personagens são um oficial norte-americano e uma jovem japonesa. A trama se dá num romance entre ambos os protagonistas em que a mulher, Cio-Cio (remetendo a “borboleta” – *chou*, em japonês), representa a figura de uma gueixa que porta um comportamento frágil, doce e infantil⁵⁵. No encerramento do romance, a jovem japonesa é abandonada pelo oficial americano, Pinkerton, que regressa aos Estados Unidos com uma nova esposa, o que a leva a cometer suicídio no final. A narrativa de Puccini, no entanto, apresentou maior aprofundamento e estudo sobre a cultura japonesa em comparação com a *Madame Chrysantème*, de Loti. A diferença foi que Puccini se ateve à pesquisa a respeito dos aspectos linguísticos japoneses, assim como o estudo da música e da teatralidade nipônica pelo contato com Sada Yakko (1871-1946), atriz e gueixa japonesa que realizou *tours* teatrais nos Estados Unidos e na Europa em 1899⁵⁶. Yakko apresentou a Puccini citações japonesas no teatro quanto ao uso de leques, o rito de chá,

⁵⁵ SICA, Giorgio. **O vazio e a beleza**. De Van Gogh a Rilke: como o Ocidente encontrou o Japão. Campinas: Unicamp, 2017. p. 110.

⁵⁶ Ibid.; DOWNER, Lesley. **Madame Sadayakko**: The Gueixa who Bewitched the West. New York: Gotham, 2004.

a exuberância do *obi*⁵⁷ e do *ikebana*⁵⁸ e a cerimônia de *harakiri*⁵⁹. Todavia, ambas as narrativas, tanto de Loti como de Puccini, estabeleceram uma imagem do Japão como uma paisagem estática que transmite a impressão de que toda mulher japonesa apresenta um comportamento de gueixa, com um perfil frágil, submissa e destituída de vontade própria.

1.1.2 Literatura de viagens

Ainda na discussão a respeito do japonismo e literatura, um gênero literário que colaborou para a difusão das impressões a respeito do Japão foram as literaturas de viagem, que serviam de inspiração e referência a respeito de culturas e povos que residem nas regiões do Extremo Oriente, da África e das Américas. As obras do gênero já foram mencionadas ao longo dessa discussão, por exemplo os escritos de Marco Polo, os jornais e relatos do padre Francisco Xavier e dos jesuítas no Japão no século XVI, se considerarmos as narrativas de viagem como uma literatura de viagem.

Sobre esse tema, Percy Adams realiza uma discussão a respeito do desenvolvimento do gênero de literaturas de viagem em *Travel literature and the evolution of the novel*, de 1983. Nela, Adams aborda que as características do gênero consistiam na mistura de realismo e ficção e o autor cria um mundo, em sua narrativa,

⁵⁷ O *obi* (帯) é uma faixa para vestidos tradicionais japoneses, assim como é um instrumento integrante do quimono. Também é um ornamento decorativo que pode ser exibido nas paredes de salões. O *obi* é feito de seda e sua largura pode variar entre 10 a 30 centímetros, enquanto o seu comprimento pode chegar a até 4 metros. A razão do *obi* ser uma peça de vestimenta e de arte se dá pela variedade de desenhos e cores presentes na peça, o que dá destaque e estabelece um contraste entre a cor e a forma do quimono. Mais materiais a respeito do quimono podem ser consultados nos trabalhos de Dalby Liza em *Kimono: fashioning culture*, de 1993, e Hayao Ishimura, em *Robes of Elegance: Japanese kimonos of the 16th-20th century*, de 1988.

⁵⁸ O *ikebana* (生け花 – “vivificação da flor”) é uma arte japonesa cuja atividade se dá na montagem de arranjo de flores. Nessa prática, considera-se a flor, o caule e o vaso como partes integrantes da composição da obra artística. O desenvolvimento da arte se dá no acompanhamento do artista em relação ao crescimento da planta, em que a pessoa molda a forma de sua obra. Desse modo, a prática consiste no relacionamento direto entre o artista e a planta, quando se tem a observação e contemplação do crescimento e o molde do vegetal.

⁵⁹ A cerimônia de *harakiri*, no caso, *seppuku*, é um rito de suicídio cuja finalidade é de preservar a honra frente a uma circunstância vergonhosa ou que fere a dignidade da pessoa. O ato, no entanto, é exclusivo para homens, principalmente aos que se submetem à categoria de *samurais*, quando se encontram em derrota, sem mestre ou se o sujeito praticou uma atividade desonrosa. As mulheres também realizam um rito semelhante ao *harakiri* em função de proteger a sua honra, porém o procedimento é diferente e o termo é denominado como *jigai*. Estudos a respeito da prática de *seppuku* podem ser consultados nos trabalhos de Muromoto Wayne, em *The Ritual of Seppuku*, de 2011; e Timothy Hosey, em *Samurai Women: másters of broom and sword*, de 1980.

que se torna uma realidade para os leitores⁶⁰. Esse processo varia conforme o escritor insere elementos fantásticos ou descrições que podemos denominar como “exóticas”, com o objetivo de captar a atenção do leitor. Esse gênero literário era recorrente nos séculos XVII e XVIII, períodos em que havia muitas obras com temática de relatos de viajantes visitando mundos longínquos, como as de Daniel Defoe (1660-1731), em *The Life and Strange Surprising Adventures of Robinson Crusoe, of York, Mariner: who lived eight and twenty years, all alone in an uninhabited island. On the coast of America, near the mouth of the great river of Oroonoke*, de 1715; Tobias Smollet (1721-1771), em *Peregrine Pickle*, de 1751; ou Antoine Prévost (1697-1763), em *Histoire générale des voyages*, de 1759⁶¹. Essas obras alimentavam o interesse do público a respeito de aventuras e explorações de terras do além-mar ou da vida cotidiana das colônias do Novo Mundo, nos portos do sul da África ou nas Índias.

Nesse sentido, no contexto do século XIX, o gênero literário das literaturas de viagem afluía a imaginação do mundo ocidental, como já vimos no caso dos escritos de Pierre Loti, em *Madame Chrysantème*. A narrativa, no entanto, passou a incorporar uma nova forma descritiva, isto é, o uso de elementos mais realistas com o emprego de linguagens científicas e embasamento geográfico dos locais. Esse recurso tinha como propósito enriquecer e legitimar a obra dos autores, com o intuito de demonstrar que o romance não se trata de uma fantasia ou uma mera ficção, mas consiste em validar a experiência e a credibilidade do autor sobre o tema de viagens e dos mundos longínquos. Assim, o gênero literário adotou uma série de linguagens técnicas ou científicas para persuadir e demonstrar ao leitor que a obra apresenta elementos de realismo, como por exemplo os escritos de autores como Percival Lowell (1855-1916), Lafcadio Hearn (1850-1904), Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) e David Murray (1830-1905).

O movimento japonista se alimentou das literaturas de viagem⁶², pois com o advindo das gravuras de *ukiyo-e* e ornamentos japoneses se tornando moda na Europa, o

⁶⁰ A análise e a abordagem dessas obras são melhor exploradas e abordadas pelo trabalho de ADAMS, Percy em G. **Travel Literature and the evolution of the novel**. Kentucky: Kentucky University Press, 2015. p. 103.

⁶¹ Ibid., p. 122.

⁶² Neste ponto, Adams discute sobre as características e o desenvolvimento das obras literárias que focam em descrever locais e culturas consideradas estranhas ao público europeu. Desse modo, a análise que Adams elabora é de como os autores desse gênero literário mesclam elementos de ficção e fantasia com a realidade, como forma de atrair a atenção dos leitores. O estudo das literaturas de viagem também realiza uma análise a respeito da estrutura narrativa e da forma como os romancistas descrevem o mundo em suas obras. Por exemplo, Percy Adams chama atenção para a observação da maneira como a natureza, a cultura e os povos não europeus são descritos pelos autores dessas literaturas. É nesse ponto em que pode ser encontrado o

interesse a respeito de relatos sobre o Japão, sua cultura e natureza aumentou drasticamente. Assim, a impressão sobre o País do Sol Nascente se moldava por meio das artes e relatos de viajantes que visitavam as terras japonesas. Essas literaturas também instigavam os europeus a saírem do seu logradouro para zarparem e conhecerem pessoalmente os locais que os romances mencionavam. Os autores, como foi o caso de Lafcadio Hearn e Manuel de Oliveira Lima, são exemplos que visitaram e residiram no Japão instigados pelas literaturas de viagem que descreveram o País do Sol Nascente.

1.1.2.1 Lafcadio Hearn: a busca do exótico e da essência japonesa

O japonismo também produziu obras literárias de viagem e o escritor Lafcadio Hearn⁶³ foi um dos exemplos cujos escritos se tornaram referência a respeito do Japão nos países anglófonos. Sobre Hearn, ele teve sua carreira como jornalista “errante” em Nova York nos anos de 1860-1870, e mais tarde teve contato com os romances de Percival Lowell⁶⁴, onde conheceu temas e assuntos sobre o Japão. Fascinado pela arte e cultura japonesa descritas nas obras de Lowell, Hearn viajou para o Japão em 1890, como correspondente do jornal *Harper's Magazine*, de Nova York. Nesse período, também atuou como professor da língua inglesa na Universidade Imperial de Tóquio e de Waseda, e mais tarde buscou obter a cidadania japonesa, tomando o nome de Koizumi Yakumo.⁶⁵

Segundo o crítico literário Giorgio Sica⁶⁶, Hearn foi considerado “sinônimo de Japão” para os leitores da língua inglesa graças ao seu olhar gentil e meditativo, a viração

recurso do exotismo e do elemento criativo nos relatos de viagem. Também é possível achar narrativas que contêm uma descrição comparativa da natureza e cultura europeia com a nativa. ADAMS, Percy G. **Travel Literature and the evolution of the novel**. Kentucky: Kentucky University Press, 2015.

⁶³ Referências e escritos aprofundados sobre o trabalho e a vida de Lafcadio Hearn podem ser consultados por meio de estudos de Carl Dawson em *Lafcadio Hearn and the Vision of Japan*, de 1992; Hirakawa Sukehiro, em *Rediscovering Lafcadio Hearn*, de 1997; e Michael Shapiro, em *Japan: in the land of the brokenhearted*, de 1987.

⁶⁴ Percival Lowell foi um escritor e diplomata norte-americano que desenvolveu trabalhos literários a respeito do Japão. Muito de sua obra foi elaborada durante o seu período de estadia no Japão, quando atuava como um diplomata norte-americano, e consistiu em anotações a respeito da religião, psicologia e o comportamento dos japoneses. Nesse período, ele desenvolveu os trabalhos *The Soul of the Far East*, de 1888; *Noto: An Unexplored Corner of Japan*, de 1891; e *Occult Japan*, de 1894. A primeira obra de Lowell a respeito do Japão foi o que inspirou o escritor e jornalista Lafcadio Hearn a visitar o Japão e posteriormente a escrever a respeito da cultura japonesa.

⁶⁵ KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão**: uma utopia de viajantes. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 87; SICA, Giorgio. **O vazio e a beleza**. De Van Gogh a Rilke: como o Ocidente encontrou o Japão. Campinas: Unicamp, 2017. p. 101.

⁶⁶ Giorgio Sica desenvolve um rico estudo sobre como a arte japonesa foi recebida na Europa, destacando os impactos das técnicas de *ukiyo-e* e dos *haiku*, que influenciaram o desenvolvimento de movimentos artísticos como o impressionismo e também da poesia inglesa, visto em escritores como Oscar Wilde e Ezra

refinada de sua melhor prosa e sua sensibilidade pelo particular pelo detalhe aparentemente insignificante, mas denso de ressonâncias e mistério⁶⁷. Dos romances e trabalhos que Hearn desenvolveu sobre o Japão, se destacam *Glimpses of Unfamiliar Japan*, de 1894, e *Kokoro: Hints and Echoes of Japanese Inner Life*, de 1896.

Em *Glimpses of an Unfamiliar Japan*, Hearn descreve suas impressões a respeito da cultura japonesa durante a sua estadia no Japão. Ele registra os locais, cidades, ruas, templos e vilarejos e, a partir disso, procura destacar elementos culturais e sociais que o distinguem da sociedade ocidental. Desse modo, os pontos abordados vão ser diferenças religiosas, arquitetura, etiqueta e gestos sociais. Outro aspecto interessante que podemos observar na descrição de Hearn é a discussão a respeito da diferença da organização linguística japonesa para o sistema alfabético ocidental: o autor entende que forma como o alfabeto japonês é explicado parece se tratar da contemplação de uma obra artística que apresenta tons de exotismo:

*An ideograph does not make upon the Japanese brain any impression similar to that created in the Occidental brain by a letter or combination of letters – dull, inanimate symbols of vocal sounds. To the Japanese brain an ideograph is a vivid picture: it lives; it speaks; it gesticulates. And the whole space of a Japanese street is full of such living characters – figures that cry out to the eyes, words that smile or grimace like faces.*⁶⁸

A comparação que Hearn faz sobre a característica da fonética e da escrita entre a língua japonesa e a europeia se dá no âmbito estético e artístico. Seus argumentos alegam que os ideogramas japoneses são parte integrante na composição da paisagem urbana de Tóquio, comentando que a sua forma se mistura com a ambientação da cidade, além delas serem mais “vivas” que os símbolos e caracteres ocidentais. A imagem que o autor nos apresenta sobre os caracteres japoneses, descritos de maneira vívida e em movimento, nos traz uma impressão de uma beleza exótica. Isso foge do que se espera de uma discussão que trata da forma dos caracteres de um alfabeto de maneira mais sistemática e

Pound. Sica também desenvolve um profundo estudo a respeito da estética da poesia japonesa e de como a filosofia budista dialoga na composição dos poemas dos autores japoneses, refletindo mais tarde no desenvolvimento da concepção e beleza, maneira de enxergar o mundo etc.

⁶⁷ SICA, Giorgio. **O vazio e a beleza**. De Van Gogh a Rilke: como o Ocidente encontrou o Japão. Campinas: Unicamp, 2017. p. 101.

⁶⁸ HEARN, Lafcadio. **Glimpses of an Unfamiliar Japan**. 1894. [S.l.]: Duke Classics, 2012. p. 12.

funcional, como Hearn descreve a combinação das letras ocidentais, denominando-as como tediosas ou desinteressantes.

Ainda discutindo sobre o trecho de *Glymps of an Unfamiliar Japan*, outro ponto que pode se destacar é o argumento que o autor usa ao alegar que a diferença da elaboração de desenvolver um sistema de comunicação e escrita entre a cultura japonesa e a do ocidental seria pelo fator biológico. O interessante dessa distinção é que ele determina a causa da diferença cultural, tanto da japonesa e quanto da ocidental, a uma questão de diferença racial, como se as peculiaridades da língua japonesa fossem uma propriedade intrínseca do japonês como um ser biológico.

Na obra *Kokoro: Hints and Echoes of Japanese Inner Life*, Hearn, de semelhante modo, desenvolve uma análise sobre a cultura japonesa, porém, o seu foco se volta para a vida privada e os espaços domiciliares. Nessa obra, o autor junta elementos de ficção com a estrutura de um texto argumentativo. Assim, há momentos em que ele apresenta suas impressões sobre a cidade japonesa por meio das atividades corriqueiras de personagens fictícios, e há vezes em que a narrativa faz uma digressão pela qual o autor realiza uma reflexão sobre um determinado detalhe dos gestos, vestimentas e expressões japonesas em espaços privados. O objetivo de Hearn, nessa obra em específico, é identificar a essência do que consiste ser japonês, mas também discutir sobre como a mentalidade japonesa lida e interage com mudanças sociais, como no caso do processo de ocidentalização nos ambientes urbanos no Japão:

*The psychologist knows that the so-called “adoption of Western civilization” within a time of thirty years cannot mean the addition to the Japanese brain of any organs or powers previously absent from it. He knows that it cannot mean any sudden change in the mental or moral character of the race. Such changes are not made in a generation. Transmitted civilization works much more slowly, requiring even hundreds of years to produce certain permanent psychological results.*⁶⁹

Aqui notamos que Hearn utiliza a referência da psicologia como elemento de discernir a capacidade de aprendizagem dos japoneses, porém observa-se que o autor faz uma discussão sobre como se dá o processo de ocidentalização em uma cultura não europeia. No trecho, é comentado que a adoção dos moldes da civilização ocidental na

⁶⁹ HEARN, Lafcadio. **Kokoro**: Hints and Echoes of Japanese Inner Life. 1895. [Los Angeles, CA]: Blackmask, 2003. p. 3, 4.

sociedade japonesa dificilmente vai gerar mudança nas concepções de verdade e moral para o indivíduo japonês em um curto prazo de tempo.

O interessante dessa argumentação é que ela se apoia em pressupostos de que o processo de ocidentalização acontece na introdução dos valores ocidentais à sociedade japonesa, considerando esse movimento como se fosse uma troca cultural. No entanto, Hearn, pelo menos nesse trecho, não menciona ou demonstra ciência de que o processo de “adoção da civilização ocidental” também consiste na modelação de estruturas políticas e econômicas que foram implementadas durante o período Meiji. Apesar de o autor sugerir que sua discussão se passa no quesito psicológico de um indivíduo japonês, pautada no comportamento de um público de classe média, isso ainda estabelece um divisor de águas em que a “civilização ocidental” carrega o peso um objeto que representa o progresso ou o requisito que promove a evolução e aperfeiçoamento de toda comunidade humana. Logo, o que Hearn acaba propondo não é comparar diferentes culturas ou sociedades, mas insinuar que a adoção da civilização ocidental é atingir uma nova etapa de desenvolvimento social humano.

1.1.2.2 Manuel de Oliveira Lima: ‘Japão’ imaginado por uma perspectiva brasileira

As obras de Hearn chegaram a ser referência ocidental sobre a cultura japonesa e tiveram repercussão até mesmo no Brasil. Elas inspiraram, por exemplo, o diplomata Manuel de Oliveira Lima (1867-1928)⁷⁰ a visitar o Japão e, mais tarde, escrever a obra *No Japão: impressões da terra e da gente*, em 1903. Manuel Lima se considera o primeiro brasileiro a desenvolver uma obra a respeito da cultura japonesa e seu livro consiste em uma literatura de viagem. A obra apresenta as observações e análises empíricas do próprio autor, de quando residiu em Tóquio nos anos finais da década de 1890. Sua obra também desenvolve uma breve narrativa da história do Japão por meio do levantamento de relatos de viagem do padre Francisco de Assis e de outras referências sobre o Japão, como as de Lafcadio Hearn.

⁷⁰ Manuel de Oliveira Lima foi um diplomata, historiador e crítico literário brasileiro que tanto atuou na academia (como professor convidado de Harvard e também na Academia Brasileira de Letras) quanto realizou viagens diplomáticas no Japão representando os interesses do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em 1890.

O diplomata brasileiro menciona outros autores e estudos de fontes sobre a Terra do Sol Nascente, como os orientalistas da *Asiatic Society of Japan*, no caso, o professor Basil Hall Chamberlain⁷¹, assim como desenvolve críticas e observações a respeito das impressões de outras obras e narrativas que mencionam o Japão. Por exemplo, Lima comenta que os apontamentos e descrições sobre a cultura japonesa por Loti em *Madame Chrysanthemè* são superficiais e caricatos, pois a sua narrativa representa a imagem da mulher e a sociedade japonesa como um objeto passivo e submisso, de modo que a personalidade feminina é desprovida de vontade. No entanto, a apresentação que Lima faz sobre o Japão ainda introduz o aspecto de um país exótico, descrito pelo autor como se fosse uma obra de arte preenchida por paisagens e cores vivas:

O Japão, porém, reúne às graças da natureza, o prestígio de um passado heroico cujos contornos se somem nas brumas da mais complicada, curiosa e poética mitologia; o exotismo de uma civilização completa, de todo diferente das demais, cuja marca chinesa e búdica empalideceu na aclimação e foi avigorada por tons próprios, tão quentes e resistentes quanto o vermelho e dourado das suas lacas finalmente a sedução de uma arte estranha, cuja fascinação ainda não se esgotou, antes parece diariamente avolumar-se.⁷²

A descrição que Manuel de Oliveira faz sobre o Japão, de semelhante modo, lembra das representações que os artistas impressionistas na França fizeram a respeito do País do Sol Nascente. A leitura nos dá a impressão de que o autor está descrevendo uma descoberta de uma nova cultura e a menção do Japão ser exótico por apresentar uma “civilização completa” causa o impacto de estranheza, como se o esperado fosse a cultura japonesa ser desprovida de traços que poderiam ser julgados como “civilizados”. Encontramos fascinação e conflito da parte do autor quando notamos que, na sua narrativa, Lima reconhece que o perfil da sociedade japonesa comporta a definição de “civilização” segundo os parâmetros europeus, mas ao mesmo tempo tem-se o sentimento de

⁷¹ Basil Hall Chamberlain (1850-1935) foi filólogo e professor de língua japonesa na Universidade Imperial de Tóquio; além disso, foi membro da *Asiatic Society of Japan*, onde desenvolveu trabalhos a respeito da cultura japonesa, focando no estudo da literatura e da língua japonesa. Ele chegou a escrever uma enciclopédia sobre os japoneses que ficou conhecida como *Things Japanese*, em 1898. Chamberlain também traduziu para a língua inglesa duas obras consideradas sagradas e históricas para os japoneses, o *Kojiki* e o *Nihongi*, as quais foram apresentadas no décimo volume dos anais da *Asiatic Society of Japan*, em 1882.

⁷² LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão**: impressões da terra e da gente. Rio de Janeiro: Laemmert & C. 1903. p. 4.

estranheza devido aos fundamentos dessa mesma civilização diferirem dos modelos que o autor tem maior familiaridade.

Desse modo, apesar de Lima tomar os escritos de Lafcadio Hearn como referência sobre o Japão e sua cultura no âmbito do individual e privado, o diplomata brasileiro realiza uma análise na perspectiva coletiva com o objetivo de classificar e definir a nação japonesa. Ao longo da sua obra, Lima divide sua discussão em 10 capítulos, cada um salientando um aspecto específico sobre o Japão. Por exemplo, o terceiro capítulo, *Belezas Naturais*, é a respeito da vegetação e a flora japonesa e comenta sobre os vales e montanhas, enquanto no capítulo quatro, *O caráter nacional*, o autor discute como a nação é centralizada na figura do imperador em plena Era Meiji, mas o povo japonês nunca havia visto seu rosto, o que levava Lima a questionar como é que era possível a comunidade japonesa se submeter a um soberano que eles sequer conheciam ou viam.

Para Manuel Lima, os japoneses e chineses apresentavam um perfil de uma civilização pautada em tradições e fundamentos religiosos, estabelecendo uma sociedade estável e funcional na qual todo ser nela inserido necessariamente se encarregaria de realizar um papel em prol do funcionamento da comunidade, fosse no sentido econômico ou político. Dessa forma, o autor conclui que a norma era efetivada pela força e fiscalizada por agentes do governo, mantendo assim o funcionamento da estrutura social. Nesse sentido, Lima julga tanto os japoneses e chineses como “civilizações atrasadas” pois, segundo ele, sacrificam o progresso em troca de estabilidade:

As raças do Oriente são atrasadas nos seus pensamentos, quando os medimos pela nossa presunçosa craveira; desconhecem tanto a nossas concepções de conforto físico como os nossos ambiciosos conflitos intelectuais, e mostram-se alheias à nossa anarquia moral. Para elas a metafísica e a ética são imutáveis, e os preceitos assim tornados inalteráveis ganham em rigidez o que perdem em progressividade.⁷³

A consideração que Lima faz sobre o povo japonês é como se os tratasse como uma sociedade que “chegou na condição de *civilizada*”, porém, com o passar do tempo acabou se estagnando, ficando “presa ao passado” e deixou de “progredir”, o que o faz concluir que os japoneses, assim como os chineses, seriam “raças atrasadas”. Esse julgamento toma o mesmo argumento que Lafcadio Hearn desenvolve nas suas obras. As

⁷³ Ibid., p. 7.

descrições e explicações a respeito dos japoneses são realizados como se todas as suas características sociais e culturais fossem intrínsecas da “raça japonesa”, sendo estas atribuições advindas da própria natureza biológica deles.

Dessa forma, tanto nas descrições de Hearn e de Lima, apesar de haverem observações ricas sobre a história e a cultura do Japão que tentaram retirar qualquer imagem caricaturesca ou superficial, ainda não havia passagens que abordam o Japão como um espaço exótico. Mesmo reconhecendo as características sociais, históricas e culturais, a referência que esses autores tomam como modelo de civilização e progresso ainda é o Ocidente. Desse modo, as comparações e explicações, quando realizadas entre a cultura japonesa e ocidental, acabam se tornando um reflexo ou o pronunciamento da cultura europeia. Isso quer dizer que as análises e explicações científicas feitas sobre o Japão na verdade se resumem ao movimento da Europa abordando o Oriente, tratando seu conhecimento e experiência como se fossem propriedades exclusivas dos povos do Ocidente.

Até aqui, pudemos observar a trajetória de como as impressões e as imagens criadas pelas viagens e relatos de navegadores, padres, diplomatas e escritores ocidentais sobre o Japão foram se moldando no decorrer do tempo. Essas literaturas permitiram expandir o horizonte dos europeus a respeito da sua concepção de mundo por meio da acessibilidade de novos continentes e povos, via o desenvolvimento das navegações e de registros cartográficos. Mas vale ressaltar que esse movimento se deu por meio de um fundo político e econômico, de modo que, com o advento da transição do século XVIII ao XIX, a expansão imperialista das nações europeias fez com que as nações asiáticas, como no caso do Japão, se tornassem paisagens exóticas, onde seus materiais culturais se tornariam em atrativos de consumo. Dessa forma, a imagem de *Oriente* apresentada pelo Ocidente tem, como parte de sua formação, atividades e projetos de conquista e de dominação territorial, o que ironicamente permitiu mais tarde a apreciação da arte e da cultura japonesa.

1.2 O Japão, o Oriente e o Ocidente sob uma perspectiva nipônica

Na discussão anterior, pincelamos a respeito de como as impressões que a Europa teve sobre o Japão foram se moldando por meio dos relatos de viagens de jesuítas, exploradores e mercadores. Vimos que as movimentações ultramarinas forneceram dados

cartográficos às nações europeias, atualizando o conhecimento de seu espaço geográfico e a respeito do mundo, por meio estabelecimento de postos comerciais e colônias nas Américas, África e porções da Ásia. Esse movimento, além de expandir o conhecimento a respeito do globo terrestre, potencializou projetos políticos e econômicos via negociações com os povos locais e instituiu estabelecimentos jurídicos em formato de embaixadas, que representavam os interesses dos governos europeus nos portos e cidades das comunidades nativas.

Neste item, daremos o foco ao contexto japonês, chamando atenção para a perspectiva do Oriente em relação ao Ocidente. Em outros termos, pincelaremos quais foram os posicionamentos da parte dos japoneses frente à circunstância das nações europeias ocuparem o cenário político e econômico no Extremo Oriente. Desse modo, questões como civilização, modernização, tradição, ciência e razão se tornam tópicos de discussão entre os pensadores e intelectuais japoneses, que comparavam a sua cultura com a europeia, no intuito de resolver um problema emergente que consistiu em responder o que, de fato, é civilização⁷⁴.

A presença europeia no Extremo Oriente e os seus avanços imperialistas nas nações como a China e Índia levaram a elite japonesa a lidar com o dilema de definir o que é “ser civilizado”, levando em conta as concepções de “progresso e desenvolvimento” como referência para estabelecer um ideal de uma nação forte e próspera. O problema dessa discussão é que o governo japonês, no final da gestão Tokugawa (1603-1869) e no início de Meiji (1868-1912), testemunhou o potencial das indústrias europeias, assim como a execução de seu poderio bélico nas nações vizinhas ao Japão.

Esse movimento pode ser caracterizado mais como uma reação, pois os estadistas japoneses assistiram a nações como China e Índia serem submetidas pela administração europeia por meio dos movimentos de expansão imperialista vindos do Ocidente à Ásia. Chineses e indianos acabaram perdendo grande parte de sua autonomia administrativa, tanto na sua soberania de gerir seu território quanto no controle de exportação e importação de mercadorias no âmbito internacional. A Índia era administrada pelo Raj britânico em Calcutá desde 1858, enquanto a China sofria com crises sanitárias e

⁷⁴ TANAKA, Stefan. **Japan's Orient**: rendering pasts into History. California: University of California Press, 1993. p. 3.

econômicas devido ao ópio nos intervalos de 1830 a 1860. Além disso, o período foi marcado pelas Guerras do Ópio e pelos Tratados Desiguais, como os de Nanjing (1842) e de Tientsin (1858), quando cidades portuárias chinesas passaram a ficar sob controle da jurisdição britânico. Tais circunstâncias fizeram com que o governo japonês tomasse um posicionamento e medidas para preservar a soberania de sua nação, temendo a possibilidade das potências ocidentais subjugarem o Japão da mesma forma como fizeram com os governos vizinhos. Para isso, foi necessário que os estadistas reformulassem a composição e estrutura de governo, assim como haveriam de mudar a referência a respeito do saber tecnológico e a atualização do conhecimento científico.

1.2.1 A segregação de Nihon com o Oriente: da China como chugoku para shina

Segundo Stefan Tanaka⁷⁵, em *Japan's Orient: rendering pasts into history* (1993), o Japão também se encontrava num processo de mudança epistemológica e etimológica em relação à sua própria identidade, assim como com o seu relacionamento com os demais países vizinhos. Por exemplo, antes, a China era considerada referência central para os japoneses. A sua fundamentação institucional de sociedade era baseada nos princípios confucionistas chineses. Esse modo de administração foi adotado como modelo durante séculos, não apenas no Japão, mas também nos reinos coreanos⁷⁶. Porém, com o advento das Guerras do Ópio e a fragilização do império chinês perante a expansão imperialista britânica, a China deixou de ser referência de uma nação modelo para os japoneses, e as nações ocidentais passaram a ser vistas como um modelo alternativo, no sentido de desejarem obter a mesma superioridade bélica que os europeus. Desse modo,

⁷⁵ Stefan Tanaka é historiador e professor da Universidade da Califórnia, em São Diego. Seu tema de estudo se volta para a história moderna japonesa. Ele desenvolveu estudos a respeito de como concepções de “história”, “tempo” e “passado” foram abordadas e pensadas para definir o Japão. Atualmente, seu recorte temático se voltou para a área de comunicações, na qual ele propõe a História como uma ferramenta tecnológica de dispersão de conhecimento. Os estudos de Tanaka a respeito do Japão e a correlação com as concepções de tempo, passado e história são: *Japan's Orient: rendering pasts into History*, de 1993; e *New Times in Modern Japan*, de 2004.

⁷⁶ A estrutura social e das instituições políticas japonesas tinha como base as crônicas dos *Anais de primavera e outono* (a obra data de 770 a.C. – 476 a.C.) de Confúcio (551 a.C. – 479 a.C.). Esse documento consistia num compilado de registros de eventos como nascimento, casamento, mortes, guerras, gestões administrativas, desastres naturais e econômicos durante a dinastia chinesa Zhou (1046 a.C. – 246 d.C.). Os registros serviram de manual para as gestões futuras, tanto para os chineses quanto para os japoneses. Nessas crônicas que foi embasada e proposta uma organização social de caráter meritocrático em que se dividia a sociedade em quatro grupos funcionais: guerreiros, artesãos, agricultores e mercadores. WATANABE, Hiroshi. **História do pensamento político no Japão**. Tóquio: University of Toquio Press, 2010.

estadistas e pensadores japoneses passaram a alterar sua perspectiva sobre a concepção de “civilização”, “modelo de nação”, mudar a sua postura e até mesmo a forma de tratamento aos demais países vizinhos. Podemos observar essa situação no caso da China, onde foi realizada a proposta de alteração do termo *chugoku*, o qual era a forma denominada pelos japoneses para se referir à China, para *shina*:

Shina is the Japanese appellation for China most commonly used during the first half of the twentieth century. After the World War II the name for China reverted to chugoku (Middle Kingdom), a common name from before the Meiji Restoration (1868). Throughout much of Japan's modern period various groups used shina to emphasize difference: nativist (kokugaku) scholars, for example, used shina to separate Japan from barbarian/civilized or outer/inner implication for the term chugoku; and in the early twentieth century Japan, shina emerged as a word that signified China as a troubled place mired in its past, in contrast to Japan, a modern Asian nation.⁷⁷

É interessante a alteração da nomenclatura de *chugoku* para *shina* considerando a relação China-Japão, que compartilha o mesmo prisma linguístico, mas que, devido a razões políticas, implementou o termo ocidental “China” no lugar, pois a constituição da palavra “china” advém das impressões dos viajantes europeus, no caso, de Marco Polo. É importante frisar que esse termo não exprime a identidade ou a realidade interna dos chineses ou dos japoneses⁷⁸. A expressão *chugoku* (中国), por sua vez, é compartilhado tanto na língua chinesa quanto na japonesa; no caso, o termo tem o sentido de *reino central*, ou *reino do meio*. Ele expressa a ideia de que a China seria representada como o centro do mundo, no sentido geopolítico, sugerindo uma posição da cultura chinesa como um modelo de civilização que se difundia nas regiões da Indochina, Coreia e Japão. Nesse sentido, poderia se afirmar que o Japão assimilou e aproveitou muito da cultura chinesa, a fim de aperfeiçoar temas de arte, filosofia, religião e política. Então, os japoneses

⁷⁷ TANAKA, Stefan. **Japan's Orient: rendering pasts into History**. California: University of California Press, 1993. p. 3, 4.

⁷⁸ O termo “China” é uma expressão derivado do sânscrito “*cina*”, que apresenta duas traduções: a primeira é referente a uma variante do grão de arroz que, para os indianos, apresentava uma qualidade superior aos demais grãos, enquanto a segunda significa “reino do norte”. Entende-se também que a palavra “China” tem como referência a dinastia Qin (221 a.C. - 206 a.C.), segundo os registros do jesuíta e cartógrafo Martino Martini (1614-1661) em *Novus Atlas Sinensis*, de 1655. Mais discussões a respeito da expressão “China” e temas relacionados, ver: TWITCHETT, Denis Crispin; LOEWE, Michael; FAIRBANK, John King, **The Cambridge History of China: The Ch'in and Han Empires, 221 BC-AD 220**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986; GARNET, Jacques. **A history of Chinese civilization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

tiveram a China como referência de conhecimento, além de terem desenvolvido laços diplomáticos e comerciais por longos séculos.

A menção de *kokugaku* (国学 – “estudo do país”), na arguição de Tanaka, consiste em citar uma vertente de intelectuais que propõem a rejeição dos ensinamentos budistas e confucionistas. Segundo esse grupo, os valores da fé xintoísta deveriam ser a base do Estado japonês, uma vez que a figura do imperador seria legitimada via discurso religioso, implementando a visão de história de que os imperadores detêm o poder legítimo de governar⁷⁹. Essa vertente possibilitou o amadurecimento da concepção de *kokusui* (国粹 – *essência nacional*) durante a Era Meiji, o que permitiu o desenvolvimento de escolas de linhas nacionalistas alegando a apologia de se atentar para as literaturas e referências consideradas nativistas, ou tradicionais, que correspondessem à nação japonesa, denegrindo demais materiais que fossem estrangeiros. Nesse sentido, o emprego do termo *shina* seria a expressão que os pensadores da linha de *kokugaku* utilizariam para desconsiderar a China como modelo de nação, deslocando a importância para a imagem do imperador japonês.

Assim, o deslocamento da utilização do termo *shina* (支那) em vez de *chugoku* foi um movimento de considerar a China como uma nação vizinha num patamar de igualdade. Logo, a menção do império chinês não seria mais vista como uma referência de “civilização-modelo”. A adoção da expressão *shina* é a mesma que os europeus utilizam para mencionar “China”, o que significaria uma alteração da relação política entre o Japão-China. Isso quer dizer que a nação chinesa seria tratada apenas como um país estrangeiro, da mesma forma que qualquer outro país vizinho. A respeito dessa

⁷⁹ A vertente *kokugaku* foi fundada por Motoori Norinaga (1730-1801) em 1764, na qual a escola tinha inicialmente o fim de desenvolver estudos literários relacionados à poesia e crônicas japonesas, como os *Contos de Genji* (1009-1020), de Murasaki Shikibu (973 d.C. – 1031), e *Man'yōshū* (759 d.C.), o que consiste numa compilação de 10.000 poemas organizados por Otomo no Yakamochi (718-785). A finalidade era criar um corpo que estudasse as produções literárias consideradas “japonesas” sem qualquer influência externa, com o objetivo de destacar uma “essência japonesa” no campo literário. Nas primeiras décadas do século XIX, o grupo, organizado por Hirata Atsutane (1776-1843), passa a ter inclinações nacionalistas, saindo do perfil de uma escola de estudos literários para uma vertente política e religiosa, abraçando os fundamentos religiosos Shinto e tendo como argumento e material as fontes *Nihongi* e o *Kojiki* como textos sagrados e legitimadores do império japonês. Mais referências sobre o *kokugaku* e seus desdobramentos podem ser consultadas nos seguintes estudos: *Kokugaku in Meiji-period Japan: the modern transformation of 'national learning' and the formation of scholarly societies* (2013), de Michael Wachutka; *A historiografia no Japão no século XX* (2003), de Nagahara Keiji; *History and State in the Nineteenth-Century Japan* (1998), de Margaret Mehl.

discussão, para Enoki⁸⁰, o termo *shina* carrega um ponto de reconhecimento de que tanto a China quanto o Japão seriam reinos, e que *chugoku* é um termo que os chineses atribuem para si mesmos como um recurso de identidade. Considerando que o povo japonês não faz parte da conjuntura chinesa, logo Enoki conclui que o posicionamento do Japão se encontra na condição de “estrangeiro”, o que faz com que o termo mais adequado seja *shina*, e não *chugoku*. Assim, todo esse deslocamento se deu devido à contribuição dos eventos das Guerras do Ópio (1839-1860) e dos Tratados Desiguais que a China teve de assinar com as nações europeias. Isso provocou uma reação da parte dos estadistas e pensadores japoneses de terem de mudar a sua postura internacional em relação às nações vizinhas e às potências europeias. A medida que o governo japonês tomou foi buscar uma forma de manter a autonomia da nação que consistiu no estabelecimento de um Estado moderno. Para isso, entretanto, seria necessário que as instituições japonesas tivessem que passar por uma reforma interna e elaborar um modelo ideal de nação que substituísse os valores apreendidos pela China por novos, fosse via reformadores japoneses ou europeus, com a finalidade de propor uma estrutura nacional equivalente à das demais nações ocidentais. O emprego da expressão *shina* foi adotado pelos pensadores japoneses depois do advento da Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895),⁸¹ que resultou na vitória do Japão sobre os domínios da China, ocupando o litoral da Manchúria e adquirindo o controle dos territórios da Coreia. Nesse sentido, a imagem da China como *chugoku* passou a ser alterado para *shina*, porém trouxe a conotação pejorativa de que os

⁸⁰ Enoki Kazuo (1913-1989) foi professor emérito da Universidade de Tóquio em História Oriental. Seu tema de discussão girou em torno do emprego dos termos *shina* e *chugoku*. Seu parecer era de que ambas as expressões atribuíam funções históricas na relação Japão-China; no entanto, o emprego do termo *chugoku* apenas faria sentido se fosse expressado entre os chineses e no período, quando Japão ainda não era uma nação moderna. Assim, o uso do termo *shina* seria mais adequado para mencionar a nação chinesa nos recortes do século XIX e XX. Enoki discute o tema no seu livro *Europa e Ásia*, publicado em 1983. TANAKA, Stefan. **Japan's Orient**: rendering pasts into History. California: University of California Press, 1993. p. 5, 6.

⁸¹ A Primeira Guerra Sino-Japonesa foi um dos primeiros movimentos imperialistas japoneses, o qual consistiu no conflito de interesses sobre a Coreia entre a China e o Japão. O contexto se deu na questão do Japão expandir suas fronteiras e buscar novas regiões atrás de recursos minerais, com a finalidade de aumentar o desenvolvimento industrial japonês. Nesse aspecto, a Coreia se encontrava dividida sob a influência tanto da China quanto do Japão; parte da aristocracia coreana defendia a submissão ao império chinês por conta de terem prestado serviço de longa data e também pela razão da China ter sido referência na estruturação político e social na Coreia, enquanto um grupo de estadistas coreanos alegava estabelecer conexões com o Japão e as nações ocidentais em prol do reino coreano adquirir sua autonomia e criar um Estado moderno. O conflito estourou quando o governo japonês exigiu a indenização do naufrágio de um navio japonês na ilha de Taiwan, em 1874, o qual os chineses se recusaram a pagar, pois a causa do incidente estava fora da jurisdição chinesa. Mais referências sobre o tema da Guerra Sino-Japonesa de 1894-1895 podem ser consultadas em *The Sino Japanese War of 1894-1895 perceptions, power and primacy* (2002), de S. C. M. Paine; *The Diplomacy of Japan 1894-1922 Volume 1: Sino Japanese War and Triple Intervention* (1976), de Morinosuke Kajima; *The Making of Modern Japan* (2002), de Marius B. Jansen.

chineses são um povo bárbaro e não-civilizado, o que modifica a relação do Japão com a Ásia e com o Ocidente.

1.2.2 *Toyo: o Oriente nipônico*

Sobre a relação do Japão com as nações vizinhas e o Ocidente, considerando a conjuntura da China enfrentando os Tratados Desiguais e a ocupação inglesa nas suas cidades portuárias, estadistas e pensadores como Sakuma Shozan (1811-1864), foi desenvolvida a concepção de *toyo* (東洋 – “Leste” ou “Oriente”). Nela, se estabelece uma imagem de definir o “Oriente” segundo a perspectiva japonesa, enquanto *seiyo* (“Oeste” ou “Ocidente”) se trataria de assuntos relacionados à cultura ocidental. Tanaka expõe o tratamento da ideia de *toyo*, apresentando os desdobramentos deste conceito e pontuando pensadores que vão moldando o significado dessa perspectiva de “Oriente”:

The meaning in Japan began to change with growing awareness of Europe. Honda Toshiaki divided the Eurasian continent into seiyo (West) and toyo (East) in his Seiki monogatari (1798) when comparing the trade of England and Japan, and by the mid-nineteenth century Sakuma Shozan used toyo to refer to Eastern values in his often quoted phrase “Eastern ethics as base, Eastern techniques as means” (toyo dotoku, seiyo gei). During the 1880s, toyo appeared in a number of publications as and appellation for the culture of the East.⁸²

A concepção de *toyo* teve como função estabelecer uma identidade para o Japão, no sentido de que o governo japonês assumiu a postura de uma nação moderna. O movimento estabelece uma distinção com os países vizinhos, como a China, Índia e Coreia, no quesito geopolítico, em que o Japão representaria a figura de uma nação asiática moderna, tomando uma posição central, enquanto as demais nações apresentariam um papel secundário. A proposição de *toyo* também consistiu em englobar a cultura do Leste asiático, tomando como referência a sua filosofia e ética com a finalidade de diferenciá-lo do Ocidente. O conceito de *toyo*, no entanto, se distingue da concepção de *Oriente* estabelecida pelas instituições europeias, que procuraram caracterizar as culturas asiáticas na categoria de *oriental*. O foco de desenvolver uma ideia de *toyo* se dava em estabelecer uma distinção entre a Europa e a Ásia (entende-se

⁸² TANAKA, Stefan. **Japan’s Orient**: rendering pasts into History. California: University of California Press, 1993. p. 5.

por “Ásia”, nesta discussão, Japão, China, Coreia e as culturas da Indochina) no aspecto cultural, mas também servia de referência para diferenciar a cultura japonesa da Ásia, com a busca de encontrar uma identidade própria sem nenhum vínculo externo.

A discussão e o desenvolvimento da concepção de *toyo*, no entanto, não foram formalizados no meio acadêmico, mas se deram via trabalhos, escritos e reflexões de estadistas japoneses como Honda Toshiaki (1744-1821), em *Contos do Ocidente*, de 1798, e de Sakuma Shozan ao ter articulado a frase “ética asiática e aprendizado da técnica ocidental” (*tōyō dōtoku, seiyō gakugei* - 東洋道德西洋学芸). Ambos tiveram participação durante os períodos finais da administração Tokugawa na década de 50 do século XIX e eram apoiadores da política de que o governo japonês deveria reabrir os seus portos e iniciar atividades comerciais com as nações do Ocidente. Também alegavam a importância da adoção de métodos e modelos militares para configurar o exército japonês e introduzir técnicas e conhecimento científicos europeus no Japão, como máquinas movidas a vapor e eletricidade. Desse modo, foi por esses estadistas que se desenvolveu a imagem do “Ocidente” sinônimo de aperfeiçoamento técnico e de modernização, enquanto o “*Oriente asiático*” remeteria os princípios éticos e morais.

Porém, a base que sustenta o conceito de *toyo* partiu das reflexões de Okakura Kakuzo (1862-1913)⁸³ na obra *Ideals of East*, de 1903. A sua proposta consistiu em incorporar a imagem do Japão como a manifestação de toda a cultura asiática, alegando que a arte japonesa é fruto da junção da filosofia, religião e da estética chinesa e indiana. Sendo assim, o Japão seria a síntese do que pode ser afirmado o como “*cultura asiática*” ou o representante da Ásia. O seu papel também seria o de estabelecer um posicionamento em contraste com a cultura do Ocidente⁸⁴. Nesse sentido, a imagem do Japão passou a apresentar um perfil centralizador, o qual, segundo Okakura, apresentaria um papel de protagonismo, de modo que ao Japão caberia “reviver a unidade asiática” e defender a

⁸³ Okakura Kakuzo (1863-1913) foi um historiador japonês de arte que se especializou no estudo sobre a estética indiana e chinesa. Foi fundador do Instituto de Arte no Japão no início da década de 1890 e foi um apologista na valorização da arte e cultura “asiáticas” em detrimento da europeia. Suas obras têm como destaque *O livro do chá* (1906); *Ideals of East* (1903); e *Awakening of Japan* (1906). Os estudos a respeito dos trabalhos de Okakura e suas ideias podem ser consultados em *Finding their place in the World: Meiji Intellectuals and the Japanese Construction of an East-West Binary, 1868-1912* (2011), de Masako N. Racel; e *Okakura Tenshin in Aesthetic Nationalism* (2005), de John Clark, In: *East Asian History*, organizado por Geremie R. Barmé em 2005.

⁸⁴ OKAKURA, Kakuzo. **Ideals of the East**: with the special reference to the art of Japan. 1903. New York: E. P Dutton, 1920. p. 1.

cultura oriental da ocidentalização na Ásia⁸⁵. Mais tarde, as suas ideias seriam utilizadas como base, a partir da década de 30 do século XX, para legitimar movimentos ultranacionalistas japoneses (*kokusuiteki* – 国粹的), na intenção de justificar as atividades expansionistas do império japonês no litoral da China, Filipinas e Camboja nas décadas de 1920 e 1930.

A questão de Okakura, tirando o aspecto de suas idealizações a respeito do Japão tomar uma frente nacionalista e estabelecer a nação japonesa como um símbolo hegemônico, cria bases para pensar numa nova identidade nacional japonesa por meio da arte, e também elabora uma ideia de “*Oriente*” sob uma perspectiva advinda de um posicionamento japonês. Isso nos leva a alegar que existe uma parte integrante, representante da conjuntura asiática, que desenvolve uma reflexão identitária sobre o que é “Ásia” no sentido cultural e artístico, estabelecendo relações históricas que entrelaçam pontos em comum entre as comunidades asiáticas. Essa discussão, Okakura deixa presente nas obras *Ideals of the East*, de 1903, e *O livro do chá*, de 1906.

O posicionamento de Okakura consistia em contrapor o avanço imperialista europeu no contexto japonês no recorte da gestão Meiji, criticando o processo de “ocidentalização”. Os exemplos que podemos pontuar são o emprego das vestimentas do estilo ocidental como modelo formal nas atividades sociais e a cultura do chá se tornar uma prática da ordem cotidiana e de entretenimento, mais do que uma arte ou tradição filosófica⁸⁶. Nesse ponto, Okakura estabelece uma imagem de “Ásia” que se distingue da Europa, argumentando que os povos asiáticos já apresentam uma concepção própria de “arte”, “cultura”, “civilização” e “história”. Assim, para Okakura, não haveria a necessidade do Japão, por exemplo, adotar ou se espelhar num modelo europeu para

⁸⁵ TANAKA, Stefan. **Japan's Orient**: rendering pasts into History. California: University of California Press, 1993. p. 14.

⁸⁶ Sobre a cultura do chá, Okakura desenvolve um estudo em *O livro do chá*, de 1906, em que argumenta que o consumo do chá não se trata de uma prática que consiste em preservar uma tradição ou num costume de longa data, realizado por uma aristocracia seleta. Para Okakura, o preparo do chá e a sua apreciação se tratam de um ato cerimonial de caráter filosófico e religioso e os elementos do rito não se limitam apenas à ação de beber o chá. O espaço, a sala do local, os instrumentos de preparo da bebida e os seus recipientes, são todas partes integrantes e vitais da constituição da cerimônia do chá. Cada um desses elementos é revestido de significados budistas que envolvem uma relação particular entre o indivíduo e o espaço em sua volta. É desse modo que Okakura argumenta que a arte é responsável para definir a identidade cultural asiática em função de se distinguir da Ocidental.

complementar as práticas sociais e culturais que fundamentassem a identidade de uma nação asiática:

Asia is one. The Himalayas divide, only to accentuate, two mighty civilizations, the Chinese with its communism of Confucius, and the Indian with its individualism of the Vedas. But not even the snowy barriers can interrupt for one moment that broad expanse of love for the Ultimate and Universal, which is the common thought-inheritance of every Asiatic race, enabling them to produce all the great religions of the world, and distinguishing them from those maritime peoples of the Mediterranean and the Baltic, who love to dwell on the Particular, and to search out the means, not the end, of life.⁸⁷

A obra de Okakura, *Ideals of East*, de 1903, apresentada acima, teve como função estabelecer um manifesto de que a Ásia é uma junção de culturas que apresentam “elementos” de “civilidade”, segundo a definição europeia, mas que é também uma forma de defesa, alegando que os povos orientais possuem filosofia, história e conhecimento científico do mundo natural. Para isso, Okakura toma emprestadas expressões como “civilização”, “indivíduo” e “universal” como forma de apresentar tanto o Ocidente quanto o Oriente numa relação de equivalência, contestando o argumento de que a cultura europeia é superior à asiática⁸⁸. Assim, a argumentação de Okakura serviu como base para a conceituação de *toyo*, dando corpo a uma representação de *Oriente* que contrapunha os valores do Ocidente.

O desenvolvimento da concepção de *toyo* foi formalizado no meio acadêmico, por meio de Shiratori Kurakishi (1865-1942)⁸⁹, que propôs a expressão, assim como o campo de estudo denominado *toyoshi* (東史), que significa “*História Oriental*”. O objetivo era extrair características culturais e sociais das nações como a China e Índia que indicassem pontos que colaboraram para a formação da cultura japonesa, tais como a escrita e as artes. Esse procedimento se atentava na análise e coleta de fontes escritas (documentos, crônicas e relatórios oficiais) via uma abordagem indutiva, se atentando para a descrição minuciosa e precisão dos fatos:

⁸⁷ OKAKURA, Kakuzo. **Ideals of east**: with the special reference to the art of Japan. 1903. New York: E. P Dutton, 1920. p.1.

⁸⁸ RACEL, Masako N. **Finding their place in the world**: Meiji intellectuals and the Japanese construction of east-west binary, 1868-1912. Atlanta: Georgia State University, 2011.

⁸⁹ Shiratori Kurakishi foi um historiador da Universidade Imperial de Tóquio durante o final do século XIX. Seus estudos se aprofundaram na história chinesa e no confucionismo chinês, assim como foi quem propôs a formalização do conceito de *toyo* no espaço acadêmico.

Japanese scholars such as Shiratori Kurakichi, the principal architect of toyoshi and professor of history of Tokyo Imperial University, used various pasts – those of Asia, Europe, and Japan – to “impart a supraclass, eternal character” to the concept of toyo. In a rather self-congratulatory but largely accurate statement the centennial history of the University of Tokyo, the author states, “One can say that Oriental history (toyoshi) established the historical perspective (rekishikan) of the Japanese, and the Department of Oriental History of the Faculty of Letters of the University of Tokyo has played virtually the decisive role.”⁹⁰

A proposição de *toyoshi* via Shiratori, por sua vez, teve como base as perspectivas historiográficas de Ludwig Riess (1868-1928),⁹¹ que foi seu professor, enquanto estudante na Universidade Imperial de Tóquio. Havia, nesse sentido, um processo de introdução de ideias e princípios iluministas que foram sendo aplicados na realização historiográfica japonesa, como ferramenta para ampliar diferentes abordagens metodológicas e técnicas burocráticas para otimizar o funcionamento das universidades nacionais japonesas.

A proposta de *toyoshi*, para Shiratori, consiste em fazer uma história da Ásia, separando-a dos eventos da Europa. Para os estudos concernentes a narrativas e acontecimentos históricos europeus, haveria o *seiyoshi* (西史). Assim, haveria duas histórias a serem narradas e estudadas de maneira separada: *toyoshi* teria o papel de desdobrar as bases que moldaram a formação cultural e social dos povos orientais, traçando uma narrativa que elaborasse propostas de identidade nacional para o Japão; enquanto *seiyoshi* estaria encarregado de desenvolver estudos de como os reinos europeus apreenderam as técnicas e modelos institucionais ou, em outras palavras, “como se deu o processo de modernização na Europa”. O objetivo dos estudos em *seiyoshi* era buscar possibilidades de aplicar ou adequar esses “modelos” e “técnicas” estrangeiras nas instituições japonesas como sinal de modernizar o país.

Desse modo, os intelectuais japoneses passaram a incorporar cada vez mais em seu repertório bibliográfico as obras ocidentais que apresentavam ideais iluministas, com

⁹⁰ TANAKA, Stefan. **Japan’s Orient**: rendering pasts into History. California: University of California Press, 1993. p. 10, 11.

⁹¹ Ludwig Riess foi um historiador alemão e discípulo de Leopold von Ranke (1795-1886). Riess atuou como conselheiro estrangeiro a serviço do governo japonês em 1887, e também lecionou no curso de historiografia na Universidade Imperial de Tóquio e na Universidade de Keio.

propostas teóricas de descrever a história, filosofia e modelos políticos. Entre elas, foram adotadas referências com François Guizot (1787-1874),⁹² em *History of Civilization*, de 1824, e Henry Thomas Buckle (1821-1862),⁹³ com a obra *History of Civilization in England*, de 1908.

A colaboração de Guizot para com a concepção de *toyoshi* e *seiyoshi* é definição do conceito de “civilização” como um movimento histórico-social no qual se tem dois processos progressivos, o do povo e o do Estado. Enquanto uma parte é a respeito da formação do indivíduo, do intelecto, a outra é concernente à forma de organização no nível institucional⁹⁴. Juntos, somariam a definição de “civilização”, a qual abrangeria as características culturais, históricas e sociais de um povo. No entanto, o elemento “povo” não se fazia presente nas narrativas historiográficas japonesas, pois seus registros centralizavam mais os feitos e grandes eventos realizados pela aristocracia dos imperadores japoneses. Movimentos como revoluções e reformas articuladas por grupos não aristocráticos eram, de certo modo, estranhos para os intelectuais e estadistas japoneses. O próprio termo “revolução” era uma expressão nova para o governo japonês, pois nunca se houve tentativas de alterar um modelo de governo como se teve na Europa, como, por exemplo, a passagem de monarquias para repúblicas.

Por outro lado, a contribuição de Henry Buckle era a sua proposta de uma sociedade orgânica, a qual se submete às leis universais pré-estabelecidas pela natureza física. A primeira razão da ideia de Buckle ser lida e empregada por intelectuais japoneses seria de que a sua visão de progresso se dá como produto da coletividade humana, e não das atividades individuais. Essa perspectiva se aproximava dos ideais de Confúcio e do

⁹² François Pierre Guillaume Guizot (1787-1874) foi um estadista e historiador francês cuja obra, *História da Civilização*, de 1824, foi grandemente lida pelos intelectuais japoneses. Para eles, Guizot foi referência em definir o conceito de civilização como o progresso da sociedade e o progresso dos indivíduos. Ainda assim, para garantir esse movimento, tanto a instituição governamental quanto o povo devem apresentar um equilíbrio de gestão sem que ocorra o abuso de poder de ambas as partes. GUIZOT, François. **The History of Civilization from the fall of the Roman Empire to the French Revolution**, de 1874, traduzido por Willia Hazitt.

⁹³ Henry Thomas Buckle (1821-1862) foi um historiador inglês que também foi grandemente lido no Japão. Suas ideias deliberavam que a história de toda humanidade se submetia à história natural do mundo; em outras palavras, todas as ações humanas ocorriam graças às leis universais da natureza física. Para Buckle, o progresso seria resultado das capacidades humanas enquanto grupo, mas também graças às condições naturais, como por exemplo clima, vegetação e o espaço natural. Buckle advogava que a Europa apresentava as condições naturais mais adequadas para o desenvolvimento de exercícios racionais, como a filosofia. TANAKA, Stefan. **Japan's Orient: rendering pasts into History**. California: University of California Press, 1993. p. 39, 40.

⁹⁴ Ibid., p. 59.

taoísmo, no sentido de que a sociedade se comporta como um corpo em que cada grupo social seria responsável em exercer uma função específica e o funcionamento harmônico das partes significaria uma sociedade ideal. Além disso, Buckle alegava que o progresso da humanidade era dependente das condições naturais, como o clima e disposições de recursos naturais, logo o ser humano se submete às providências que a natureza dispõe. Esse posicionamento também se alinhava com as concepções do confucionismo de que a Natureza (tanto o mundo físico quanto o místico), ou o Tao (para os taoístas), possui o papel de definir o curso do mundo. Assim, foi por meio das semelhanças sobre concepções de interpretar o mundo e organização social que as ideias ocidentais foram se adequando as propostas políticas japonesas.

Um grande exemplo de intelectuais japoneses que se inspiraram em ideais europeias como proposta de governo foi Fukuzawa Yukichi (1834-1901).⁹⁵ A sua proposta se dava em desenvolver estudos sobre a história e a cultura europeia no intuito de otimizar o ensino a respeito do conhecimento das ciências naturais, históricas e políticas no contexto japonês. Segundo Yukichi, o Japão, durante a Era Meiji (1868-1912), era uma nação semi-civilizada e incompleta que necessitava do “complemento do conhecimento científico europeu” para se tornar uma nação moderna.⁹⁶ Nesse sentido, Yukichi publicou uma série de publicações como *Seiyo Jiyo* (西洋事情 – *Condições do Ocidente*), de 1866-1870, e *Seiyo tabi na'nai* (西洋旅案内 – *Guia de Viagem para o Ocidente*), de 1867, como materiais e referência sobre as sociedades europeias, apresentando a descrição dos hábitos e costumes, mais o detalhamento dos modos de governo e conhecimento tecnológico utilizado na Europa.

⁹⁵ Fukuzawa Yukichi (1835-1901) foi um teórico político e escritor que tinha como proposta a adoção de modelos político e educacionais ocidentais para o Japão, a fim de torná-la uma nação moderna. Inicialmente, Yukichi foi um estudante de confucionismo chinês, focando mais na interpretação dos escritos originais de Confúcio como os *Analectos* de 111 d. C., via uma abordagem filológica no intuito de buscar o sentido correto de se ler os trabalhos do Confúcio, assim alcançando o modelo ideal de se governar uma nação. Porém, em 1859, Yukichi foi enviado como embaixador do governo Tokugawa aos Estados Unidos e se encantou com a ciência e técnica ocidentais. Desse modo, Yukichi retorna ao Japão propondo a adoção do modelo “civilizacional” europeu ao governo japonês, com o propósito de construir uma nação moderna e industrial. Para isso, ele desenvolve as obras *An Encouragement of Learning*, de 1872-1876, e *An Outline of a Theory of Civilization*, de 1875, como ferramentas para disseminar a importância do ensino da cultura ocidental para a sociedade japonesa. RACEL, Masako N. **Finding their place in the world: Meiji intellectuals and the Japanese construction of east-west binary**, 1868-1912. Atlanta: Georgia State University, 2011. p. 77-79.

⁹⁶ RACEL, Masako N. **Finding their place in the world: Meiji intellectuals and the Japanese construction of east-west binary**, 1868-1912. Atlanta: Georgia State University, 2011. p. 72, 73.

A disseminação de materiais e ensino de técnicas e informações relacionadas à cultura europeia ficou conhecido como *bunmei kaika* (文明開化 – civilização iluminada), movimento responsável para a divulgação de ideias referentes ao Iluminismo europeu.⁹⁷ Além disso, Yukichi também foi responsável por fundar a Universidade de Keio, em 1858, uma das primeiras instituições de ensino superior cuja especialidade foi tratar de estudos sobre o Ocidente.⁹⁸ Nela, foram divulgados os ensinamentos de *bunmei kaika*, o que tornou-se uma vertente historiográfica conhecida como “*história civilizatória*”, cujo lema era inserir a história do Japão como parte da narrativa da história universal proposta pelos europeus.

A perspectiva de *história civilizatória*, ou *história de abertura* de Yukichi, partiu da questão de que as leis universais da natureza que tanto Guizot quanto Henry Buckle pregavam eram aplicáveis para todos os tipos de sociedades, incluindo a japonesa. Dessa forma, era do interesse de Yukichi incluir a história do Japão dentro da estrutura universalista de história europeia.⁹⁹ Acreditava-se que, realizando esse tipo de adoção, poder-se-ia desenvolver uma narrativa em que o processo de modernização seria um fenômeno natural que ocorreria em todo tipo de sociedade, uma vez que fossem dadas as circunstâncias adequadas para determinada cultura se modernizar. O diálogo com essas ideias permitiu a Yukichi a escrita do livro *An Outline of a Theory of Civilization*, de 1875. Nele, o autor argumenta sobre a necessidade do governo japonês tomar medidas, adotando a ciência europeia como modelo de conhecimento e referência de civilização, como um padrão a ser seguido, alegando que a Europa é um exemplo de uma cultura desenvolvida e avançada, em contraste com o saber “oriental”, o qual Yukichi considera como obsoleto e supersticioso:

If we compare the levels of intelligence of Japanese and Westerners, in literature, the arts, commerce, or industry, from the biggest things to the least, in a thousand cases or in one, there is not a single area in which the other side is not superior to us. We can compete with the West in nothing, and no one even thinks about competing with the West. Only the most ignorant thinks that Japan's learning, arts, commerce, or industry is on a par with that of the West. Who would compare a man-

⁹⁷ EHALT, Romulo da Silva. Notas sobre o nascimento da historiografia moderna no Japão. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 12. Agosto, 2013. p. 121.

⁹⁸ MACFARLANE, Alan. **Fukuzawa Yukichi and the making of the modern world**. Scots Valley: Create Space Independent. 2013. p. 22.

⁹⁹ TANAKA, Stefan. **Japan's Orient: rendering pasts into History**. California: University of California Press, 1993. p. 37.

drawn cart with a steam engine, or a Japanese sword with a rifle? While we are expounding on yin and yang and the Five Elements, they are discovering the sixty-element atomic chart. While we are divining lucky and unlucky days by astrology, they have charted the courses of comets and are studying the constitution of the sun and the moon. While we think that we live on a flat, immobile earth, they know that it is round and in motion. While we regard Japan as the sacrosanct islands of the gods, they have raced around the world, discovering new lands and founding new nations. Many of their political, commercial, and legal institutions are more admirable than anything we have. In all these things there is nothing about our present situation that we can be proud of before them.¹⁰⁰

A exposição de Yukichi demonstra uma clara apologia à superioridade do saber europeu nos campos das artes, literatura, indústria e ciência em detrimento ao japonês. Ao mesmo tempo, a sua crítica reside no argumento de que os saberes vindos de referência chinesa, citando elementos como o “yin” e “yang”, os “cinco elementos”, “riquixás” e os “estudo de astros”, são obsoletos e supersticiosos, de modo que não há como concorrer com o desenvolvimento científico europeu. Para Yukichi, o Japão necessitava uma referência de conhecimento cuja metodologia fosse mais precisa, experimental, com o uso de instrumentos mais apurados e desenvolvidos. Nesse sentido, Yukichi propôs a construção de escolas onde o ensino se voltasse a estudos sobre a cultura europeia, sua ciência e filosofia, acreditando que apenas dessa forma seria possível a sociedade japonesa obter a condição de “civilizada”, “progressista” e “avançada”.

Pudemos ver que, na conjuntura intelectual japonesa durante o final do século XVIII e no decorrer do XIX, se faziam presentes discussões e propostas de definir e representar concepções de “Oriente” e “Ásia”. O conceito de *toyo* é um exemplo de que se tem a tentativa de afirmar a cultura asiática, procurando distingui-la do “Ocidente” por meio do apontamento de trajetórias históricas e culturais que englobam uma noção de identidade compartilhada entre as comunidades asiáticas (lembrando que essas interações foram focadas mais na conjuntura Japão, China e Índia). Enxergamos essa tentativa por meio dos argumentos de Okakura Kakuzo e Shiratori Kurakichi, para quem a “Ásia” é apresentada como o palco de compartilhamento de culturas, religiões e filosofias e onde há formalização de uma possível identidade para o Japão.

¹⁰⁰ YUKICHI, Fukuzawa. **An outline of a theory of civilization**, 1875. Tokyo: Columbia University Press, 2008. p. 99.

Dessa forma, há uma preocupação em definir a nação japonesa, se ela é parte integrante da Ásia ou se há uma possibilidade de construir uma identidade nacional que desvencilhe o Japão da Ásia, como, por exemplo, a proposição de alterar o termo *chugoku* para *shina*, alegando maior autonomia e protagonismo da história japonesa. Assim como, ao mesmo tempo, há a presença de posicionamentos semelhantes aos de Fukuzawa Yukichi, que propõe a introdução de ideias e a disseminação de valores iluministas europeus com o intento de modernizar o Japão via referências estrangeiras que escapam da conjuntura do que se denomina “Ásia”, mas seguem um “novo modelo”, no qual o discurso se volta para a “civilização” como sinônimo de “progresso e desenvolvimento”.

CAPÍTULO II – *The Story of Japan*: uma definição de Japão em forma de história nacional

No capítulo anterior, foi realizado um rápido reconhecimento dos desdobramentos de como as impressões sobre o Japão, partindo do Ocidente, foram desenvolvidas por meio dos relatos de viagem de missionários, diplomatas e artistas ao longo do século XVI-XIX. Vimos que esse processo de “imaginar” o Japão está associado com a tentativa de alinhar as culturas asiáticas em uma categoria, o “Oriente”. Essa concepção não permaneceu restrita apenas a um público fechado de estudiosos e intelectuais interessados na cultura asiática, a ideia de “cultura oriental” também foi disseminada na Europa via artes, literaturas e o advento da importação de produtos do Extremo Oriente, como a aquisição de quimonos, leques e xilografias em gravuras. Tais artigos forneceram novas impressões a respeito da cultura oriental, da China e do Japão, as quais apresentavam costumes que emanam uma beleza exótica, de modo que era desejável serem mimetizados. Com o advento da contemplação e apreciação das artes japonesas e chinesas, desenvolveu-se a moda do *japonismo* na França, por meio dos movimentos impressionistas de Monet e Van Gogh; na Inglaterra com os relatos e prosas de Lafcadio Hearn; e nas óperas teatrais de Puccini, na Itália.

Além disso, vimos que no Japão também houve discussões e teorias elaboradas por intelectuais e estadistas japoneses na proposição de definir o “Oriente” por meio do termo “Ásia” ou *toyo*, na tentativa de estabelecer uma identidade nacional e tomar um posicionamento defensivo, pelo qual se procurou argumentar que a cultura asiática era tão rica e “civilizada” quanto a europeia, como foi visto nas arguições de Okakura Kakuzo. Mas também encontramos outras figuras, como Fukuzawa Yukichi, que defendia um Japão moderno, que se desprenderia das tradições e dos saberes chineses e adotaria os modelos institucionais e a ciência ocidental como referência ideal para fundar uma nação japonesa autônoma e soberana.

A discussão que será tomada nesta parte se dá nas produções e estudos de instituições caracterizadas como “orientalistas”, estabelecidos no Japão durante o governo Meiji (1868-1912). Focaremos neste capítulo, no entanto, na trajetória de David Murray (1830-1905), membro da instituição orientalista *Asiatic Society of Japan*, e foi quem elaborou uma síntese dos trabalhos desse grupo de estudos. A obra ficou conhecida como *The Story of Japan* e foi publicada em 1892. Nesse sentido, o presente capítulo

discute os desdobramentos das atividades de David Murray, com foco em sua atuação política no Japão e em seus estudos sobre a cultura japonesa enquanto representante da *Asiatic Society of Japan*.

Discute-se também a análise de sua obra *The Story of Japan*, pontuando a sua estrutura e a sua proposta de história, a fim de apreender como o autor organiza os eventos históricos que dizem respeito ao Japão. Além disso, partindo do aspecto que a obra de Murray consiste em narrar sobre a formação do Japão como uma nação moderna, propomos analisar a concepção de “nação” e a sua relação com a “história”, tendo como foco entender como se dá o movimento de descrever acontecimentos de uma cultura não europeia numa estrutura de “história nacional” por meio de uma perspectiva estrangeira.

2.1 Trajetória de David Murray e a introdução à escrita de *Story of Japan*

A reabertura dos portos japoneses, em 1854, pelo Comodoro Matthew Perry e demais tratados dos ingleses, em 1858, foi um episódio marcante para o Japão, pois isso significou o estabelecimento de novos acordos internacionais, reconhecendo que o cenário político no Extremo Oriente consistia também na presença das nações europeias. Essa nova conjuntura foi de grande revelia para as potências ocidentais, como o império britânico e os Estados Unidos, que tinham o interesse de expandir a sua influência e rede comercial marítima na Ásia. As ilhas do Japão eram pontos estratégicos para reforçar a presença inglesa na Ásia, estabelecendo conexões com os portos da China e Índia, além de impedir a concorrência de outras nações europeias que buscavam se expandir, como a Rússia.¹⁰¹

¹⁰¹ A conjuntura política-marítima entre o Império Britânico com a Rússia e Japão, no extremo leste asiático, era de tensão, no sentido de influência territorial, assim como também se tratava de um atrito de interesse de ocupação de espaço para fins estratégicos-militares e comerciais. Por exemplo, o império britânico e a Rússia eram rivais econômicos na disputa pelo domínio das regiões da China. Os ingleses estabeleceram controle comercial nas bacias do rio Yangtze (rio que desagua no Pacífico, através da cidade de Shanghai, e dá acesso a extensas áreas no interior da China), enquanto os russos se expandiam por meio da construção da linha ferroviária transiberiana, que possibilitaria sua conexão com a China. Ainda nesse contexto, a Rússia, em 1861, havia atracado um encouraçado nas ilhas de Tsushima (ilha que se encontra ao sul da atual Coreia do Sul) e exigiu ao governo japonês que a cedesse para o domínio russo, para servir como base naval. Além disso, em 1867, os russos demandaram os japoneses a ceder as Ilhas Curilhas (espaço que se estende entre a península de Kamchatka, região oriental da Rússia, até a ilha japonesa de Hokkaido), alegando que elas faziam parte do território russo e serviriam como posto de fronteira. Esses avanços expansionistas provaram ser uma ameaça para os japoneses, tanto no sentido de manter a sua soberania territorial quanto na manutenção do próprio Japão desenvolver seus projetos de se expandir territorialmente. YUICHI, Inouye. From Unequal Treaty to Anglo-Japanese Alliance, 1867-1902. In: NISHI, Ian; KIBATA,

Tendo isso em vista, o posicionamento do governo japonês foi o de enviar emissários às nações ocidentais com o objetivo de estabelecer negociações de reconhecimento mútuo, na tentativa de defender a soberania e autonomia administrativas da nação japonesa. É nesse contexto diplomático entre Estados Unidos e Japão que introduzimos a atuação de David Murray, pois ele serviu como mediador entre sua universidade e os embaixadores japoneses.

David Murray foi professor de matemática e astronomia na Universidade de Rutgers, onde também atuou como diretor a partir de 1857. Além do seu papel acadêmico, Murray se envolveu com atividades associadas a estabelecimentos cristãos, estabelecendo escolas dominicais e uma igreja presbiteriana em State Street, na Albânia. Desse modo, suas atividades se inclinaram para áreas além do campo universitário, participando no estabelecimento da Sociedade Histórica e a Associação da Juventude Cristã (*Young Men's Christian Association – YMCA*) em Nova Jersey.

Em 1872, uma embaixada japonesa foi aos Estados Unidos alegando que a razão de sua vinda era realizar estudos sobre os métodos educacionais de diferentes nações ocidentais. Esse intercâmbio foi denominado pelo estado japonês como Missão Iwakura.¹⁰² Na atividade, estava presente o embaixador Iwakura Tomomi (1825-1883) e seus dois associados, que também eram ministros do Japão, Okubo Toshimichi (1830-

Yoichi. **The History of Anglo-Japanese Relations 1600-2000**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2000. p. 131-158.

¹⁰² A Missão Iwakura (岩倉使節団 - *Iwakura Shisetsudan*) foi uma medida adotada pelo governo japonês com o intuito de enviar estudiosos e intelectuais para as nações europeias e aos Estados Unidos. Ela foi um projeto organizado por meio de Iwakura Tomomi, ministro de relações exteriores do império japonês, e foi iniciada em 1871, com a viagem de Iwakura e outros ministros à Europa e aos Estados Unidos. O objetivo desse envio era realizar negociações com o império britânico e o Estado norte-americano na discussão das revisões dos Tratados Desiguais (no caso, o Tratado de Amizade de Comércio Anglo-japonês, de 1858; de Kanagawa, de 1854; e de Harris, de 1858) que foram empregados no Japão, onde grande parte das cidades portuárias japonesas foram cedidas sob o controle administrativo europeu, como era previsto segundo os tratados. Ao mesmo tempo, era do interesse do governo japonês que os intelectuais do país aprendessem metodologias a respeito do desenvolvimento industrial e das políticas e estruturas legais inglesas e norte-americanas. YUICHI, Inouye. **From Unequal Treaty to Anglo-Japanese Alliance, 1867-1902**. In: NISHI, Ian; KIBATA, Yoichi. **The History of Anglo-Japanese Relations 1600-2000**. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2000. P.135-136.

1878)¹⁰³ e Kido Takayoshi (1833-1877)¹⁰⁴. Nessa empreitada diplomática, Mori Arinori (1847-1889)¹⁰⁵ era encarregado de representar o consulado japonês em Washington. Ele havia enviado cartas para as universidades norte-americanas, entre elas a Universidade Rutgers, no intuito de pedir aconselhamento sobre os institutos que abarcariam temas correlacionados ao sistema de educação norte-americano. Diante disso, o doutor William Campbell (1808-1890), presidente da universidade Rutgers, apontou David Murray para assumir a tarefa de receber os embaixadores japoneses e responder as correspondências de Mori Arinori.

Os relatos a respeito da formação profissional e dados biográficos de David Murray foram tirados da fonte *David Murray: in memoriam*, de William Isaac Chamberlain (1837-1920)¹⁰⁶, publicado em 1915. Na biografia escrita por Chamberlain,

¹⁰³ Okubo Toshimichi foi o ministro de finanças durante o governo Meiji (1868-1912). Ele foi um dos acompanhantes do ministro das relações exteriores, Iwakura Tomomi, às nações europeias e aos Estados Unidos para estabelecer negociações na revisão dos Tratados Desiguais que se aplicavam no Japão. Os seus estudos sobre a política e as instituições europeias o influenciaram a propor reformas na estrutura social japonesa, como a abolição do porte de armas, via o *Edito Haitorei* (廃刀令), em 1876, e a reforma das taxas de terras, na qual o valor do imposto seria proporcional ao valor do tamanho da propriedade. Okubo também promoveu a modernização de estradas, pontes e portos no Japão, com o intuito de facilitar a disseminação do desenvolvimento industrial japonês. Porém, em 1878, ele foi assassinado por membros do clã de Satsuma, que demonstravam resistência à introdução de valores e modelos ocidentais no Japão, alegando a defesa da manutenção da forma tradicional de governo, em que o imperador seria a figura máxima de autoridade a administrar o Japão. Mais informações a respeito de Okubo Toshimichi e suas reformas podem ser consultadas em *The Making of Modern Japan* (2000), de Marius B. Jansen; e *The Iwakura Mission to America and Europe: A New Assessment* (1998), de Ian Nish.

¹⁰⁴ Kido Takayoshi foi conselheiro do imperador e estadista que atuou tanto durante o regime Tokugawa (1603-1868) quanto no governo Meiji. Inicialmente Kido, foi um dos apoiadores do movimento *Sonno Joi*, um grupo extremista que clamava pela expulsão de estrangeiros ocidentais nas terras japonesas e fazia apologia ao imperador exercer plenos poderes executivos sem que houvesse nenhuma mediação política. Ele foi um dos membros que acompanhou a viagem diplomática de Iwakura à Europa. Ao retornar ao Japão, em 1873, se posicionou em favor de que o governo japonês deveria adotar um sistema constitucional e abolir a gestão *Han*, em que as províncias eram governadas por governantes locais, de modo que as leis eram regidas de acordo com a autoridade provinciana. A proposição de Kido era de que todo poder executivo se centralizasse na figura do imperador. Materiais de consulta a respeito de Kido Takayoshi também podem ser encontrados nos trabalhos de Ian Nish, em *The Iwakura Mission to America and Europe: A New Assessment* (1998); e William G. Beasley, em *The Rise of Modern Japan: Political Economical and Social Change since 1850*, de 1995.

¹⁰⁵ Mori Arinori foi um estadista durante o governo Meiji e um dos introdutores do sistema educacional ocidental no Japão. Mori propôs um sistema de ensino secular, em que as instituições de ensino estariam desprovidas de influência religiosa, como budismo ou shinto, priorizando temas técnicos como matemática, física e química, cujo conhecimento teria como base a ciência ocidental. A sua proposição consistia em estabelecer a divisão de nível de ensino em séries seriam organizadas de maneira progressiva, as quais partiriam da introdução de conhecimentos elementares até chegar no nível superior.

¹⁰⁶ William Isaac Chamberlain foi professor de agronomia da Universidade de Iowa, e também atuou como ministro de agricultura de Ohio, em 1880. Suas atividades também se estenderam a áreas de educação, envolvendo práticas culturais agrícolas e desenvolvendo obras de estudos como *A Educação na Índia*, de 1899, publicado pela Universidade de Colômbia. Mais tarde, no início dos 90 do século XX, foi convidado pela editora de Nova York, conhecida como *Scholar Select*, que desenvolve uma série de livros biográficos a respeito de acadêmicos norte-americanos, a escrever a biografia de David Murray, publicada em 1915.

tem-se a narração sobre a formação pessoal e as atividades acadêmicas e diplomáticas que Murray realizou no decorrer de sua vida. Apresentamos aqui um excerto do documento que mostra a narrativa de como David Murray entrou em contato com o ministro Mori Arinori:

Mori Arinori was then in charge of the Japanese Legation at Washington, and under his guidance they thoroughly investigated the subject. In this work they sent out letters practically to all the educational institutions of prominence in the United States for advice. Doctor Campbell, President of Rutgers College, turned the matter over to Professor Murray. Through the influence of the late Doctor Verbeck, who as missionary and counselor had devoted his life to the Japanese. Professor Murray was interested in them as strangers in a foreign land, and they were always welcomed with hospitality and kindness at his home. Naturally the condition of education in Japan was the chief topic discussed. For this reason, Doctor Campbell requested Professor Murray to reply to the letter sent to him. Professor Murray's answers to the inquiries were so full, clear and complete that a special invitation was sent to him to visit the embassy at Washington, and an interview was arranged. Other interviews and consultations followed the result being that Professor Murray was invited to become the Superintendent of Educational Affairs in the empire of Japan and adviser to the Imperial Japanese Minister of Education, which position he accepted and held from 1873 till 1879, At the request of the faculty of Rutgers College the Trustees granted him a leave of absence for three years, the period of his appointment to Japan.¹⁰⁷

Esta passagem mostra como David Murray entrou em contato com a embaixada japonesa via mediação de Dr. Campbell, e também demonstra o interesse de Murray em estabelecer um diálogo com japoneses, influenciado pelo Dr. Verbeck (1830-1898), missionário cristão que dedicou seu ministério evangélico ao Japão. O apoio acadêmico da parte da Universidade Rutgers e o interesse sobre o sistema educacional norte-americano vindo dos embaixadores japoneses contribuíram para que Murray recebesse o convite de assumir o cargo de Superintendente de Assuntos Educacionais e a tarefa de Conselheiro do vice-ministro de educação do império japonês por um período de sete anos (1873-1879).

¹⁰⁷CHAMBERLAIN, Isaac William. **In Memoriam David Murray, PH.F, LL.D:** Superintendent of educational affairs in the empire of Japan, and adviser to the Japanese imperial minister of education 1873-1879. 1915. New York: Wentworth Press, 2016. p. 2, 3.

Em 1873, Murray chega em Tóquio para receber o vice-ministro da educação japonês, Fujimaro Tanaka (1845-1909)¹⁰⁸, e juntos começaram a desenvolver projetos que estabeleceram um sistema educacional que conseguiu ter meios para difundir a acessibilidade de ensino para todas as províncias japonesas de maneira uniforme. Nesse sentido, Murray e Tanaka estabeleceram o plano de promover a instituição de escolas públicas nas províncias japonesas cujo estilo de ensino seria organizado via serialização, ou seja, o conhecimento a ser ensinado seria dividido em diferentes séries, e cada categoria subentenderia que os educandos cumpriram um determinado requisito. Para isso, Murray desenvolveu obras que dizem respeito à estruturação de um sistema educacional cuja inclinação se volta para a difusão de áreas de conhecimento em temas considerados como “universais”, os quais, no fundo, são matérias de ensino como matemática, física e química – disciplinas de ensino europeu. Das obras, se destacam *Japanese Education, Introductory Chapter*, de 1876, e *The Development of Modern Education in Japan*, de 1904.

Em 1874, o projeto de implantação do sistema de ensino de molde ocidental de Murray e Tanaka se iniciou em Tóquio, abarcando seis escolas-modelo onde foram introduzidos livros didáticos em formato de manuais, de modo que os professores pudessem ter facilidade de apresentar o conteúdo contido nos materiais. As escolas-modelo atendiam ao público de ensino primário, oferecendo o ensino na parte de alfabetização, tanto da língua inglesa como japonesa.¹⁰⁹ Esta proposta educacional, no entanto, obteve resistência por parte de grupos conservadores em 1877, como foi o caso da província de Satsuma. Esse posicionamento tinha o foco de preservar a cultura de ensino dos templos xintoístas e escolas confucionistas, os quais eram considerados ensino tradicional. Além disso, esses templos, para os conservadores de Satsuma, providenciavam maior base e relevância social e cultural do que as instituições de ensino propostos por Murray e Tanaka. Só por volta de 1889, quando se teve a promulgação da constituição japonesa, que o incentivo à disseminação de sistemas educacionais conforme o molde ocidental passou a ganhar mais força e apoio do governo central, sob administração do ministro Mori Arinori.

¹⁰⁸ Fujimaro Tanaka foi um estadista e educador japonês durante o período Meiji e foi um dos integrantes que acompanhou as viagens diplomáticas de Iwakura nos Estados Unidos.

¹⁰⁹ SHIMAHARA, Nobuo. **Adaptation and Education in Japan**. [S.l.]: Praeger Publishers, 1979.

Durante esse intervalo no final dos anos de 1870, Murray pode apreender a respeito da cultura e da história japonesa via conversas com o ministro Tanaka. Os temas discutidos entre eles, segundo o que a biografia menciona, giravam em torno de estratégias de propagação da educação como um projeto de Estado, além de aspectos de comparação da moralidade cristã com as crenças japonesas.¹¹⁰ Posteriormente, depois do término do cargo público no Japão, David Murray foi indicado para escrever sobre a história do Japão:

*His relations to the Imperial Government were cordial, his acquaintance and intercourse wide and influential, and his work so satisfactory that he was decorated by the Emperor with the Order of the Rising Sun. No man of that period had finer opportunities for the study of Japanese society and customs, or was better qualified to write the "History of Japan," in Putnam's series of "The Stories of the Nations".*¹¹¹

Desse modo, o serviço que David Murray prestou ao governo japonês o elevou a receber a condecoração da Ordem do Sol Nascente, e em seguida foi entregue a recomendação de escrever sobre a história do Japão para a coleção *The Story of Nations*, da editora Putnam. Além disso, a menção de Murray ser convidado para elaborar um trabalho sobre o Japão se deu por fazer parte da instituição orientalista *Asiatic Society of Japan*, entre 1878 a 1879, grupo em que se desenvolviam estudos sobre questões histórico-culturais da sociedade japonesa. Assim, considerando que David Murray obteve contato com os estudos e trabalhos a respeito da cultura japonesa via a *Asiatic Society of Japan*, assim como também exerceu o papel de presidente e conselheiro da mesma instituição, o autor realizaria uma obra que compilasse os trabalhos dos membros da ASJ.¹¹²

A obra *The Story of Japan* incorporaria uma narrativa que apontaria o desenvolvimento de projetos de modernização do Estado japonês, trazendo concepções como *cidadania*, *sociedade civil*, *razão* e *constituição*, os temas principais que Murray abordaria no decorrer dos escritos.

¹¹⁰ CHAMBERLAIN, Isaac William. **In Memoriam David Murray, PH.F, LL.D:** Superintendent of educational affairs in the empire of Japan, and adviser to the Japanese imperial minister of education 1873-1879. 1915. New York: Wentworth Press, 2016. p. 5, 6.

¹¹¹ Ibid., p. 66.

¹¹² Ibid. pg. 21.

2.2 Sobre a série *The Story of Nations*

O livro *The Story of Japan* é o 37º volume da coleção *The Story of the Nations*, publicada pela editora T. Fisher Unwin, cuja sede se encontra em Londres. A distribuição da coleção, porém, não restringiu-se apenas a Londres; os seus volumes circularam também nos Estados Unidos da América, pela editora G. P. Putnam's Sons. Ambas as editoras são provenientes do final do século XIX, mas sabe-se que a série se iniciou primeiramente pela Unwin. Essa informação está contida em *The Publisher's Circular*¹¹³ (1839-1959), que consiste em um catálogo de registros de literatura estrangeira e britânica que lista a divulgação e circulação das séries e coleções literárias distribuídas para localidades como as universidades norte-americanas.

A coleção *The Story of the Nations* foi publicada a partir de 1882, sendo que a escrita dos volumes correspondentes às narrativas de cada nação era desenvolvida por diferentes autores, não necessariamente historiadores por formação ou profissão. A ideia da série era expor como as comunidades vivenciavam e se organizavam, de maneira descritiva e de fácil compreensão. Essa intenção é posta na divulgação da coleção pela editora G. P. Putnam's Sons:

*The plan of this Series is to present, in graphic narratives, prepared by competent historians, the stories of different nations that have attained prominence in history. While it has not proved practicable to issue the different volumes in their chronological order, their subjects have been planned to cover consecutive or connecting periods, so that the set when completed will present in one comprehensive narrative the epoch-making events in the great Story of Nations.*¹¹⁴

O excerto acima nos permite interpretar que a coleção propõe desenvolver uma série literária de caráter enciclopédico, na qual os volumes em conjunto subentenderiam a narrativa da História como um bloco único. Desse modo, ela abarcaria a história das nações e representaria os feitos até então de diferentes culturas, cujas atividades dão referência a marcos históricos que contribuem para complementar a história europeia numa perspectiva de universalidade. A proposta busca englobar todos eventos históricos

¹¹³ O catálogo servia de instrumento para os editores, uma fonte de informação em relação à divulgação e ao lançamento de livros que eram publicados e que circulavam na região da Grã-Bretanha no século XIX. Ele se organizava em formato de jornal e foi estabelecido nos meados de 1836. Disponível em: <https://ncse.ac.uk/headnotes/tec.html>. Acesso em: 23 nov. 2021.

¹¹⁴ Nota da série *The Story of the Nations*, de 1887, da obra *Alexander's Empire*. Disponível em: <https://www.publishinghistory.com/the-story-of-the-nations-t-fisher-unwin.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

em apenas um bloco. Podemos encontrar esta ideia nos folhetos das editoras T. Fisher Unwin e G. P. Putnam's Sons no volume 29 da coleção, *The Story of Normans: told chiefly in relation to their conquest of England* (1887), de Sarah Orne Jewett¹¹⁵ (1849-1909), que contém a apresentação da editora e da sua concepção de universalidade com mais detalhe:

The Story of Nations

Messrs. G. P. Putnam's Sons take pleasure in announcing that they have in course of publication a series of historical studies, intended to present in a graphical manner the stories of different nations that attained prominence in history.

It is the plan of the writers of the different volumes to enter into the real life of the peoples, and to bring them before the reader as they actually lived, labored, and struggled – as they studied and wrote, and as they amused themselves. In carrying out this plan, the myths with which the history of all lands begin, will not be overlooked, though these will be carefully distinguished from the actual history, so far as the labors of the accepted historical authorities have resulted in definite conclusions.

*The subjects of the different volumes will be planned to cover connecting and, as far as possible, consecutive epochs or period, so that the set when completed will present in a comprehensive narrative the chief events in the great The Story of Nations; but it will, of course, not always prove practicable to issue the several volumes in their chronological order.*¹¹⁶

Nesse sentido, observamos que a coleção *The Story of Nations* se enquadra num gênero literário cuja característica consiste em narrar eventos históricos de diferentes povos e culturas, no intuito de destacar as particularidades sociais, por exemplo, a forma como cada comunidade desempenha suas atividades corriqueiras ou quais eram as crenças e hábitos que determinada cultura adotou.

Um ponto interessante para se notar é a descrição que o folheto atribui às nações contidas na coleção, como aquelas que “*obtiveram proeminência na história*”. Isso evoca uma proposta de mérito, ou destaque, transmitindo a ideia e que essas nações

¹¹⁵ Theodora Sarah Orne Jewett (1849-1909) foi uma escritora norte-americana cujo trabalho consistia em elaborar ficções romanceadas. Entre seus escritos, o mais conhecido e famoso foi *The Country of the Pointed Firs*, de 1896. Seus romances tinham como característica a descrição dos hábitos e costumes, assim como a produção de esboços de cidades e paisagens das vilas e das pessoas que nelas residiam. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Sarah-Orne-Jewett>. Acesso em: 23 nov. 2021.

¹¹⁶ Folheto de divulgação pelos editores G. P. Putnam da obra *The Story of the Normans* em 1887. Disponível em: <http://www.public.coe.edu/~theller/soj/nor/nor-argument.html> Acesso em: 23 nov. 2021.

apresentaram uma relevância na história e a divulgação e narração dessas culturas têm o objetivo de alimentar o conhecimento e imaginação a respeito do passado de povos europeus e não-europeus. Essa abordagem também carrega tom de julgamento, pois um povo, sociedade ou cultura, em função de obter algum destaque ou reconhecimento, teria de realizar alguma atividade ou passar por alguma experiência que fosse considerada um evento grandiosos ou de imenso valor, a fim de ganhar certa notoriedade para se adentrar na história.

Em se tratando da organização da coleção *The Story of Nations*, podemos afirmar, tendo como base o último parágrafo do folheto, que a série teve a tentativa de desenvolver uma cronologia própria, a partir do ordenamento dos volumes da coleção. Entende-se que cada volume apresentaria uma forma de narrativa que pudesse costurar épocas e períodos, de modo que a série pudesse elencar os acontecimentos de uma nação e relacioná-los com o volume seguinte, sobre outro país, dando uma noção de narrativa sequenciada. Nesse sentido, o primeiro e o último volume definiriam a delimitação do recorte temporal estabelecido pela coleção:

FIGURA 1 – Catálogo de volumes da série *The Story of the Nations*

THE STORY OF THE NATIONS.

Large Crown 8vo, Cloth, Illustrated, 5s.

The Volumes are also kept in the following Special Bindings :

*Half Persian, cloth sides, gilt top ; Full calf, half extra,
marbled edges ; Tree calf, gilt edges, gold roll
inside, full gilt back.*

- | | |
|---|---|
| 1. ROME. By ARTHUR GILMAN, M.A. | 21. EARLY BRITAIN. By Prof ALFRED J CHURCH. |
| 2. THE JEWS. By Prof. J. K. HOSMER. | 22. THE BARBARY CORSAIRS. By STANLEY LANE-POOLE. |
| 3. GERMANY. By Rev. S. BARING-GOULD, M.A. | 23. RUSSIA. By W. R. MORFILL, M.A. |
| 4. CARTHAGE. By Prof. ALFRED J. CHURCH. | 24. THE JEWS UNDER THE ROMANS. W. D. MORRISON. |
| 5. ALEXANDER'S EMPIRE. By Prof. J. P. MAHAFFY. | 25. SCOTLAND. By JOHN MACKINTOSH, LL.D. |
| 6. THE MOORS IN SPAIN. By STANLEY LANE-POOLE. | 26. SWITZERLAND. By Mrs. LINA LUG and R. STEAD. |
| 7. ANCIENT EGYPT. By Prof. GEORGE RAWLINSON. | 27. MEXICO. By SUSAN HALE. |
| 8. HUNGARY. By Prof. ARMINIUS VAMBERY. | 28. PORTUGAL. By H. MORSE STEPHENS. |
| 9. THE SARACENS. By ARTHUR GILMAN, M.A. | 29. THE NORMANS. By SARAH ORNE JEWETT. |
| 10. IRELAND. By the Hon. EMILY LAWLESS. | 30. THE BYZANTINE EMPIRE. By C. W. C. OMAN. |
| 11. CHALDEA. By ZÉNAÏDE A. RAGOZIN. | 31. SICILY: Phœnician, Greek and Roman. By the late Prof. E. A. FREEMAN. |
| 12. THE GOTHs. By HENRY BRADLEY. | 32. THE TUSCAN REPUBLICS. By BELLA DUFFY. |
| 13. ASSYRIA. By ZÉNAÏDE A. RAGOZIN. | 33. POLAND. By W. R. MORFILL, M.A. |
| 14. TURKEY. By STANLEY LANE-POOLE. | 34. PARTHIA. By Prof. GEORGE RAWLINSON. |
| 15. HOLLAND. By Prof. J. E. THOROLD ROGERS. | 35. AUSTRALIAN COMMONWEALTH. By GREVILLE TREGARTHEN. |
| 16. MEDÆVAL FRANCE. By GUSTAVE MASSON. | 36. SPAIN. By H. E. WATTS. |
| 17. PERSIA. By S. G. W. BENJAMIN. | 37. JAPAN. By DAVID MURRAY, Ph.D. |
| 18. PHœNICIA. By Prof. GEO. RAWLINSON. | 38. SOUTH AFRICA. By GEORGE M. THEAL. |
| 19. MEDIA. By ZÉNAÏDE A. RAGOZIN. | 39. VENICE. By ALETHEA WIEL. |
| 20. THE HANSA TOWNS. By HELEN ZIMMERN. | 40. THE CRUSADES. By T. A. ARCHER and C. L. KINGSFORD. |
| | 41. VEDIC INDIA. By Z. A. RAGOZIN. |

LONDON : T. FISHER UNWIN, PATERNOSTER SQUARE, E.C.

Fonte: MURRAY, 1894, p. 6.

A lista exhibe os volumes que a coleção busca abranger, os quais contemplam bem a afirmação contida no segundo parágrafo do folheto de *The Story of the Normans* de 1887, pontuando que “[...] os objetos dos volumes serão planejados para cobrir conexões e, assim que possível, época consecutiva ou períodos”. Com isso, nota-se que existe a proposta de desenvolver uma cronologia própria em que a ordem seria estabelecida de acordo com a numeração dos volumes. Vale ressaltar que a lista apresentada em *The Story of Japan*, de 1894, não é o catálogo completo dos volumes da série. As obras citadas consistem em trabalhos que foram publicados pela editora, mas isso não quer dizer que a coleção foi finalizada, tanto é que, no catálogo de 1905, o ordenamento dos volumes se altera, com uma nova lista atualizada:

FIGURA 2 – Catálogo de volumes da série *The Story of the Nations*

THE STORY OF THE NATIONS

- | | |
|---|---|
| <p>GREECE. Prof. Jas. A. Harrison.
 ROME. Arthur Gilman.
 THE JEWS. Prof. James K. Hosmer.
 CHALDEA. Z. A. Ragozin.
 GERMANY. S. Baring-Gould.
 NORWAY. Hjalmar H. Boyesen.
 SPAIN. Rev. E. E. and Susan Hale.
 HUNGARY. Prof. A. Vámbéry.
 CARTHAGE. Prof. Alfred J. Church.
 THE SARACENS. Arthur Gilman.
 THE MOORS IN SPAIN. Stanley Lane-Poole.
 THE NORMANS. Sarah Orne Jewett.
 PERSIA. S. G. W. Benjamin.
 ANCIENT EGYPT. Prof. Geo. Rawlinson.
 ALEXANDER'S EMPIRE. Prof. J. P. Mahaffy.
 ASSYRIA. Z. A. Ragozin.
 THE GOTHs. Henry Bradley.
 IRELAND. Hon. Emily Lawless.
 TURKEY. Stanley Lane-Poole.
 MEDIA, BABYLON, AND PERSIA. Z. A. Ragozin.
 MEDIÆVAL FRANCE. Prof. Gustave Masson.
 HOLLAND. Prof. J. Thorold Rogers.
 MEXICO. Susan Hale.
 PHœNICIA. George Rawlinson.
 THE HANSA TOWNS. Helen Zimmern.
 EARLY BRITAIN. Prof. Alfred J. Church.
 THE BARBARY CORSAIRS. Stanley Lane-Poole.
 RUSSIA. W. R. Morfill.
 THE JEWS UNDER ROME. W. D. Morrison.
 SCOTLAND. John Mackintosh.
 SWITZERLAND. R. Stead and Mrs. A. Hug.
 PORTUGAL. H. Morse-Stephens.
 THE BYZANTINE EMPIRE. C. W. C. Oman.
 SICILY. E. A. Freeman.
 THE TUSCAN REPUBLICS. Bella Duffy.
 POLAND. W. R. Morfill.</p> | <p>PARTHIA. Geo. Rawlinson.
 JAPAN. David Murray.
 THE CHRISTIAN RECOVERY OF SPAIN. H. E. Watts.
 AUSTRALASIA. Greville Tregarthen.
 SOUTHERN AFRICA. Geo. M. Theal.
 VENICE. Alethea Wiel.
 THE CRUSADES. T. S. Archer and C. L. Kingsford.
 VEDIC INDIA. Z. A. Ragozin.
 BOHEMIA. C. E. Maurice.
 CANADA. J. G. Bourinot.
 THE BALKAN STATES. William Miller.
 BRITISH RULE IN INDIA. R. W. Frazer.
 MODERN FRANCE. André Le Bon.
 THE BRITISH EMPIRE. Alfred T. Story. Two vols.
 THE FRANKS. Lewis Sergeant.
 THE WEST INDIES. Amos K. Fiske.
 THE PEOPLE OF ENGLAND. Justin McCarthy, M.P. Two vols.
 AUSTRIA. Sidney Whitman.
 CHINA. Robt. K. Douglass.
 MODERN SPAIN. Major Martin A. S. Hume.
 MODERN ITALY. Pietro Orsi.
 THE THIRTEEN COLONIES. Helen A. Smith. Two vols.
 WALES AND CORNWALL. Owne M. Edwards. Net \$1.35.
 MEDIÆVAL ROME. Wm. Miller.
 THE PAPAL MONARCHY. Wm. Barry.
 MEDIÆVAL INDIA. Stanley Lane-Poole.
 BUDDHIST INDIA. T. W. Rhys-Davids.
 THE SOUTH AMERICAN REPUBLICS. Thomas C. Dawson. Two vols.
 PARLIAMENTARY ENGLAND. Edward Jenks.
 MEDIÆVAL ENGLAND. Mary Bateson.
 THE UNITED STATES. Edward Earle Sparks. Two vols.
 ENGLAND. THE COMING OF PARLIAMENT. L. Cecil Jane.</p> |
|---|---|

No catálogo de 1905, percebe-se que a integração de novos volumes não está ordenada por ordem de publicação, mas organizada de forma temática, por exemplo, a obra de David Murray é de 1894, correspondendo ao 38º volume, enquanto a de Sarah Jewett é mais recente e sua obra se encontra como o 12º volume da coleção. Além disso, nota-se que as conexões que a editora propôs realizar entre cada volume parecem estar incompletas, segundo o folheto anteriormente descrito, apesar da inclusão de novos volumes, o que cria inconsistência no estabelecimento de gerar um diálogo entre as obras contidas na série.

Dessa maneira, o que se pode pensar a respeito do formato do índice da coleção *The Story of Nations* é que cada volume consistiria numa compilação de registros de nações que atingiram ou apresentaram características de *progresso* e *destaque de grandeza* em feitos belicosos, sociais ou culturais no decorrer de suas trajetórias históricas. Outro ponto que poderíamos pontuar sobre a série seria a sua característica enciclopédica, que procura compilar os acontecimentos históricos que são particulares de diferentes povos e incluí-los num fator comum, vinculando-os a uma concepção de *história da humanidade*.

2.3 A estrutura de *The Story of Japan*, de David Murray

A obra de David Murray, *The Story of Japan*, se trata de uma compilação de estudos relacionados ao Japão realizados pelos membros da instituição orientalista *Asiatic Society of Japan*. Sobre a instituição, discutiremos mais adiante, mas no momento a definiremos como um grupo de estudo especializado em temas que envolve a história, cultura, sociedade, geografia e antropologia japonesas. Assim, o livro contém diversas abordagens de trabalhos de autores que não necessariamente são historiadores e tampouco discutem sobre a história do Japão, mas contribuem para o enriquecimento da obra de David Murray ao fornecer dados que servem de referência para descrever a ambientação natural, geográfica e linguística do solo japonês.

Tendo isso em vista, a estrutura do livro é dividido em um prefácio de três páginas, uma lista de volumes que fazem parte da série *The Story of Nations*, um sumário apresentando seus 15 capítulos, uma lista de ilustrações mencionando ao todo 32 imagens, a exposição dos capítulos e um apêndice dividido em quatro partes, somando, no total, 452 páginas.

No prefácio de *The Story of Japan*, David Murray realiza uma pequena introdução do livro, apontando os objetivos principais da obra e os materiais e referências que foram consultados para a elaboração da narrativa de seu trabalho. O autor inicia a apresentação da obra destacando o seu foco, o qual consiste em traçar os eventos da história do Japão desde as suas origens até o momento quando ocorre o estabelecimento de um governo constitucional no final do século XIX. Em seguida, Murray rapidamente comenta sobre as experiências de se familiarizar com a cultura japonesa e das suas características sociais, assim como tradições e crenças. Depois, o autor menciona a *Asiatic Society of Japan* e seus membros como dedicatória e referência de consulta, que serviram como base para a fundamentação da descrição de dados específicos sobre a geografia, história e língua japonesas que contribuíram para o enriquecimento da narrativa da obra. Murray também faz uma rápida menção aos trabalhos de seus colegas da *Asiatic Society of Japan*, como Basil Hall Chamberlain (1850-1935) e William Griffis (1843-1928), autores das obras *Things of Japanese* (1890) e *The Mikado's Empire* (1876), os quais auxiliaram diretamente no desenvolvimento da narrativa de seu livro:

It is the object of this book to trace the story of Japan from its beginnings to the establishment of constitutional government. Concerned as this story is with the period of vague and legendary antiquity as well with the disorders of medieval time and with centuries of seclusion, it is plain that is not an easy task to present a trustworthy and connected account of the momentous changes through which the empire has been called to pass. [...] I place first and as most important a residence of several years in Japan, during which I became familiar with the character of Japanese people and with the traditions and events of their history. Most of the works treating Japan during and prior to the period of her seclusion, as well as the more recent works, I have had occasion to consult. They will be found referred to in the following pages. Beyond all other, however, I desire to acknowledge my obligations to the Transactions of the Asiatic Society of Japan. A list of contributors to these transactions would include such names as Satow, Aston, Chamberlain, McClatchie, Gubbins, Geerts, Milne, Whitney, Wigmore and other, whose investigations have made possible a reasonably complete knowledge of Japan.¹¹⁷

A organização dos capítulos do livro pode ser dividida em três partes. A primeira se dá pelo conjunto dos cinco primeiros: *The Japanese Archipelago*; *The original and*

¹¹⁷ MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam's Sons, 1892. p. 4.

surviving races; Myths and Legends; Founding the Empire; e Native culture and continental influences. A segunda parte corresponde do sexto até o 12º capítulo: *The Middle Ages of Japan; Emperor and Shogun; From the Ashikaga Shoguns to the Death of Nobunaga; Toyotomi Hideyoshi; The Founding of the Tokugawa Shogunate; Christianity in the Seventeenth Century; e Feudalism in Japan.* Por fim, a terceira parte é constituída pelos três últimos capítulos do livro: *Commodore Perry and what followed; Revolutionary Preludes; e The Restored Empire.*

Na primeira parte, tem-se a discussão sobre a composição do Japão, isto é, as suas características geográficas, pontuando seus aspectos físicos e sua localização, segundo os registros cartográficos; em seguida, são abordadas as possíveis teorias sobre a *origem* da cultura e do povo japonês, traçadas por movimentos migratórios e entrecruzamento com povos presentes nas ilhas japonesas; depois, David Murray parte para analisar e descrever as primeiras formas de organização social no Japão, englobando mitos e lendas que remontam histórias de como os japoneses passaram a constituir uma comunidade própria. O desfecho dessa parte consiste no desenvolvimento cultural japonês, quando é comentado sobre costumes e tradições elaboradas dentro da comunidade japonesa e também via introdução de povos estrangeiros como os chineses.

Nessa ordem, o primeiro capítulo começa localizando o Japão geograficamente, descrevendo as ilhas principais que o compõem. Em seguida, é discutido sobre o posicionamento das ilhas japonesas por meio de coordenadas cartográficas, com o objetivo de situar o Japão no mapa para os leitores, cuja projeção representaria o mundo ocidental, estabelecendo assim relações com os continentes e nações já conhecidos. Logo depois, a discussão parte para a definição do termo “Japão”, desdobrado por meio de relatos de viajantes como Marco Polo, que compartilha as primeiras impressões e descrições a respeito do Japão.

Definidas as características da geografia física e de como o termo “Japão” passou a ser empregado em função de nomear a Terra do Sol Nascente, David Murray segue na discussão, no segundo capítulo, sobre como o Japão passou a ser povoado, abordando argumentações de possíveis movimentos migratórios advindos da China para o arquipélago japonês, também na determinação de grupos étnicos que eram nativos das ilhas, presumindo que os japoneses seriam um povo estrangeiro que migrou das regiões da Mongólia e se estabeleceu nas ilhas maiores, competindo com os nativos locais, denominados *ainus*. Essa discussão é acompanhada, no capítulo três, pela exposição dos

mitos e lendas japonesas que desenvolvem uma narrativa de legitimação na qual as ilhas que compõem o país seriam o berço da humanidade, de modo que os japoneses seriam considerados os primeiros seres humanos do mundo. Nesta parte, David Murray faz uma exposição de contos mitológicos como o *Kojiki* (712 d. C.), traduzido em língua inglesa por Basil Chamberlain, com o objetivo de passar aos leitores a narrativa mitológica de criação de mundo segundo a perspectiva japonesa e, em seguida, de como a linhagem dos imperadores foi formado.

Nos capítulos quatro e cinco, o autor inicia a narrativa sobre a fundação dos primórdios do império japonês tendo como base a linha dos imperadores registrados de acordo com os mitos e lendas japoneses. Porém, nessa parte, David Murray se pauta nas crônicas *Nihon shoki*, ou *Nihongi* (720 d. C.), que relatam as primeiras gestões administrativas dos primeiros imperadores japoneses, como o Jimmu (711 a. C. – 585 a. C.), e o estabelecimento da primeira capital japonesa, a província de Yamato, no século II. Em seguida, a narrativa parte para a expansão dos domínios territoriais na ilha de Honshu (o que corresponde à ilha central do Japão) até a porção de Hokkaido (região do extremo norte do território japonês), quando são mencionados os encontros com as comunidades nativas, os *ainus*, que acredita-se que seriam os primeiros habitantes do Japão. Logo depois, o autor procura destacar as características sociais e culturais dos japoneses, como a descrição do consumo de *sakê* (bebida alcoólica a base de fermentação do arroz), o qual é considerado como uma bebida sagrada e objeto de purificação e oferenda a deidades japonesas; o destaque da alimentação da comunidade japonesa no período que precede os governos xogunais (isto é, por volta dos séculos II a VIII); a introdução da crença budista por meio dos chineses, que permitiu moldar a organização social japonesa quanto à alimentação até às concepções de moralidade e governo.

A segunda parte do livro corresponde a sete capítulos, nos quais a discussão procede sobre os processos do estabelecimento de um Estado japonês unificado até o momento em que o Japão fecha seus portos, optando por uma política de isolamento. Nesse recorte, David Murray primeiramente, nos capítulos seis e sete, busca definir a constituição da gestão das províncias japonesas no formato de xogunatos e descreve o funcionamento da estrutura social comentando sobre o papel dos camponeses, artesãos, guerreiros, monges budistas e sacerdotes *shinto*. Nesse mesmo espaço, Murray também discute sobre as características políticas do imperador e o funcionamento da nomeação dos senhores das províncias, por meio de clãs (*han*), via ordem imperial. Também são

discutidos aspectos sociais, como a organização tributária, o perfil e as atividades desempenhadas pela aristocracia imperial, e o papel dos templos budistas e *shinto* em prol das comunidades japonesas e na corte do imperador. Tendo isso em vista, David Murray narra sobre os atritos políticos entre os clãs Fujiwara, Minamoto e Taira, dos séculos X a XII, em que buscavam concentrar o seu poder ganhando favores do imperador.

Logo nos capítulos oito e nove, Murray desdobra sobre as disputas políticas e territoriais entre os clãs japoneses dos séculos XIII a XVI, quando é configurado o perfil das famílias samurais. Neles, o autor destaca personagens como Oda Nobunaga (1534-1582), Toyotomi Hideyoshi (1537-1598) e Tokugawa Ieyasu (1543-1616), os quais foram estadistas e generais que participaram do recorte em que o Japão se encontra num estado de guerra civil, denominado como *Sengoku Jidai* (1467-1615). Esse recorte diz respeito à instabilidade política do xogunato de Ashikaga (1336-1573), em que a lealdade de demais províncias ao xogum passou a se desfazer devido à crise dinástica dentro do clã Ashikaga, de modo que eles passaram a disputar entre si. Dessa vez, o conflito envolveu o Japão todo, visto que diferentes províncias tinham a ambição de unificar as províncias japonesas e formar uma gestão centralizada. Ao mesmo tempo, nesse recorte é mencionada a chegada dos portugueses ao Japão, em 1542, e comentada a introdução de armas de fogo e a forma de elaborar a pólvora nos clãs japoneses, como os de Oda e Ashikaga, além da vinda dos primeiros jesuítas e seus trabalhos missionários, com o padre Francisco Xavier.

Nos últimos três capítulos da segunda parte, o autor narra a respeito do estabelecimento do xogunato de Tokugawa, considerado a gestão que marca a unificação definitiva do Japão, seguido das campanhas militares de Oda Nobunaga e de Toyotomi Hideyoshi. Assim, essa parte discute sobre como o governo Tokugawa mantém a sua administração; por exemplo, no capítulo dez, descreve que os Tokugawa mantinham os clãs mais leais ao xogum perto da capital, na função de tê-los sob vigilância, evitando possíveis golpes de Estado, enquanto as famílias que não fossem fiéis ao xogunato eram transferidas para províncias mais distantes, onde receberiam menos favores.

No capítulo seguinte, por sua vez, Murray separa para discutir particularmente a respeito da cristandade no Japão, destacando os trabalhos missionários de jesuítas como o padre Francisco Xavier e o bispo Luís Cerqueira (1552-1614), os quais operaram seus ministérios evangelísticos nas porções de Nagasaki, Osaka e nas ilhas de Kyushu no decorrer do século XVI. Com o advento da finalização da unificação do Japão por meio

de Toyotomi Hideyoshi e Tokugawa Ieyasu, o autor comenta sobre os conflitos dos cristãos com o xogunato de Tokugawa, momento em que David Murray descreve a perseguição dos missionários portugueses e dos cristãos japoneses, narrando os processos de tortura e a atuação de agentes do governo japonês forçando comunidades locais a entregarem os cristãos escondidos e os fazerem negarem a fé cristã. Esse tema, o autor trata como uma questão política e cultural, envolvendo o atrito entre os cristãos e missionários portugueses contra os monges budistas. Mais tarde, isso se torna um problema para o xogunato que, por sua vez, havia feito alianças com províncias nas quais a influência budista era forte.

O capítulo que é responsável pelo desfecho da segunda parte do livro vai tomar temas de desenvolvimento cultural e social dentro do xogunato de Tokugawa, abrangendo os séculos XVII e XVIII. Nessa parte, o autor foca na elaboração da escrita japonesa, o aperfeiçoamento literário, as artes de arquitetura, artesanato e jardinagem, as quais foram desenvolvidos durante a gestão de Tokugawa. Aqui também é ressaltado o perfil dos samurais, destacando a sua função durante períodos de paz e a divisão hierárquica de acordo com a sua posse de propriedade, além de seus privilégios.

Por fim, a terceira parte lida com o processo da reabertura dos portos japoneses em 1854, tendo como marco a vinda da companhia norte-americana, comandada pelo Comodoro Matthew Perry. Em seguida, tem-se a discussão sobre propostas de reformas governamentais dentro da corte imperial japonesa que direcionaram a elaboração da constituição japonesa em 1890. A parte final corresponde a eventos que são contemporâneos ao autor do livro, dessa forma, os relatos que David Murray aborda são tirados das narrativas oficiais da expedição norte-americana de 1856 e documentos selecionados, como *A History of Japan, From the first visit of Commodore Perry in 1853 to the capture of Hakodate by the Mikado's forces in 1869* (1873), de Ernst Satow (1843-1929). Os capítulos 13 e 14 comentam sobre os tratados diplomáticos que o governo Tokugawa assina com as potências ocidentais, marcando o período em que o Japão reabre os seus portos e passa a ter que realizar negociações comerciais com as nações europeias. Nesse recorte, David Murray menciona os Tratados Desiguais, mas não os coloca como *desiguais*, e sim como “tratados de abertura” e diálogo com as potências ocidentais. No entanto, nesses capítulos, David Murray não menciona o caráter das negociações, nem define o perfil delas, no sentido dos portos japoneses como Hakodate, Nagasaki ou Yokohama se tornarem parte da jurisdição inglesa ou norte-americana, como previsto nos

tratados que o Japão teve que assinar em concordância com o império britânico e os Estados Unidos em 1854 e 1858. Nessa temática, David Murray recorre à obra *Treaties and Conventions between the Empire of Japan and Other Powers*, de 1874, a qual o autor utiliza para mencionar os tratados de que o governo Tokugawa participou em função de abrir seus portos às nações estrangeiras.

O autor, no capítulo 14, destaca a insatisfação da parte de alguns clãs japoneses como o Satsuma, Choshu, Hizen e Toza em relação aos tratados internacionais que o xogunato de Tokugawa teve de assinar. Desse modo, Murray narra os tumultos políticos de movimentos conservadores como *Sonno Joi* (尊皇攘夷 – Reverencie o Imperador, Expulsão aos bárbaros) responsável por articular tentativas de assassinatos a agentes públicos do governo Tokugawa e embaixadores estrangeiros como forma de minar a relação diplomática entre o Japão e as nações ocidentais.

Finalmente, no último capítulo do livro, Murray conclui sua obra discutindo sobre a elaboração da constituição japonesa, promulgada em 1890. No mesmo recorte, o autor também descreve a respeito de projetos de reformistas como Toshimichi Okubo e Mori Arinori, os mesmos que Murray recebeu quando visitaram os Estados Unidos como embaixadores japoneses em Washington. O autor destaca os projetos de modernização via homens como Okubo e Mori para ressaltar o estabelecimento de sistemas de educação que promovem a difusão de saberes compartilhados na Europa. Murray também narra sobre a adoção da política, proposto por Okubo, que propôs a abolição do porte de armas e dos privilégios dos samurais, com o intuito de introduzir concepções de cidadania, pelas quais todos os súditos japoneses se tornariam cidadãos e apresentariam direitos e deveres sem que houvesse diferenciação hierárquica. Assim, David Murray finaliza o capítulo e a sua obra salientando os processos que levam o Japão a poder ser caracterizado como uma nação moderna, isto é, que contém uma estrutura baseado na concepção de *civilização, Estado, sociedade e cidadania* segundo os parâmetros ocidentais.

Ao final do livro, David Murray apresenta um apêndice que contém a lista dos imperadores japoneses segundo a ordem cronológica da mitologia japonesa. O autor também apresenta uma lista de xogunatos e a exposição do conjunto de leis do príncipe Shotoku Taichi (574-622 d. C.), de 604 d. C., um dos primeiros documentos legais japonesas.

Tendo isso em vista, realizamos uma análise da obra em alguns capítulos e passagens ao longo do livro, em que foram feitas considerações a respeito de temáticas

que concernem as perspectivas históricas que David Murray desenvolveu ao longo de sua obra. Os pontos que tomaremos maior atenção são os dos primeiros cinco capítulos do livro, especialmente nos dois últimos, em que são discutidos concepções de *governo*, *origem*, *feudalismo*, *idade média*, *história* e *tempo*, os quais estão presentes no decorrer da narrativa que David Murray estabelece em seu livro.

2.4 Uma breve consideração sobre o conceito de *nação* I

Antes de prosseguirmos com a discussão sobre os capítulos de *The Story of Japan*, é necessário realizar uma pequena digressão e nos atermos a respeito das perspectivas da concepção de *nação* no recorte do final do século XIX, em função de salientar a mesma ideia que David Murray emprega ao longo de sua narrativa. Dessa forma, consideramos importante pararmos para refletir as propostas e idealizações a respeito do conceito de *nação*, o qual é parte integrante de um discurso que engloba temáticas como *civilização*, *progresso*, *ideal de comunidade*, *sociedade* e *governo*. Para compreendermos mais sobre como essa imagem, discurso ou estrutura de sociedade é aproveitada e divulgada na obra de David Murray, tomaremos como referência e diálogo alguns pensadores como Otto Bauer, Ernest Gellner, John Breuilly, Benedict Anderson e Pharta Chatterjee. A abordagem desses autores nessa discussão tem como base especificamente a exposição de seus posicionamentos e reflexões a respeito da concepção de *nação*, compartilhados no livro *Mapping the Nation*, de 1996, organizado por Gopal Balakrishnan e Benedict Anderson. Além disso, também mencionaremos as considerações de Eric Hobsbawm a respeito de como se constitui uma *nação* na conjuntura da formação de Estado nacionais na Europa, em *Nações e Nacionalismo desde 1780* (1991). A seleção desses autores se dá em apresentar problematizações e diferentes leituras com o objetivo de auxiliar a compreensão sobre a definição no que consiste o fenômeno *nação*, *nacional*, *nacionalismo* e *nacionalidade*.

2.4.1 Otto Bauer: a *nação* como um “*espírito*” de uma comunidade

Os questionamentos de Otto Bauer (1881-1938) em *The Nation*, texto de 1907, são incluídos com os demais trabalhos com o fim de servir como reflexão sobre *nação* no livro de Gopal Balakrishnan e Benedict Anderson. As questões que Bauer traz para

pensarmos sobre a definição de nação são: *a nação pode ser definida como uma comunidade via descendência de ancestrais comuns ligados a uma terra específica? A língua compartilhada é fator que determina a união de pessoas para a manutenção de uma nação? A consciência compartilhada dentro de um grupo de pessoas é o elemento que constitui o corpo da nação?*¹¹⁸

Em cima dessas questões, Bauer desenvolve uma reflexão que envolve a definição de *nação*, associando-a com a noção de comunidade via atividades sociais¹¹⁹. Esta última parte se refere ao “trabalho”, ou seja, “a força laboral humana”, no sentido marxista, no qual ela é interpretada como parte integrante de ser humano e possibilita a produção de culturas e costumes numa sociedade.

Assim, segundo Bauer, entende-se que a força do trabalho permite a formação de uma comunidade onde são compartilhadas experiências em comum. No decorrer do século XIX, esse processo é desdobrado de acordo com o desenvolvimento do capitalismo e da modernização na Europa, onde é estabelecida a formação de instituições, como por exemplo a implantação de sistemas de educação via escolas, as quais formalizam o conhecimento à população local de modo que o papel do ensino se torna uniformizar o saber da comunidade, também moldando a sua forma de conduta e no seu desempenho de atividades sociais em prol da determinada sociedade. O autor analisa esse processo olhando para o contexto alemão, em que se tem a integração de tribos e províncias menores e, por meio da iniciativa aristocrática dessas comunidades, foi possibilitado maior aproximação com as províncias, providenciando base para a elaboração de uma cultura laboral via agricultura e mecanismos de comunicação comum. Nesse movimento, Bauer insere a questão da língua como instrumento importante para a construção de uma comunidade nacional, pois é via linguagem que se é possível desenvolver mecanismos de comunicação e disseminar ideias, costumes e atividades corriqueiras da comunidade. Com a introdução do capital como estrutura econômica, as transmissões de informação passam a ser institucionalizadas, de maneira que uniformizam e permitem a formalização do conhecimento e da cultura nas escolas e nos quartéis militares, enquanto a força de

¹¹⁸ BAUER, Otto. The Nation. In: Die Nationalitätenfragen und die Sozialdemokratie. Vienna, 1924. In: BALAKRISHNAN, Gopal; ANDERSON, Benedict (orgs). **Mapping the nation**. London/New York: Verso, 1996. p. 39, 40.

¹¹⁹ Ibid., p. 56.

trabalho é padronizada segundo o sistema das fábricas, consolidando assim uma consciência e costume que são comuns para toda a comunidade.

Então, a *nação*, no parecer de Bauer, é um fenômeno moderno moldado de acordo com o caráter das ações que uma determinada sociedade realiza. As suas características são mutáveis pois são dependentes das atividades sociais praticados dentro do contexto da comunidade. Nisso, essas práticas moldam o perfil do corpo social e tem-se a construção desse mesmo corpo, uma figura que manifesta aparências de unidade e identidade via manuseio de mecanismos de labor e comunicação.

A reflexão de Bauer sobre nação é de caráter linear, pois na sua discussão tem-se a descrição da comunidade nacional como um produto das movimentações da modernização de uma sociedade. As atividades sociais são modificadas segundo um padrão estabelecido por instituições com o cargo de representar um conjunto de valores comuns àquela sociedade, e neles são moldadas as formas de trabalho.

2.4.2 Ernest Gellner: a sociedade agro-literário e a industrial

A contribuição de Ernest Gellner (1925-1995) para esta discussão é que, diferente de Bauer, faz-se uma separação entre a sociedade de caráter “agro-literária” da industrial. Nesse sentido, Gellner não discute o desenvolvimento da *nação* narrando uma comunidade específica que sai de um perfil econômico agrícola para o industrial, mas ambas as sociedades apresentam um modelo de nação, segundo suas disposições sociais e culturais.¹²⁰

Na comunidade que apresenta o perfil “agro-literário”, a característica estabelecida seria de uma organização humana pautada no manejo da produção, abastecimento e distribuição de recursos naturais que são vitais para a sobrevivência da determinada sociedade. Nesse sentido, Gellner entende o funcionamento dessas sociedades a partir da relação daquele que detém o poder de distribuição de alimentos com o grupo que produz e envia os recursos à comunidade. Nesse tipo de sistema, entende-se que há a presença de uma autoridade, concentrada num coletivo restrito, de

¹²⁰ GELLNER, Ernest. *The Coming of Nationalism and its Interpretations: The myths of Nation and Class*. In: BALAKRISHNAN, Gopal; ANDERSON, Benedict (orgs.). **Mapping the nation**. London/New York: Verso, 1996. p. 99.

modo que, para garantir a ordem, utiliza-se meios coercitivos e de consentimento da maioria da população local.¹²¹ Segundo Gellner, a *nação*, nesse tipo de sociedade, é constituída por meio de uma cultura compartilhada, isto é, atendendo às práticas de ritos e atividades sociais corriqueiras. A respeito da circulação de ideias, nesse tipo de comunidade, se tem a constituição de uma identidade coletiva pelo uso de repetição de eventos, a transmissão de tradição via oralidade e a presença de uma língua morta, os quais se tornam símbolos que geram uma concepção de unidade e características que criam a noção do “comum”. Esse tipo de perfil, segundo Gellner, se trata da constituição da *nação* gerada e preservada por uma minoria, ou seja, se trata de um movimento em que não há a participação ativa da comunidade local, mas apenas de um grupo seletivo.

No aspecto da sociedade de perfil industrial, Gellner a apresenta como uma organização social dinâmica, na qual os mecanismos de produção, isto é, formas de trabalho, disseminação de informação e os perfis de gestão, se encontram em constante mudança. Dessa forma, uma sociedade industrial não se limita apenas à administração de recursos naturais e ao controle da distribuição deles, mas ela se difunde pela especialização técnica de formas de trabalho que permitem o crescimento da diversidade das atividades sociais e econômicas.¹²² Os mecanismos de comunicação dentro dessa sociedade são todos compartilhados via imprensa e acesso à educação, sem que exista segregação de grupos por meio de privilégios hereditários: o que se tem é uma massa coletiva, de modo que a distinção entre um indivíduo em relação ao outro é pelo mérito e competência de seu trabalho. Gellner também ressalta que o papel da comunidade industrial é ativo, visto que os indivíduos que fazem parte dela são participantes conscientes da formação social e política de seu grupo. Dessa forma, o perfil da *nação*, no contexto, é de uma comunidade mais uniforme, movida por um sistema político burocratizado em que a população tem uma participação ativa e, ao mesmo tempo, se tem o uso de mecanismos de comunicação são padronizados e largamente difundidos, criando uma cultura nacional.

Desse modo, Gellner estabelece a noção de *nação* discernindo-a num formato sociológico, cuja explicação se expressa pela separação em sociedades agrária e industrial. Nessa forma de descrição, podemos enxergar o formato de *nação* movido por um lado de

¹²¹ Ibid., p. 100.

¹²² Ibid., p. 106.

tradições e uma forte ligação entre a comunidade e o espaço local, de modo que o sentimento de pertencimento está ligado ao nascimento, enquanto no outro viés se vê a configuração de uma sociedade movida por inovações técnicas, com a ideia de *nação* compartilhada de maneira uniforme e a população se torna uma massa que produz uma cultura, uma consciência, desenvolvendo assim uma noção de unidade.

2.4.3 John Breuilly: narrativas nacionais e as suas estruturas

A discussão que John Breuilly nos traz sobre nação é quanto à questão de que ela existe enquanto um grupo, uma comunidade que se distingue ou se segrega das outras comunidades. Dentro dessa coletividade existe o compartilhar histórico e cultural, os quais se desdobram num território específico. Este tipo de movimento é presente na Europa e tem se estendido ao longo dos séculos, e Breuilly define essa experiência compartilhada como identidade étnica.¹²³ Esta última característica é presente em todos os tipos de sociedades, é manifestada de maneira singular e complexa nas mais diferentes culturas e entende-se que pode ser usada como uma ferramenta para fundamentar as bases de uma nação. A análise desse processo exige um acompanhamento histórico da determinada sociedade, traçando suas particularidades e a transformação de como as características étnicas de uma cultura passam a se tornar elementos que fundam uma concepção de nação na comunidade específica.

Nesse sentido, Breuilly problematiza a abordagem de Gellner em compartimentar a sociedade agrária e a industrial como dois tipos de comunidades distintas que apresentam características como duas categorias fechadas e que manifestam a *nação* e o seu *nacionalismo*, segundo as limitações estabelecidas no quadro em que, por um lado, é definida a sociedade agrária e, por outro, a industrial. Esse tipo de aproximação permite desenvolver uma análise mais ampla, com o intuito de definir e descrever a formação da nação. Ela apanha todos os tipos de sociedades e as separa em categorias que permitem classificar a que tipo de nação determinada comunidade se assemelha¹²⁴.

Outro ponto discutido por Breuilly que é interessante para a nossa discussão é a forma como são narradas as “histórias nacionais”. Ele aponta que a estrutura dessa

¹²³ BREUILLY, John. Approaches to Nationalism. In: BALAKRISHNAN, Gopal; ANDERSON, Benedict (orgs.). **Mapping the nation**. London/New York: Verso, 1996. p. 149-150.

¹²⁴ Ibid., p. 162.

narrativa consiste em contar a queda das instituições tradicionais perante a introdução e a vinda de organizações ou movimentos advindos da modernização.¹²⁵ Breuilly descreve que o corpo desse tipo de narrativa é de início, meio e fim e, nele, seria apresentada uma linha de progresso apontando desde os mitos de origem e as suas primeiras formações de Estado, apoiados pela tradição de uma comunidade, até o advento dos movimentos modernos no século XIX, que remodelam e estabelecem novas instituições, dando corpo a uma nação moderna. Outra característica sobre a “história nacional” é que ela projeta um futuro, indicando que o processo de uma comunidade nacional ainda continua em andamento e será consumado num tempo indeterminado. A problemática de Breuilly sobre esse tipo de narrativa é que ela não explica o que é *nacionalismo*, *nação moderna*, *cultura nacional* ou *identidade nacional*. O que se tem, no caso, é a descrição do emergir do “moderno” em detrimento do “tradicional”. Além disso, a sua estrutura de narração não permite a apresentação de outras possíveis perspectivas que escapem da linha de “queda das instituições tradicionais e a ascensão do Estado nacional moderno”. Essa observação é interessante para nós quando olhamos para as propostas de *histórias nacionais* nas referências como Herder, Hegel e, por fim, a abordagem de David Murray a respeito de sua narrativa sobre a história do Japão, mais adiante.

2.4.4 Eric Hobsbawm: nação como personificação do povo e seus critérios

A reflexão que Eric Hobsbawm traz sobre o conceito de nação, no caso, parte do ponto em que os reinos europeus tiveram a necessidade de estabelecer discursos que definiram o que é o estrangeiro e o não-estrangeiro. Isso colaborou para a formulação de uma variedade de identidades nacionais e, mais adiante, de diferentes modelos de Estado-nação. Esses moldes institucionais elaboraram uma noção de “povo” semelhantemente ligada com o “comum”. Aqui, o termo “comum” é utilizado no sentido de uniforme, de modo que os regulamentos e leis elaborados pelo Estado, assim como seus interesses, seriam produtos desse mesmo povo. No entanto, essa concepção de “povo” encontra sua materialidade nos aparatos que englobam a definição de Estado-nação; em outros termos, as características que definem o povo, sejam elas cidadania, passado em comum, o espaço e a língua, acabam remetendo diretamente ao Estado revestido como nação. Esse

¹²⁵ Ibid., p. 156, 157.

movimento tem sido o aspecto principal utilizado para comparar as potências europeias, sobretudo França e Inglaterra, com a formação do Japão como Estado-nação.

Nesse sentido, a nação consiste em ser a personificação do povo, e isso faz com que ela seja soberana, envolvendo o caráter de unidade, língua, uma história em comum e o seu território como lugar em que se legitima a sua formação como povo. Hobsbawm complementa ao procurar definir o conceito de nação:

Na prática, havia três critérios que permitiam a um povo ser firmemente classificado como nação. O primeiro destes critérios era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável. [...] O segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito. [...] O terceiro critério era dado por uma provada capacidade para a conquista.¹²⁶

Os critérios apresentados por Hobsbawm sobre o conceito de nação são junções baseadas nos casos de identificação nacional que eram tidas por diferentes povos. A “associação histórica de um Estado já existente” é vinculada a exemplos como os do povo inglês, espanhol e os franceses. Essa questão se dá quando povos vizinhos se reconhecem mutuamente, ou seja, existe um conhecimento histórico e geográfico em comum, de modo que eles consigam identificar entre si a qual nação pertencem. O caso do segundo aspecto, apresentado por Hobsbawm, se dá pela questão de haver um idioma que circula nos meios de comunicação e produção literária intelectual que influenciou o desenvolvimento administrativo do Estado, como foi o caso alemão e italiano. O terceiro critério, a capacidade para a conquista, se dava como prova de evolução ou de que a nação tinha poder de sobreviver e subordinar outros povos – como um fator de progresso, segundo a lei darwiniana. Nesse sentido, Hobsbawm atribui definições brandas para servir de requisito em função de afirmar o que é e o que não é uma nação, salientando que essas condições serviam de aplicação para os Estados no contexto do século XIX, e Hobsbawm as analisa não de maneira isolada, mas sempre relacionando com os povos vizinhos.

¹²⁶ HOBBSAWM, Eric, J. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 49.

A questão importante que tomamos para a nossa discussão sobre a nação, neste ponto, é o aspecto da definição de nação pelo argumento da relação entre um povo e o outro, ou seja, um espaço de contato, o qual permite estabelecer noções de identidade sobre o que é o estrangeiro, o espaço nacional e o vínculo histórico de uma cultura com a outra.

2.4.5 Benedict Anderson: nação como produto da imprensa

Na perspectiva de Benedict Anderson, o processo de constituição de nação se trata de um desenvolvimento histórico, isto é, a formação de nação como um produto imaginado depende das nuances culturais que foram moldadas de tempos em tempos. Para Anderson, as trajetórias históricas de uma comunidade possibilitaram a cristalização de elementos culturais que se tornaram a base de uma nação. O processo da formação dessa base é realizado por indivíduos pensantes, que não são familiares entre si. Partindo dessa ideia, Anderson argumenta que uma comunidade imaginada é formada a partir da reunião de pessoas estranhas umas às outras, que, porém, se encontram alinhadas a uma ideia que é comum a elas, o que faz com que se identifiquem como membros de um mesmo grupo, compartilhando um senso de unidade. Em relação ao termo “imaginado”, segundo Anderson, entende-se como conjunto de pensamentos de pessoas que compartilham os mesmos ideais de passado, tradição e espaço.

Com isso, o ato de imaginar uma sociedade ou cultura alheia é realizado graças ao auxílio da prática da leitura de obras, romances e coleção de séries por meio da expansão da imprensa e de autores ou comunidades intelectuais que divulgam pensamentos e ideias acessíveis a um público diversificado, assim como a cultura da imprensa, junto com a expansão do costume de leitura, contribuíram para com o florescimento da diversidade estética literária na Europa:

[...] I have been arguing that the very possibility of imagining the nation only arose historically when, and where, three fundamental cultural conceptions, all of great antiquity, lost their axiomatic grip on men's minds. The first of these was the idea that a particular script-language offered privileged access to ontological truth, precisely because it was inseparable part of that truth. [...] Second

*was the belief that society was naturally organized around under high centres – monarchs who where persons apart from other human beings and who ruled by some form of cosmological (divine) dispensation. [...] Third was a conception of temporality in which cosmology and history were indistinguishable, the origins of the world and of men essentially identical. Combined these ideas rooted human lives firmly in the very nature of things, giving certain meaning to the everyday fatalities of existence and offering, in various ways, redemption to them.*¹²⁷

A reflexão que Benedict Anderson traz nesse trecho é de que o processo de como a nação foi sendo constituída é desenvolvido historicamente, ou seja, a questão da nação como um imaginário que foi tomando forma ao longo do tempo, partindo das nuances culturais que vão moldando de tempos em tempos. Entretanto, no decorrer de sua explanação, Anderson procura reunir características que em comum no quesito de como as nações são constituídas, ainda considerando as trajetórias históricas que cada povo apresenta e as distinções entre elas. Assim, a sua discussão sobre a nação como uma comunidade imaginária parte da reflexão quanto à formação de uma comunidade e de como ela pode ser definida. O que as mantém unidas seriam os fatores culturais e históricos construídos ao longo do tempo e que se tornam “monumentos do passado” de uma determinada comunidade, se transformando numa narrativa que apresenta a capacidade de envolver indivíduos e criar entre eles um sentimento de pertencimento.

No entanto, a forma como Anderson desenvolve a sua discussão sobre como a concepção de “nação” é formulada tem um ponto de partida problemático: para o autor, o exercício de refletir e pensar a respeito da organização de Estado, ou nação, tem sua origem nos eventos históricos no século XVIII – como o Iluminismo europeu, juntamente com a Revolução Francesa. Além disso, Anderson reúne grandes concepções, como história, tempo e crença, com o intuito de incluir todas as comunidades ou povos, alegando que elas possuem trajetórias em comum quando se trata da formação de seus respectivos Estados-nação. O fator que faz com que sua perspectiva se torne problemática é que a sua referência à conotação de “nação” é o pensamento e a trajetória europeus. Nesse prisma, Anderson criou um escopo em que teria como risco padronizar a questão de como se daria a formação de Estado-nação; logo, para que um povo ou comunidade chegasse à condição de nação, em tese, teria que percorrer os requisitos que Anderson

¹²⁷ ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London/New York, 2006.

propôs. Isso faz com que os povos não-europeus tenham que seguir modelos de nação das sociedades europeias e americanas e aderir a esses padrões, ou seja, passar por processos históricos semelhantes aos da Europa ocidental. Além disso, o processo do “imaginar” parece ser restrito à cultura ocidental, o que nos leva a entender que as comunidades não europeias passem a ser imaginadas pelas sociedades ‘civilizadas’ da Europa.

2.4.6 Pharta Chatterjee e Dipesh Chakrabarty: modernidade e civilização imaginadas por quem?

Vimos até aqui exemplos de diferentes perspectivas sobre a definição de nação, e todas elas a apresentam em diferentes ângulos, os quais não são descartáveis. Porém, um ponto em comum que podemos notar é que a nação como sociedade ou comunidade é fruto do fenômeno do “moderno”. Vimos também que esse movimento tem sido descrito dentro do contexto europeu no decorrer do final do século XIX, quando se discutia o estabelecimento de instituições liberais que formalizam e difundem mecanismos de comunicação, a formação de grupos intelectuais e a modificação das formas de trabalho com o advento da indústria.

A respeito dessas abordagens, Pharta Chatterjee argumenta que as ideias não só de Anderson, mas também de pensadores como Gellner, que discutem sobre o processo formativo das nações, têm sido narradas como uma obra realizada de maneira exclusiva pelos países da Europa Ocidental e das Américas, tratando assim a formação das nações da África e Ásia como uma atividade passiva, consequente das obras dos países europeus:

If nationalisms in the rest of the world have to choose their imagined community from certain ‘modular’ forms already made available to them by Europe and the Americas, what do they have left to imagine? History, it would seem, has decreed that we in the postcolonial world shall only be perpetual consumers of modernity. Europe and the Americas, the only true subjects of colonial enlightenment and exploitation, but also that of our anti-colonial resistance and postcolonial misery. Even our imaginations must remain forever colonized.¹²⁸

A crítica de Chatterjee é de que Anderson constata que as experiências históricas de nacionalismo tidas na Europa Ocidental, na Rússia e nas Américas tornaram-se

¹²⁸ CHATTERJEE, Partha. Whose Imagined Communities? In: BALAKRISHNAN, Gopal; ANDERSON, Benedict (orgs.). **Mapping the nation**. London/New York: Verso, 1996. p. 216.

referências e moldes para a formação do nacionalismo nos países da Ásia e África. Assim, seria como se os países não-europeus não tivessem escolha a não ser se basear nos modelos ocidentais de nacionalismo para montar suas próprias concepções de nação, chegando à conclusão de que todo modelo de nação e o processo de estruturar um Estado-nação seria uma repercussão dos eventos tidos na Europa. Pensando dessa forma, as trajetórias históricas das demais sociedades não-europeias a respeito da formação de suas respectivas *nações* seriam consideradas como pontos periféricos e particulares ou derivados das ideias europeias.

Nessa problemática sobre o movimento de modernismos sendo difundido nas sociedades não-europeias, entramos na reflexão promovida pelo historiador Dipesh Chakrabarty, em sua obra *Provincializing Europe*, de 2000, na qual o pensamento ocidental é introduzido dentro do contexto de culturas não-ocidentais, servindo de fundamento para a formalização de instituições “nacionais”. Nela, se tem a adoção e uso de conceitos como “cidadania”, “estado”, “sociedade civil” e “racionalidade”, que além de serem utilizados para formar uma base de nação, entram em conflito com a cultura e a tradição da comunidade local, gerando assim um conflito entre o “novo” e o “velho”:

*The phenomenon of “political modernity” – namely, the rule by modern institutions of the state, bureaucracy, and capitalist enterprise – is impossible to think of anywhere in the world without invoking certain categories and concepts, the genealogies of which go deep into intellectual and even theological traditions of Europe. Concepts such as citizenship, the state, civil society, popular sovereignty, social justice, scientific rationality, and so on all bear the burden of European thought and history. One simply cannot think of political modernity without these and other related concepts that found a climatic form in the course of the European Enlightenment and the nineteenth century.*¹²⁹

É importante salientar que o problema não é o conceito de *nação* em si, sendo que muito de suas características e trajetória de formação estão presentes ou se manifestam de semelhante modo nas sociedades não-europeias, sem que necessariamente tenha ocorrido a introdução de valores modernos nessas comunidades. A questão é problematizar narrativas em que se utilizam conceitos como os de “cidadania”, “igualdade”, “razão” e “ciência”, nomeadas como “*universais*”, dando o parecer de que

¹²⁹ CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000. p. 4.

quem detém essas concepções são as nações europeias. Dessa forma, proporíamos uma leitura e reflexão sobre como essas concepções caracterizadas como “*universais*” se manifestam no contexto das comunidades não-europeias sem que tomem uma interpretação de um conceito estrangeiro introduzido a uma cultura alheia a ele.

2.5 Uma breve consideração sobre o conceito de *nação* II

A discussão sobre os diferentes desdobramentos sobre *nação* trouxe diferentes definições e reflexões para pensarmos o que a constitui, ou seja, quais são os critérios para considerar se uma sociedade seria uma *nação* ou não. Apesar de reconhecermos que a definição desse conceito não encontra um consenso, um ponto que vale salientar é que o parecer dos autores introduzidos no item anterior, como Anderson, John Breuilly e Chatterjee, permite nos auxiliar a enxergar diferentes prismas a respeito de como podemos analisar como se constitui o conceito de *nação*. Entende-se que, dessa forma, se faz possível ampliar nossa percepção ao estudarmos algumas abordagens a respeito de formações de “comunidades nacionais”. Neste item de discussão, traremos algumas reflexões sobre a relação entre *história* e *nação*, que advém de pensadores do século XIX como Herder, Hegel e o historiador inglês Henry Thomas Buckle. O intuito de mencionarmos esses intelectuais é de nos familiarizarmos com a ideia de *nação* difundida no contexto europeu no decorrer do século XIX, e também por acreditarmos que tais concepções estão presentes no livro de David Murray.

2.5.1 Herder (1744-1803): *nação e história universal*

Johann Gottfried Herder foi um filósofo prussiano que viveu durante a transição do final do século XVIII ao início do XIX, e grande parte de suas ideias sobre história e filosofia foi inspirada no filósofo Immanuel Kant (1724-1804)¹³⁰. O pensamento de

¹³⁰ Kant serviu de inspiração para Herder graças às suas reflexões sobre a questão de relacionar as leis universais com a liberdade humana. A problemática de Kant gira em torno do princípio de todos os fenômenos físicos, materiais e imateriais ocorrerem para um determinado fim, ou seja, eles obedecem a uma determinada lei já pré-estabelecida. Nesse sentido, enxergaria que as ações do homem, enquanto sociedade, também seriam consideradas “manifestações de fenômenos” que também seguem um padrão esperado por essas mesmas leis, consideradas como naturais e universais. Kant também discute sobre o desenvolvimento da razão humana como um fator que é da natureza do homem para progredir socialmente a fim de estabelecer uma comunidade civil que agregue todas as culturas, concedendo e garantindo direitos

Herder sobre nação é interessante para a nossa discussão, pois a sua perspectiva sobre a relação da história com a nação se dá como se fosse uma narrativa progressiva, que apresenta um início e chega a um desfecho, atingindo um determinado fim. A interpretação de Herder sobre a história em *Ideias para a Filosofia da História da Humanidade*, de 1803, consiste num conjunto de argumentos em que propõe a ideia de que o mundo natural e os feitos do ser humano estão submetidos às leis físicas consideradas universais, ou seja, elas se aplicariam a todos os seres vivos e seres inanimados.

Partindo disso, Herder argumenta que os acontecimentos realizados pela humanidade seriam eventos e ações que ocorrem de acordo com as leis naturais que regem no mundo físico. Nessa perspectiva, Herder tenta articular uma narrativa sobre como os feitos dos homens se encaixam na lógica de um universo regido por leis absolutas que conservam o mundo natural. Assim, sua proposta de pensamento é de que a humanidade é movida pelo “princípio de uma força viva”, isto é, a capacidade ou a habilidade inata de pensar, criar e construir.¹³¹ É essa mesma “força” que estimularia o ser humano a se organizar em sociedade e desenvolver sua própria cultura e esse processo se relacionaria com as leis naturais presentes no mundo físico, de modo que, para Herder, as condições climáticas e geográficas interferem diretamente na formação das culturas e no intelecto do ser humano.

A relação entre a ambiência natural com a formação das sociedades humanas, segundo Herder, geraria as particularidades da cultura local, nas quais seriam elaboradas formas de educação, organização social, crença e uma história própria. Nesse sentido, essa perspectiva prevê que é da natureza do ser humano viver em comunidade e dentro dela estabelecer uma cultura em que haveria o compartilhar de atividades e costumes em comum. Herder também aponta, durante o processo do ser humano estabelecer uma comunidade, a ocorrência de uma série de transformações no caminho, isto é, uma sucessão de mudanças nas estruturas dos modos de governo, o advento de expansões territoriais, crises econômicas e a elaboração de tradições e filosofias.¹³² Assim, segundo

a todos, criando, assim, um Estado ideal que unifique toda a raça humana. KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. Boston, 1914. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964. p. 28, 29

¹³¹ HERDER, Johann Gottfried. *Ideias para a Filosofia da História da Humanidade*. Londres, 1803. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964. p. 43.

¹³² *Ibid.*, p. 46.

essa premissa, a história de uma cultura deve ser estudada considerando as disposições geográficas e naturais nas quais aquela comunidade se encontra inserida e, ao mesmo tempo, reconhecer que a cultura de um povo está sempre mudando, exigindo assim a delimitação de um recorte temporal e a consulta de sua materialidade nas fontes que sirvam de legitimação do estudo a respeito da comunidade em questão.

Outro aspecto que Herder enxerga sobre o desenvolvimento das sociedades humanas é a questão de que, para ele, todas as mudanças administrativas de governo, nas diferentes culturas tendem a evoluir e se tornarem mais complexas, no sentido positivo, até que por fim chegariam, por meio do exercício da razão humana, na condição de Estado-nação. Para Herder, a nação seria uma organização social avançada onde a comunidade exerceria de maneira plena o papel de elaborar e cumprir leis que dariam base para que as pessoas inseridas na comunidade possam viver com princípios de liberdade, manutenção de necessidades materiais e segurança à vida. Dessa forma, a nação seria não o fim de todas as sociedades humanas, mas uma das manifestações de organização social que colaboraria para o avanço ou evolução da razão humana.

Nesse sentido, a perspectiva de Herder vai de encontro com a narrativa de que todas as culturas humanas, mesmo considerando as suas particularidades históricas e diferenças de tradição, tem de passar pela condição de uma nação moderna. A justificativa dessa afirmação parte da premissa de que o exercício da razão humana, em qualquer cultura, tende a progredir, estabelecendo requisitos para o desenvolvimento de instituições administrativas mais complexas e avançadas. Isso permitiria a construção de uma comunidade em que todos os membros exerceriam um papel ativo e daria espaço para temas como cidadania, Estado, sociedade civil e o exercício da razão.

2.5.2 Comte (1798-1857): nação como integrante da física social

A inclusão de Comte na discussão sobre nação e história se dá mais no aspecto de sua perspectiva sobre as ideias de “civilização” e “sociedade”, e de como elas podem ser abordadas ou analisadas. Nesse sentido, Comte propôs, em seu texto *A Filosofia Positiva e o Estudo da Sociedade*, de 1877, a categorização e classificação de formas de conhecimento, desde estudos sobre a natureza física até a sua proposta de formalizar uma

ciência social que siga os mesmos critérios metodológicos que os estudos da biologia e física.

Comte apresenta a “física social” como uma ciência que seria encarregada de estudar os fenômenos sociais. A sua abordagem seria pela observação de maneira descritiva, sem a interferência daquele que observa. Esse tipo de análise estaria submetida e definida via leis físicas como, no caso, a estática e a dinâmica, as quais seriam empregadas para estudar o funcionamento de uma sociedade e o seu desenvolvimento.¹³³ Nesse sentido, Comte entende que uma comunidade sempre se encontra em mudança de maneira progressiva, isto é, parte-se do princípio de que toda sociedade humana é movida por meio do exercício do intelecto humano. À medida que a atividade da razão se aperfeiçoaria, o corpo social se alteraria aos poucos rumo a uma comunidade mais esclarecida, isto é, racional, onde o conhecimento científico passaria a governar as formas de saber e se tornaria fundamento nas gestões políticas e econômicas. Dessa forma, a ideia de “nação moderna” e “civilização” seriam estados que comprovariam a evolução da razão humana, de modo que isso se aplicaria para todos os tipos de culturas.

Outra contribuição que Comte traz para a nossa discussão é a sua ideia de como desenvolver uma análise a respeito de uma sociedade. A sua perspectiva seria tratar a estrutura social como se fosse um corpo biológico, no qual seria feito um diagnóstico em que as formas de governo, conhecimento, costumes e trabalho seriam classificados em categorias de acordo com as suas funções ou contribuições para a sociedade. Nesse tipo de abordagem, Comte não discute a questão do homem como indivíduo que exerce a atividade de raciocínio; o que é levado em consideração seria o comportamento do corpo social da determinada comunidade, que, por meio do estabelecimento de instituições de saber, tem o desenvolvimento da razão humana como um conhecimento compartilhado. Nesse sentido, Comte se afasta um pouco da concepção que Herder traz sobre uma sociedade ser o coletivo de pessoas que exercem a sua individualidade e liberdade, para se aproximar de uma abordagem mais focada na análise do corpo social do que no homem propriamente dito.

¹³³ COMTE, Auguste. *A Filosofia Positiva e o Estudo da Sociedade*. Londres, 1877. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964. p. 96.

O ponto em comum com Herder que Comte apresenta é na questão de que a razão humana apresenta um caráter progressivo, que pode ser observado por meio do desenvolvimento das instituições de governo em diálogo com a ciência. Assim, pontos como “civilização”, “modernidade” e “nação” seriam manifestações naturais de qualquer cultura ou comunidade na qual se teve o exercício contínuo da razão e o aprimoramento das formas de saber. Nesse sentido, Comte também adere às concepções de “universalidade”, em que todos tipos de comunidades humanas são submetidas às leis físicas, e, dessa forma, também apresentariam disposições de estabelecer um Estado movido pela razão.

2.5.3 Buckle (1821-1862): nação como produto das leis naturais e sociais

Parte das ideias de Henry Thomas Buckle foi mencionada no capítulo anterior, no item *Ocidente e Oriente imaginado no Japão*, onde foi discutido sobre referências europeias que contribuíram para pensar o Ocidente e o Oriente em uma perspectiva japonesa e a visão de Buckle serviria como material de consulta para teóricos como Shiratori Kurakichi, que vão refletir sobre os conceitos como “civilização”, “história” e “nação” no contexto japonês. A contribuição de Buckle para a nossa discussão sobre nação é de que seu posicionamento se inclina com pontos de vistas semelhantes aos de Herder a respeito das leis naturais do mundo físico serem o fator que influencia diretamente na formação das sociedades humanas. O argumento de Buckle gira em torno do aspecto de que as condições climáticas e as disposições de recursos naturais contribuem diretamente com o desenvolvimento da sociedade humana, assim como servem de estímulo para o exercício da racionalidade e o crescimento da ciência. Buckle formaliza essa ideia na obra *História da Civilização da Inglaterra*, de 1857, em que são discutidos os motivos pelos quais a Europa foi o lugar mais beneficiado e propício para o exercício da razão e para a construção das bases de uma civilização moderna.

Segundo Buckle, a Europa é um espaço ideal para o progresso da razão humana em detrimento dos outros lugares, pois ela não abriga uma quantidade de riquezas naturais em comparação com os outros continentes. Ou seja, quer dizer que a região europeia apresenta uma característica geográfica em que os povos que vivem nela são submetidos a climas desafiadoras e o acesso aos recursos naturais é distribuído de maneira regrada

em comparação com os demais povos não-europeus.¹³⁴ No final das contas, Buckle quer dizer que a Europa é a região mais adequada para o ser humano exercer um papel autônomo, no qual o homem constrói ou estabelece meios para subordinar a natureza a seu favor, dando margem à interpretação de que ali o ser humano adquire sua capacidade de agenciar o protagonismo de maneira mais rápida, pois as culturas que se encontram em regiões com ricas distribuições naturais, além da disposição vasta de espaço territorial, usufruem dos recursos que a natureza dispõe. Isso faria com que, ao invés do ser humano dominar a natureza, a natureza se tornar a provedora do homem, dando espaço para a criação de superstições, e o papel humano se tornaria secundário, impedindo o progresso do exercício da razão humana.¹³⁵

A proposição de Buckle estabelece um tipo de determinismo local em que os fatores climáticos e geográficos definiriam as disposições das diferentes sociedades humanas terem a aptidão de exercerem a razão e elaborar meios para domar a natureza física. Ao mesmo tempo, a sua narrativa suporta a ideia de que a Europa é o berço das concepções da civilização moderna, assim como também seria o local onde a ciência, como forma de conhecimento e inovação, tem uma maior atuação e desenvolvimento. Buckle justifica esse argumento dando exemplos das experiências de povos como a Inglaterra e a França, os quais desenvolveram uma economia industrial, apontando o aspecto dessas nações terem dominado a natureza a seu favor, de modo que as leis naturais passaram a ser apropriadas segundo os desígnios desses respectivos povos.¹³⁶

A parte que capta o nosso interesse a respeito da perspectiva de Buckle é a importância do desenvolvimento de uma análise geográfica das comunidades locais, pois entende-se que essa forma de narrativa apresenta uma ideia de que, num primeiro momento, o meio interfere diretamente no desenvolvimento da sociedade humana. Essa abordagem cria uma análise sobre a formação da cultura, história e estudo sobre as características sociais de um povo, tudo à base das condições geográficas e climáticas do local específico. Nesse sentido, o que podemos extrair de Buckle é a sua tentativa de estabelecer uma cientificidade via observação empírica, a influência das condições naturais em relação ao desenvolvimento de diferentes culturas, com o intuito de defini-

¹³⁴ BUCKLE, Henry Thomas. *History of Civilization in England*. London, 1899. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964. p. 148, 149.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 149.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 150.

las e classificá-las segundo as características físicas e naturais do espaço geográfico em que cada cultura se insere.

2.6 *The Story of Japan*: das origens do povo japonês à consolidação do Estado japonês

2.6.1 *The Story of Japan*, capítulos I e II: a definição de “Japão” e a sua inserção na história europeia

O nome “Japão” evoca um problema: trata-se é uma classificação que não é feita pelos próprios “japoneses”; logo, é um rótulo dado a um povo com características peculiares descrita conforme o ponto de vista europeu. É nesse aspecto que David Murray aceita o termo “Japão” como convenção que foi retirada pelos chineses e, em seguida, apropriada pelos europeus. Nesse sentido, deparamo-nos com uma circunstância em que se tem a operação da tradução entre duas linguagens distintas, de modo que, nessa relação, ocorre um momento de estranhamento, ou seja, há um ponto de incoerência em que uma língua é incapaz de compreender a outra, um problema que se manifesta quando ambas as línguas pertencem a culturas distintas. Isso se dá durante o processo de tradução, no qual se tem a transição de significado e sentido, e a dificuldade se faz presente quando existe o conflito de uma expressão linguística não representar a mesma coerência para as duas línguas.

O termo “*Japão*” é um nome utilizado para referir-se a uma determinada região, país, nação, cultura, mas o termo que os japoneses atribuem para si próprios seria *Nihon*/*Nippon* (日本) ou *Nihonkoku* (日本国). Porém, essa expressão é oriunda de uma nomenclatura que não é própria da parte dos japoneses, ou pelo menos para os sujeitos que são denominados como “japoneses”. Desse modo, o termo “*Japão*” é estrangeiro:

The first knowledge of the Japanese empire was brought to Europe by Marco Polo after his return from his travels in China in A.D 1205. He had been told in China of “Chipangu, an island towards the east in the high seas, 1500 miles from the continent. [...] The name Chipangu is the transliteration of the Chinese name which modern scholars write Chi-pen-kue, by which Japan was then known in China. From it the Japanese derived the name Nippon, and then prefixed the term Dai (great) making it Dai Nippon, the name which is now used by them to designate their empire. Europeans

*transformed the Chinese name into Japan, or Japon, by which the country is known among them at present.*¹³⁷

David Murray inicia a sua exposição desdobrando como o nome “*Japão*” passou a ser utilizado pelos europeus. O autor descreve a trajetória da formação dessa nomenclatura por meio de seu uso e também de como ela passou a ser conhecida pelos povos vizinhos (a China e reinos europeus). Nota-se que a primeira referência que David Murray traz a respeito dos conhecimentos sobre o “*Japão*” é feita com a menção a Marco Polo, e apenas posteriormente que o autor cita o conhecimento que os chineses têm sobre o país. Nesse sentido, as fontes primárias de Murray¹³⁸ são documentos registrados pelos europeus, e não pelos chineses, que provavelmente teriam maiores dados e informações sobre os japoneses – e o motivo pelo qual a descrição dos europeus teve primazia foi devido à barreira linguística. Entretanto, um fator a se considerar é a conveniência de que as anotações de Marco Polo sobre o Japão foram baseadas nas impressões extraídas pelos chineses.

A questão se torna mais complexa quando há a colocação de uma proposta de escrita de história, enquanto, ao mesmo tempo, se faz presente uma narrativa já existente a respeito do mesmo tema, isto é: narrar a trajetória histórica do Japão, levando em conta que a mesma comunidade que a representa leva a uma experiência que Homi Bhabha descreve, na sua análise sobre a tradução: “No ato da tradução, o conteúdo ‘dado’ se torna estranho e estranhado, e isso, por sua vez, deixa a linguagem da tradução, *Aufgabe*, sempre em confronto com seu duplo, o intraduzível – estranho e estrangeiro”.¹³⁹

A colocação de Bhabha também pode ser complementada nos estudos de Naoki Sakai, na obra *Translations and Subjectivity: on Japan and Cultural Nationalism*. Ela se refere ao tratamento da linguagem como idioma nacional, atribuída como homogênea. Assim, conclui-se que tanto a língua tradutora como a que está para ser traduzida têm um aspecto totalizante e equivalente. A questão de equivalência que Sakai aborda se dá quando há uma relação de igualdade entre as nações; significa que, para que um

¹³⁷ MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam’s Sons, 1892. p. 1, 2.

¹³⁸ A fonte que David Murray utilizou para optar pelo termo “*Japão*” foi *The book of Ser Marco Polo, the Venetian*, traduzido em inglês pelo Colonel Henry Yule, cuja publicação data do ano de 1875. Outro material que Murray consulta, porém não a respeito da definição do termo “*Japão*”, é o *Kojiki*, fonte que descreve sobre a origem do Japão na língua inglesa em tradução de Basil Hall Chamberlain. O trabalho de Chamberlain é intitulado *The Kojiki or the record of Ancient Matters* (1882).

¹³⁹ BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2019. p. 264.

representante de uma nação narre os acontecimentos de um outro governo, deve haver uma relação comum entre ambas as nações. Nesse caso, há um tratamento de igualdade em que o processo de tradução seria tratado como um espelhamento de uma nação para outra, sendo que o único ponto de distinção seriam suas particularidades culturais. Segundo Sakai, a condição para ter uma tradução válida entre duas nações é que ambas apresentem um idioma oficial. Com isso, a narrativa sobre o “Japão” de David Murray se trata de uma descrição de uma ideia (nação) que propõe a existência de um povo homogêneo que produz uma cultura particular: *“Consequently, the unity called ‘Japanese’ is an idea that ‘enables us to represent to ourselves other subjects in an indirect manner, namely in their systematic unity, by means of their relation to this idea of the “Japanese language””*.¹⁴⁰

Assim, as narrativas apresentariam uma trajetória semelhante, independente de suas particularidades, pois a sua estrutura ressalta acontecimentos que evocam elementos necessários para a constituição da concepção do nacional. Com isso, Sakai argumenta que termos como “Japão” seriam expressão de uma ideia de coletivo, constituindo a noção de que há a existência de um povo unido, que possui um idioma consolidado e homogêneo.¹⁴¹ Tendo isso em vista, a descrição do *Story of Japan* seria uma operação de desenvolvimento de uma ideia que é formada por requisitos e ferramentas para a composição de uma história nacional, a fim de dar luz à nação “Japão”.

Partindo disso, o termo “Japão” seria uma expressão produto de uma impressão, o que dá fruto a uma “comunidade” que é imaginada. Trata-se de um coletivo constituído por ideias que contém características sociais e culturais. Naoki Sakai faz uma breve síntese de como o termo “japonês” pode ser definido: *“‘Japanese’ is not a natural attribute to an individual but an identity constituted relationally within a specific discourse in each instance”*.¹⁴²

Desse modo, pensar no “Japão” consiste em adentrar um julgamento ou constatação da existência de um povo que apresenta um conjunto de características que, segundo a impressão ou imaginação de um grupo de sujeitos, seriam naturais a ela, determinando, portanto, que esse povo é “japonês”. Poderíamos também pensar que a escolha de se referir às impressões de Marco Polo primeiro se dariam porque a narrativa

¹⁴⁰ SAKAI, Naoki. **Translation and Subjectivity**: On “Japan” and Cultural Nationalism. Minnesota: University of Minnesota Press, 1997. p. 57.

¹⁴¹ Ibid., p. 42.

¹⁴² SAKAI, Naoki. **Translation and Subjectivity**: On “Japan” and Culture of Nationalism. Minnesota: University of Minnesota Press, 1997. p. 47.

de David Murray tem a intenção de apresentar uma perspectiva nos moldes ocidentais, ou seja, desenvolver uma história que se enquadre na história da Europa.

Outro aspecto que vale salientar seria a questão de que, na medida em que David Murray escreve sua narrativa, fica a impressão de que estamos lendo um relato de acontecimentos históricos do ponto de vista europeu para com outro europeu. Isto é, o autor referencia experiências e relatos de um sujeito veneziano, que partilha semelhantes concepções de mundo com o pensamento moderno europeu. Nesse sentido, a imagem que se tem sobre o Japão já passa a ser “traduzida” segundo as impressões de Marco Polo e posteriormente são trazidas à luz para o século de David Murray.

Esse processo apresenta uma problemática anacrônica, porém atribui uma questão de vai além do anacronismo, mas uma proposta de desenvolver uma linguagem de legitimidade, ou seja, se tem o exercício de um discurso estrangeiro em relação a uma outra cultura, de modo que nela há também poder de verdade. Assim, essa atividade narrativa se daria na produção de verdades que definem culturas não conhecidas. Porém, essas verdades seriam definidas não pelas culturas que estão sendo narradas, mas por outrem. Desse modo, os relatos de viagem e obras como a coleção *The Story of Nations* seriam instrumentos que dariam identidade e sentido às culturas narradas, numa lógica de história definida senão a partir da ótica do autor das obras.

Em relação à discussão de integrar o Japão a uma narrativa europeia, também há a questão da noção de espaço como um importante fator, refletindo sobre o elemento imaginário em relação ao espaço geográfico em que o Japão se situa. A questão de sua localização estar inserida nos registros cartográficos permite que os leitores se familiarizem com o conhecimento geográfico que eles têm sobre o mundo e, em seguida, procurem relacioná-lo ao Japão. Nisso David Murray expõe impressões que os europeus tinham sobre a localidade do arquipélago japonês, comentando a respeito dos primeiros registros cartográficos que descrevem o Japão, tendo como base as anotações de Marco Polo:

Marco Polo's mention of this island, produced a great impression on the discoverers of the fifteenth century. In Toscanelli's map, used by Columbus as the basis of his voyages, "Cipango" occupies a prominent place to the east of Asia, with no American continent between it and Europe. It was the aim of Columbus, and of many

*subsequent explorers, to find a route to this reputedly rich island and to the eastern shores of Asia.*¹⁴³

Nessa citação, David Murray utiliza a referência de Marco Polo com o objetivo de conectar a localização geográfica do Japão com as regiões e continentes que são conhecidas na cartografia ocidental. Nota-se também que o material de base que o autor utiliza para comentar sobre a localização do Japão em relação às regiões conhecidas demonstra que as ilhas japonesas se encontram localizadas no extremo leste, justificando o seu desconhecimento e curiosidade da maioria dos exploradores europeus no período do século XV. Nesse sentido, nota-se que o autor transmite a noção de que o Oriente tinha uma imagem de cunho mágico, com impressões de um lugar que conteria vastas riquezas, assim como fora o caso das Índias para os portugueses durante o século XV.

A linguagem que David Murray atribui ao situar o Japão dentro dos conhecimentos cartográficos europeus faz com que possamos vislumbrar características da narrativa científica que o autor busca aplicar. Esse aspecto, nós podemos observar por meio da forma como David Murray descreve e utiliza as coordenadas cartográficas com a finalidade de situar o Japão, segundo os padrões da cartografia europeia:

*The latitude of the most northern point of Yezo is 45°35', and the latitude of the most southern point of Kyūshū is 31°. The longitude of the most eastern point of Yezo is 146°17', and the longitude of the most western point of Kyūshū is 130°31'. The four principal islands therefore extend through 14°35' of latitude and 15°46' of longitude.*¹⁴⁴

A aplicação de termos técnicos que David Murray utiliza para especificar as coordenadas faz com que possamos localizar o Japão ou imaginarmos a dimensão terrestre que ele ocupa, facilitando ao leitor que possui formação dos saberes científicos advindos da Europa imaginar onde provavelmente o Japão deve estar situado. Observamos uma linguagem de classificação e definição de espaço, como se buscasse integrar uma informação “nova” aos conhecimentos cartográficos previstos pela ciência europeia, de modo que o Japão fosse uma porção de terra existente que antes se encontrava oculta, e posteriormente foi revelada à luz da ciência.

¹⁴³ MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam's Sons, 1892. p. 2.

¹⁴⁴ Ibid., p. 5.

Mas também é importante considerar a linguagem cartográfica como uma expressão política, que utiliza meios científicos e técnicos para atingir seus fins. A realização do mapeamento de um território ou lugar pode ser entendida como uma forma de representação, ou seja, uma projeção elaborada segundo os valores e impressões específicos, seja de um Estado-nação ou um grupo específico de intelectuais. Sobre as reflexões geográficas, não cabe a este estudo se aprofundar nessa temática devido às suas complexidades e também à compreensão e manuseio das técnicas cartográficas, mas é interessante colocar em pauta que o mapeamento e representação de território não consistem em atos de neutralidade, mas evocam o ponto de vista daquele que projeta o mapa, como aponta Rodrigues:

O mapeamento é uma manifestação das relações de dominação existentes no plano internacional, cujas distorções ocorrem através de três mecanismos principais: escala, projeção e simbolização. A escala delimita a proporção que existe entre as distâncias da realidade e aquelas que aparecem em sua representação cartográfica; em outros termos, quanto maior a escala, maior o nível de detalhes e informações que o mapa pode oferecer.¹⁴⁵

Considerando esse argumento, o “Japão” que David Murray procura localizar para o leitor seria uma representação dentro do espaço geográfico que é conhecido pelo seu público. Observa-se que, nessa operação descritiva, há uma preocupação em trazer uma familiaridade aos leitores, para que possa ser realizado o ato de imaginação da localidade do Japão que Murray procura demonstrar. É uma narrativa que consiste em introduzir uma nova civilização para um público que desconhece o Japão ou busca saber a seu respeito, mas de uma maneira que a integre como se ela já estivesse estabelecida nos mapas cartográficos: a questão era que sua localidade antes estava oculta. Partindo desse aspecto, o Japão é descrito de maneira que os leitores europeus se familiarizassem com a narrativa, pois a estrutura textual da obra converge em narrar a formação de uma nação que apresenta elementos que se assemelham com a formação das nações ocidentais. Entende-se, nesse ponto, que a escrita sobre o Japão não tem como fim apresentá-lo como

¹⁴⁵ RODRIGUES, Bernardo Salgado. Cartografia e relações de poder nas relações internacionais. **Revista Diálogos Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 6. n. 56, abr. 2019. Disponível em: <http://www.dialogosinternacionais.com.br/2019/04/cartografia-e-projecoes-de-poder-nas.html>. Acesso em: 25 nov. 2021.

uma civilização exótica que cause estranhamento para os leitores, mas sim desenvolver uma ideia de nação no Extremo Oriente.¹⁴⁶

Outro aspecto consiste também na questão de como cada região ou porção do Japão passa a ser classificada, segundo Murray, como se estivesse definindo as características de cada local, atribuindo a elas prováveis funções políticas e administrativas, partindo da questão que a extensão territorial que corresponde ao Japão apresente uma funcionalidade para a organização social e política. Desse modo, é como se houvesse uma leitura em que o espaço deve apresentar uma função ideal. Esse tipo de discurso pode ser notado na seguinte descrição apresentada pelo autor:

*The empire consists of four large islands and not less than three thousand small ones. Some of these small islands are large enough to constitute distinct provinces, but the greater part are too small to have a separate political existence, and are attached for administrative purposes to the parts of the large islands opposite to which they lie.*¹⁴⁷

No trecho, nota-se uma breve descrição das principais características geográficas que procuram definir a forma como o Japão é compreendido em relação a sua extensão territorial. Nota-se que o relato é construído ligando a ideia de território com a concepção de nação. É nesse sentido que o termo “Japão” consiste em ser uma ideia ou uma concepção gerada conforme os padrões de Estado-nação europeus, pelo menos no sentido generalizado. Um exemplo disso é apresentar a territorialidade do Japão como homogênea: observamos que David Murray descreve as ilhas, que fazem parte do território japonês, pela atribuição de funções administrativas, na tentativa de localizar qual região seria a mais adequada para a implantação de uma sede de governo. Essa abordagem, portanto, consiste na definição de qual região das ilhas japonesas apresentaria um desempenho mais efetivo, caso fosse posto um corpo administrativo central que tenha a competência de exercer sua autoridade para as demais províncias. Assim, dá-se a

¹⁴⁶ O interesse em desenvolver uma narrativa nacional japonesa segundo os pareceres europeus se dá, primeiramente, pela aproximação dos governos, no caso Inglaterra e Estados Unidos, com o Japão na era Meiji, na década de 70 do século XIX. Esse recorte foi um período em que o governo japonês investiu em educação cívica, importando os moldes liberais norte-americanos, assim como também recebeu professores de engenharia e de letras de língua inglesa com o fim de instituir escolas de ensino superior no Japão. LEHMANN, Jean-Pierre. **The Roots of Modern Japan**. London: Macmillan Education, 1982. p. 260, 261.

¹⁴⁷ Ibid., p. 3.

entender que David Murray, nessa parte de discussão, está apontando qual das províncias japonesas teria o espaço mais adequado para estabelecer uma sede de governo.

David Murray descreve também as características climáticas presentes nas ilhas do Japão. Nessa exposição, o autor apresenta as diferenças de temperatura, frequências de precipitação e descrições de correntes marítimas na costa das ilhas, destacando pontos semelhantes e distintos entre as quatro ilhas principais que compõem o país. Durante a narrativa e a exposição das características geográficas, nota-se também uma comparação entre os climas do Japão com aqueles da Europa e dos Estados Unidos:

*The climate of Japan, as might be expected from its great stretch from north to South, and the varied circumstances of ocean currents, winds, and mountains, is very different in the different parts. The latitude of Tōkyō is 35°, which is not very different from that of Cyprus in the Mediterranean, or the city of Raleigh in North Carolina.*¹⁴⁸

A descrição das características geográficas e climáticas do Japão é dada de maneira comparativa, sempre partindo da Europa e das Américas como referências de padrão. Nota-se, desse modo, uma tentativa de fazer com que as características climáticas apresentem descrições que tenham maior aproximação ao conhecimento dos leitores. Nesse sentido, a imagem do Japão se torna conhecida por meio dos artifícios comparativos a respeito de lugares que remontam a Europa e os Estados Unidos.

Podemos encontrar essas comparações também na medida em que David Murray passa a descrever a flora japonesa, quando o autor procura desenvolver uma análise comparativa a respeito das criaturas selvagens que residem no Japão, traçando tipos de animais que podem ser encontrados tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. No decorrer da descrição dos animais selvagens, o autor também procura fazer uma comparação com as superstições europeias e norte-americanas sobre determinados animais que também são comuns aos japoneses, como o lobo e a raposa:

[...] The great bear, called also by the Japanese the red bear, and which is the same as the grizzly bear of North America, is also common in the Kurile islands and in Yezo. The wolf is sometimes found and the fox is common. The superstitions concerning the fox

¹⁴⁸ MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam's Sons, 1892. p. 11.

*are as remarkable as those in the north of Europe, and have doubtless prevented its destruction.*¹⁴⁹

A descrição de David Murray referente aos animais existentes no Japão é apresentada como se fossem os mesmos que vivem na Europa e nas Américas. Em função dessa aproximação, o autor procura inserir o ecossistema japonês como pertencente aos europeus e norte-americanos.

Entende-se, nesse aspecto, que quando o autor encontra semelhanças entre o Japão e a Europa e Estados Unidos, constrói-se uma relação de familiaridade. Porém, em casos de diferenciação entre eles, a respeito das características relacionadas aos animais e à natureza, o autor se torna evasivo, dirigindo-se às questões culturais. Nesse quesito, observaremos uma passagem em que ele descreve a relação dos costumes que são praticados na Europa quanto aos usos e funções de subsistência com os animais domésticos e compara tais atividades com as comunidades japonesas:

*The domestic animals of Japan are by no means so abundant as in the corresponding parts of the continent. The horse has existed here from antiquity but it was only used for riding or as a pack-horse, but never until recently was used for driving. The cows, owing perhaps to the restrictive influence of the Buddhist doctrines, were never used for food. Even milk, butter, and cheese, which from time immemorial formed such important articles of food throughout Europe and among nomadic people of Asia, were never used. Sheep are almost unknown even to this day, and where they have been introduced it is only in very recent times and by foreign enterprise.*¹⁵⁰

Na citação acima, David Murray faz uma comparação do uso social dos animais domésticos que é comum nas práticas europeia e japonesa. A diferenciação em destaque seria que os produtos derivados de leite (produção de manteiga e queijo) não fazem parte do cotidiano no Japão, embora esses alimentos façam parte do costume ocidental. Partindo dessa diferenciação, o autor apresenta uma cultura que é estranha para os leitores – e como se trata de um hábito fora do padrão ocidental, David Murray o rotula como uma cultura exótica. O aspecto que justifica o Japão ser considerado peculiar, segundo o autor, é a tradição budista que é ausente na Europa no século XIX e início do XX, tradição que impediu a produção dos derivados de leite no Japão.

¹⁴⁹ Ibid., p. 15.

¹⁵⁰ Ibid., p. 14.

Ao longo da obra, o autor segue descrevendo a vegetação e os animais que residem no Japão. Nesse aspecto, tem-se uma maior abordagem de cunho comparativo, associando até mesmo significações e ligações com mitos e crenças relacionadas a elementos da natureza. A respeito das mitologias, folclores e crenças japonesas que David Murray procura descrever, elas são retratadas em comparação com os folclores existentes entre povos europeus.¹⁵¹

2.6.2 *The Story of Japan, capítulo III: interpretações sobre origens e mitos*

A busca por semelhanças e distinções entre o folclore ocidental e a cultura japonesa faz com que possamos pensar em três interpretações a respeito de por que David Murray procura discutir dessa forma.

A primeira consiste em expor as crenças que os japoneses têm em relação à natureza: ele descrever como se dá a conexão da superstição de elementos naturais com o ser humano em se tratando da espiritualidade japonesa, e relaciona esse dado com semelhanças que também se fazem presentes na cultura europeia. Essa exposição tem a finalidade de facilitar a compreensão do leitor. A segunda interpretação é a tentativa do autor considerar que as semelhanças mitológicas japonesas e ocidentais podem ser uniformizadas por meio da concepção de mito. Partindo dessa ideia, a intenção do autor é integrar o folclore japonês ao europeu, definindo que a concepção de mito é *universal*. A última interpretação se trata da integração das crenças japonesas para a noção *universal* de mito atribuída para facilitar o entendimento dos leitores.

Ainda em se tratando das crenças japonesas, Murray discute sobre os mecanismos de propagação de informação utilizados pelos japoneses, isto é, se é via oralidade ou escrita. Nesse assunto, o autor busca traçar como a escrita foi introduzida no Japão.

¹⁵¹ A comparação entre os folclores europeu e japonês se pela semelhança do meio natural compartilhada por ambas as culturas. Por exemplo, para a mitologia celta, a raposa-vermelha seria uma bruxa que tomava a forma de raposa para roubar alimentos das vilas. Nesse sentido, a raposa apresentaria o símbolo de engano ou trapaça. No caso da crença japonesa, ela encontra similaridades com a mitologia celta. A diferença, porém, seria que a raposa teria a habilidade de se transformar em objetos ou se passar por um ser humano a fim de obter seus interesses. O ponto em comum entre o mito celta e o japonês em torno da raposa consiste em ambos considerarem o animal como símbolo de engano e trapaça. Na crença japonesa, entretanto, existem raposas que apresentam o caráter de falsidade, porém há também outros tipos que são vistos como divindades ou servos de um ente divino. Este último exemplo não é mencionado no termo “raposa”, ou “*kitsune*” em japonês, mas “*Inari*”, que é referente à deusa da fertilidade e prosperidade segundo a fé *shintô*. MONAGHAN, Patricia. **Encyclopaedia of the Celtic Mythology and Folklore**. New York: Facts on File, 2008; NOZAKI, Kiyoshi. **Kitsune – Japan’s Fox of Mystery, Romance and Humour**. Tokyo: The Hokuseido Press, 1961.

Entende-se, nessa parte, que ele pretende considerar a habilidade prática da escrita como o marco para a formalização da história japonesa. Com esse intuito, Murray inicia o relato sobre as crenças e noções de origem e história relacionando-as com a transição do uso da oralidade para a escrita: *“The writing and painting was not introduced into Japan until A.D 284, when it was brought to China. Up to that time therefore no written accounts existed or could exist of the early history of the country”*.¹⁵²

Observa-se que a forma de descrição que David Murray utiliza para comentar a respeito da entrada da escrita e da pintura no Japão, a partir dos chineses, é datada segundo os critérios ocidentais, claramente destacando o ano e o marco histórico, alegando que a contagem dos anos é feita “depois de Cristo”. Nesse aspecto, pode-se interpretar que a narrativa de Murray parece apresentar o perfil de enquadrar os acontecimentos históricos sobre a formação da escrita e pintura japonesa dentro da concepção temporal ocidental. Por exemplo, a utilização da marcação “depois, ou antes, de Cristo” é estranha para a temporalidade narrativa dos eventos históricos no Japão, e não seria uma expressão adequada para referir-se ou contextualizar eventos que correspondem à história da relação China-Japão. Aliás, a constatação que David Murray faz em relação à introdução da escrita no Japão por parte dos chineses é vaga e falta precisão, pois a informação da data (A.D. 284) não revela nenhum dado importante sobre como a comunidade japonesa ou chinesa se portava nesse recorte, além de não destacar em qual governo/dinastia, da parte da China, se deu a introdução da arte da escrita e pintura pelos japoneses.

A questão sobre a divergência de temporalidade histórica japonesa com a de David Murray pode ser ilustrada com a forma de citação realizada referente à história do Japão. As obras *Kojiki* e *Nihongi* foram consideradas as mais antigas a respeito dos acontecimentos sobre a fundação do Japão. David Murray as expõe na sua narrativa sem uma análise profunda da sua importância e composição. Tanto é que o autor ignora questões como a importância dos elementos místicos e sobrenaturais, que podem demonstrar concepções de tempo e espaço segundo a compreensão dos japoneses. Em vez disso, se tem mais uma apresentação de que há a presença desses relatos, mas nota-se apenas uma abordagem descritiva do conteúdo dos documentos. Essa questão pode ser notada na descrição a seguir:

¹⁵² MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam's Sons, 1892. p. 32.

*Relying on the narratives of the Kokiki and the Nihongi, Japanese scholars have constructed a table of the emperors which has accepted by the great mass of the readers, both foreign and native. It must be remembered that the names of these early emperors, their ages at the time of accession and at the time of death, and the length of reign, must have all been handed down by during almost a thousand years. That errors and uncertainties should have crept in seems inevitable. Either the names or order of the successive emperors, or the length of time during which they reigned would be liable to be misstated. If we examine the list of emperors we find that the ages at death of the first seventeen, beginning with Jimmu and ending with Nintoku, sum up 1853 years, with an average of 109 years for each.*¹⁵³

Nessa parte da discussão sobre a condução dos relatos da linha sucessória dos imperadores, podemos notar que Murray está ciente de como se dá a divisão cronológica e de como a história do Japão é organizada. Desse modo, a observação que Murray faz em relação às duas obras é considerá-las como documentos históricos oficiais. No entanto, o olhar que o autor tem para as fontes é focado em buscar dados de precisão, o que faz com que haja comentários que problematizam seu conteúdo, na medida em que o documento apresenta narrativas que contêm elementos místicos, como a longevidade de anos atribuídos aos reinados dos imperadores mencionados. Nesse aspecto, David Murray julga esses relatos como períodos incertos e que apresentam erros no registro de temporalidade dos imperadores. Vale salientar os critérios que o autor considera como “erros de precisão” na contagem dos reinados dos imperadores, bem como refletir de que maneira o autor pensa a respeito dos governantes. Se, em contrapartida, David Murray aceitasse que os imperadores no Japão eram vistos como deidades, não haveria o conflito de temporalidade – cada reinado se estende por grandes períodos de tempo.

Isso nos permite concluir que a expectativa do autor em relação às obras seria encontrar relatos materiais em formato de crônicas que exibissem ações e feitos humanos sem que contivessem características sobrenaturais ao tratarem das narrativas dos governos dos imperadores. Essa observação pode ser notada no trecho em que o autor realiza comentários a respeito das fontes *Kojiki* e *Nihongi*, além de comparar esses documentos com fontes mais contemporâneas:

It will be apparent from these circumstances that the knowledge of the earlier events, indeed of all preceding the ninth century, must be derived from tradition and cannot claim the same certainty as when

¹⁵³ MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam's Sons, 1892. p. 34, 35.

*based on contemporaneous documents. Not only the whole of the so-called divine age, but the reigns of the emperors from Jimmu to Richü, must be reckoned as belonging to the traditional period of Japanese history, and must be sifted and weighed by the process of reason.*¹⁵⁴

A descrição de David Murray sobre a ordem sucessória dos imperadores japoneses aparenta ser realizada por observação de um espectador que olha os reinados como se fossem um objeto distante. Isto é, o autor faz uma separação entre a sua ideia de tempo histórico com a periodicidade japonesa. Em seguida, podemos observar, na mesma passagem, a divisão que David Murray estabelece entre a história contada segundo a tradição (versão japonesa) e a racionalidade. Aqui, notamos o reconhecimento de que David Murray conhece como o tempo histórico é organizado na história contada pelos nipônicos, porém também vemos que o autor argumenta que a periodicidade nipônica deve passar por um “filtro” da razão, ou seja, nos dá a ideia de que o tempo tradicional japonês não é científico ou pode ser comprovado empiricamente. É como se a periodização ocidental oferecesse ferramentas e uma abordagem mais consistente que a explicação tradicional japonesa. Nesse sentido, percebe-se um movimento de “ocidentalização”, ou de ‘civilização’, quando David Murray pontua a necessidade de trazer uma abordagem racional na lógica de narração de tempo para organizar os eventos que as fontes como *Kojiki* e *Nihongi* trazem.

2.6.3 *The Story of Japan, capítulos IV e V: emprego e conceituações de tempo e modelo de sociedade*

A forma como David Murray organiza a divisão cronológica, no decorrer dos capítulos a respeito dos eventos históricos do Japão, é baseada no calendário gregoriano cristão, seguindo a implementação de séculos e pontos marcantes como “anos antes de Cristo” ou “depois de Cristo”. Além disso, David Murray segue uma linha de estrutura histórica em que são estabelecidas categorias de recorte de tempo, as quais compreendem que, nesse enquadramento, acredita-se na possibilidade de classificar as características sociais de uma determinada comunidade humana. Essa classificação se dá por meio do emprego de termos como “antiguidade”, “tempos medievais” e “período moderno”, os quais apresentam um padrão ou condição que define a forma de uma sociedade; porém

¹⁵⁴ Ibid., p. 34.

aplicar essa divisão temporal numa cultura como a nipônica exige refletir: o que seria “tempo medieval” e “idade média” na perspectiva local, partindo do aspecto que essa estrutura de tempo é estranha na narrativa cronológica da história nipônica? O excerto a seguir apresenta a tentativa de David Murray em aplicar a divisão da linha de tempo histórico-ocidental nos acontecimentos que não são ocidentais:

*Concerned as this story is with the period of vague and legendary antiquity as well with the disorders of medieval time and with centuries of seclusion, it is plain that is not an easy task to present a trustworthy and connected account of the momentous changes through which the empire has been called to pass. [...] I place first and as most important a residence of several years in Japan, during which I became familiar with the character of Japanese people and with the traditions and events of their history.*¹⁵⁵

Percebemos que na sua breve introdução ele utiliza aparatos de separação cronológica nas classificações de tempo, como “lendário”, “período medieval” e “séculos de reclusão”. É possível discutir sobre como David Murray estabeleceu uma organização periódica, que faz parte da convenção europeia, nos acontecimentos históricos no Japão, partindo do aspecto que a temporalidade japonesa não é compatível com a divisão cronológica ocidental-cristã. Nesse quesito, a descrição que Murray coloca em seu prefácio – “essa estória contém períodos vagos e relatos lendários, assim como certas desordens no período medieval, além de séculos de reclusão” – demonstra a dificuldade do autor traçar um recorte temporal para os eventos históricos no Japão. Interpreta-se que esse problema se dá precisamente por causa da incompatibilidade temporal, ou seja, as classificações cronológicas de perfil europeu sobre “história” e “mito” dificultam traçar uma narrativa linear que parte da origem ao contemporâneo, quando se trata de situar eventos históricos relacionados aos japoneses.

A caracterização e a menção de relatos considerados como “lendários” ou “desordens no período medieval” demonstram, de maneira pontual, o molde e a estrutura de organização de tempo que o autor do livro buscou ao narrar os acontecimentos históricos do Japão. O termo “lendário” traz a ideia de uma separação entre um evento histórico e um mítico, apresentando conotações de tempo distintas. Nesse sentido, essa questão nos permite problematizar que tipo de critérios levaram David Murray a

¹⁵⁵ MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam's Sons, 1892. p. IV.

classificar quais relatos poderiam ser considerados como “*lendários*” e quais não poderiam ser assim denominados. Dessa forma, poderíamos analisar como o autor desenvolve seus estudos a respeito dos mitos e descrições presentes nas fontes que Murray tem consultado e utilizado para relatar os acontecimentos que os mitos narram.

Em relação à expressão “*desordens no período medieval*”, é importante salientar que o termo “*medieval*” se trata de uma convenção europeia. Isso traz consigo uma série de concepções e características a respeito de um determinado intervalo de tempo, por exemplo, formas de organização social que já apresentam uma ideia embutida para com a determinada sociedade classificada como *medieval*. Este tipo de definição pode fazer com que toda estrutura social, maneiras de organização e administração de uma determinada comunidade, independentemente da sua cultura ou de seus costumes e hábitos, seja reduzida a um padrão generalizado para que seja integrado a uma periodização que defina a qual recorte temporal essa comunidade “pertence”. Se interpretarmos nesse prisma, no sentido de que a classificação *medieval* é uma forma de enquadrar um determinado funcionamento de uma sociedade como parte de uma fase ou processo pelos quais todas as sociedades passam, isso nos permitiria ler esse dado como um anacronismo.

A justificativa para considerar a caracterização feita por Murray de certos eventos históricos no Japão pertencerem a um período medieval como anacrônica dá-se pela questão de que a denominação *medieval* é estranha para a organização dos acontecimentos no Japão. Isto é, se levarmos em conta a perspectiva historiográfica japonesa, ela já apresenta uma divisão temporal distinta da ocidental. A datação histórica nipônica não é dividida em *idades* ou *eras*, tampouco caracterizada como *período medieval* ou *período moderno*. Nesse aspecto, é importante ressaltar que a periodização é moldada a partir de um espectro cultural, partindo sempre de como uma determinada cultura vê a história, assim como a sua forma de narrar os eventos. Em relação à datação cronológica japonesa, os acontecimentos e eventos passados são ordenados a partir dos reinados e governos que os imperadores regeram nas localidades e comunidades – os quais entendemos que corresponderiam ou faziam referência ao império japonês. Desse modo, os períodos eram contados a partir das datas em que os imperadores iniciavam o seu mandato até o dia de sua morte, e daí se iniciava um novo período ou uma nova era, na medida em que o seu sucessor era colocado no poder, dando assim a continuidade da narrativa dos eventos.

Nesse sentido, as classificações temporais que David Murray atribui para organizar a sua narrativa são problemáticas e podem ser consideradas anacrônicas. Mas a nossa análise a respeito desse dado pode ser vislumbrada de maneira mais profunda, levantando questões como: Murray, em seus estudos e consultas de fontes históricas, estava ciente das divisões históricas japonesas? Se sim, por que elas não foram trabalhadas ou mencionadas? Partindo dessas questões, a reflexão possível seria aquela de que há uma leitura de história que deriva de uma determinada instituição, formada por um grupo de acadêmicos, que nos seus estudos trazem e apresentam uma estrutura dentro da qual se faz presente um tipo de linguagem que leva a um discurso que propõe uma ideia. Nesse quesito, os termos “Japão” ou “japoneses” seriam nomenclaturas que trazem consigo um conjunto de características, qualidades e impressões que são frutos de uma análise e conclusão de pessoas externas, ou seja, são sujeitos que observaram e experimentaram o objeto que fosse correspondente ao “Japão” e, desse modo, inserem características que julgam ser adequadas a ela.

Mantendo essa linha de raciocínio, nos depararemos com a reflexão que Dipesh Chakrabarty propõe a respeito de como o termo “história”, no caso da obra *The Story of Japan*, carrega uma forma de narrativa, uma estrutura que inclui uma noção de periodização que apresenta uma ordem específica do relato dos acontecimentos. Assim, no momento em que mencionamos “Japão” num determinado contexto, ainda mais no caso descrito pelo David Murray, pode-se entender que se trata de uma imagem figurativa, trazendo referência a uma ideia ou impressão construída por David Murray juntamente com a instituição *Asiatic Society of Japan*. Nesse sentido, os acontecimentos históricos e as características culturais referentes ao “Japão” se tornam subalternas e passam a se tornar conteúdos e informações que são ordenados segundo uma narrativa histórica já estabelecida, porém estranha à trajetória e à história da cultura que está sendo narrada.

A descrição a respeito das comunidades locais japonesas em *Story of Japan* sobretudo no capítulo V, *Native Culture and Continental Influences*¹⁵⁶, apresenta características *tribais*. Segundo o autor, com o advento da formação de uma organização voltada à figura de um poder centralizado, no caso, o imperador, haveria um período de expansão de territórios e de conquista, aos quais as *tribos* menores teriam que se sujeitar. Esse relato, por sua vez, por falta esclarecimento sobre a definição de *tribo*, é considerado

¹⁵⁶ MURRAY, David. Native Culture and Continental Influences. In: MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam's Sons, 1892. p. 82.

um tanto vago, pois o autor generaliza as diferentes comunidades em *tribos* sem definir as suas próprias características.

A preocupação parece focar em elementos que são similares ou compartilham o processo histórico “formal” dos povos europeus ou já conhecidos, como se houvesse um padrão no desenvolvimento de uma determinada comunidade.

*In the first-place the government of the early Japanese was of the tribal order. The emperor was the chieftain of an expedition which came from the island of Kyushu and established a government by conquest. The chiefs of the various localities were reduced to subjections and became tributary to the emperor. The government was therefore essentially feudal in its characteristics.*¹⁵⁷

As comunidades denominadas como *tribais*, segundo o autor, são narradas como uma afirmação não premeditada. A relação entre “tribos” e o imperador é contada de forma simplificada, segundo Murray, como se esse primeiro governo japonês apresentasse na sua “essência” um perfil feudal. Chama a atenção esse quesito pois dá-se a entender, segundo a interpretação de David Murray, que o elemento “feudal” seria uma característica intrínseca das comunidades sociais humanas, como se toda sociedade tivesse que passar pela etapa de “feudalismo” para que, em seguida, se desenvolvesse para uma outra forma de organização social.¹⁵⁸

Entretanto, vilas japonesas, segundo Kato, não apresentam um perfil feudal. Elas se caracterizam como um sistema fechado, isto é, possuem um aspecto não expansivo, tendendo a se isolar ou permanecer no mesmo território. Essa característica pode ser notada se observarmos a composição territorial japonesa no decorrer dos séculos. Se notarmos bem, os movimentos de expansão territorial se davam via conflito de clãs e

¹⁵⁷ MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam's Sons, 1892. p. 82.

¹⁵⁸ A classificação de uma sociedade como “feudal” tem sido apresentada e problematizada na historiografia como uma estrutura social, no quesito de poder ela ser aplicada para caracterizar todas as sociedades ou se a definição cabe apenas ao caso europeu (AUBERT, Eduardo Henrik. Uma sociedade fragmentada e fundamentalmente uma: la société féodale e a sociedade feudal. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 27, 2009). Há trabalhos que discutem o problema de utilizar a classificação “feudal” em sociedades como o Brasil colonial, contestando a afirmação que, no recorte das Capitanias Hereditárias, havia a presença da nobreza portuguesa, de modo que houve o estabelecimento de uma organização social de caráter feudal (FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção de Brasil**. Campinas/São Paulo: Autores Associados/ EDUC, 2004). Há também discussões da utilização do termo “feudal” para classificar a sociedade chinesa da dinastia Zhou (1122-256 a. C.). Afirmava-se que essa estrutura social era composta por um rei que delegava funções a sua aristocracia para governar as províncias do império, de modo que a prática era assemelhada com a estrutura feudal (ROBERTS, John A. G. **History of China**. Londres: Palgrave Macmillan, 2006).

disputas de terras e influência. Porém, tais atritos sempre apresentaram comportamentos internos, ou seja, não extrapolavam para outras regiões que não eram as ilhas que correspondiam ao Japão. Nesse ponto, Kato analisa sociologicamente a organização das comunidades na estrutura de *mura*, que consiste em pequenos vilarejos que apresentam características culturais próprias e possuem aspectos de sedentarismo e de isolamento:

O caráter de isolamento do *mura* é o mesmo do Japão. Os chineses imigraram (conhecidos como *kakyô*, “chineses radicados no exterior”), mas os japoneses não conseguiram sair de um território estreito e se fixar em terras estrangeiras. Em grande parte, isso se deve à política de isolamento que se repetiu nos períodos Heian e Tokugawa. Porém, pode se pensar que a eficácia do isolamento deu-se porque não havia motivo suficientemente forte para se voltar para fora, transpondo a fronteira nacional. A tendência psicossocial em desejar fixar-se no interior de um território dado – e essa tendência significa ao mesmo tempo a capacidade da adaptação e condições internas – deu origem a uma política de isolamento nacional (proibição da travessia além-mar) e, sem dúvida, a realidade do isolamento fortaleceu a tendência psicológica.¹⁵⁹

Essa característica dos *muras* é de grande significância para analisarmos o comportamento das comunidades japonesas, principalmente para notarmos a incompatibilidade da narrativa do Japão como uma nação que segue o princípio de potencialidade de expandir territórios ou a realização de conquista. No entanto, seria possível ter desenvolvido uma narrativa nacional que dialogasse com o contexto japonês, se mencionasse a característica dos japoneses de se isolarem num território específico. Isso colaboraria para compor o seguinte argumento: a reclusão japonesa permitiu para a composição das fronteiras nacionais do Japão.

Kato também faz uma observação pautando o viés psicossocial dos *mura* junto com relatos históricos para pontuar a materialidade da tendência das comunidades japonesas manterem um perfil de fixação em vez da expansão, isto é, antes do século XIX-XX, quando o império japonês passou a apresentar um posicionamento imperialista. No entanto, vimos que o comportamento das “províncias” japonesas, comentado por Kato, não apresenta ou manifesta uma cultura expansionista com o intuito de buscar o domínio de outros territórios. Para reforçar este argumento, Kato traz um exemplo que menciona a dificuldade, de ordem psicológica, de deslocamento da comunidade japonesa em povoar a região de Hokkaido, que fica no extremo norte do arquipélago:

¹⁵⁹ KATO, Shuichi. **Tempo e Espaço na cultura japonesa**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012. p. 174.

Augustin Berque cita um exemplo interessante de Hokkaido, província do extremo norte japonês. A partir da metade do século IX, quando o governo central dominou toda a ilha principal de Honshu, até a metade do século XIX, quando começou a política de colonização, “Hokkaido foi uma ilha quase desabitada por um período de mil anos”. Por quê? A resistência dos ainu, o povo nativo do norte japonês, acabou no fim do século XV. Técnicas agrícolas em temperaturas muito baixas não eram obstáculos. O clã Matsumae, que monopolizava o comércio no norte, proibia o ingresso de colonos, mas se o movimento de colonização se tornasse mais forte, parece que não havia forças para evitá-lo.¹⁶⁰

Esse tipo de circunstância alega o comportamento das comunidades japonesas de tenderem a adotar um perfil de se conformar com o lugar que habitam, sem ter a necessidade de se expandir a novas regiões. Isso faz com que toda narrativa de conquista como um elemento inerente à concepção de nação que inclui o tema “Japão” se torne inconsistente. Assim, dá-se a entender que afirmações como “a nação japonesa conquistou um território estrangeiro com a fins de obter recursos naturais” se trata de uma alegação vinda de um locutor que desconhece o perfil das comunidades nipônicas. Logo, na perspectiva ocidental, o protagonismo de um povo homogêneo que conquista territórios e, por fim, consolida um Estado soberano, não faz parte da escrita histórica do Japão.

A estrutura narrativa de *The Story of Japan* adota uma temporalidade cristã para relatar história japonesa, apesar do autor reconhecer que o Japão possui um recorte de tempo que é próprio dele – o que nos leva a indagar sobre um conflito e uma diferença de tratamento cultural. A percepção que se tem no momento seria de que os relatos até então analisados têm se concentrado nas particularidades que apresentam manifestações da agência de uma cultura japonesa. Desse modo, a experiência da leitura da descrição que David Murray estabelece gera familiaridade para com os leitores que estão habituados a enxergarem a temporalidade histórica via ordenação temporal cristã, enquanto para os leitores japoneses essa divisão cronológica geraria um estranhamento. Essa observação vai de encontro com as reflexões de Walter Benjamin sobre a sua concepção de *estrangeiridade das culturas*:

Even when all the surface content has been extracted and transmitted, the primary concern of the genuine translator remains

¹⁶⁰ Ibid., p. 174, 175.

*elusive. Unlike the words of the original, it is not translatable, because the relationship between content and language is quite different in the original and the translation. While content and language form a certain unity in the original, like a fruit and its skin, the language of the translation envelops its content like a royal robe with ample folds. For it signifies a more exalted language than its own and thus remains unsuited to its content, overpowering and alien. This disjunction prevents translation and the same time makes it superfluous.*¹⁶¹

A proposta de Benjamin ao discutir sobre a operação da tradução é comentar os desafios de transmitir a “essência” de um termo, ou a intenção de uma expressão de uma língua para a outra. A dificuldade pontuada seria o processo de transição que implica em lidar com diferenças culturais e buscar uma sincronia linguística em que se possa estabelecer uma coerência mútua. Benjamin comenta que a tarefa da tradução é descrever sobre um objeto cujo sentido e significado seja compreensível e coerente na linguagem “original” e na “traduzida”. Essa problemática pode ser vinculada ao nosso caso, para observar a relação de uma cultura “interpretando” a outra, de maneira que nos permita questionar a presença de alteridade entre o narrador e o objeto descrito. O que pode ser observado na descrição de Murray é que ela consiste em uma atividade unilateral, em que se percebe a agência de apenas um interlocutor. Entende-se que a cultura do autor detém o discurso de afirmação, enquanto o objeto narrado passa a se sujeitar aos modelos estabelecidos pelo autor.

2.7 “Zona de contato”: as experiências do observador externo e produção de discurso colonizador

Tendo em vista a escolha de David Murray por um modelo/estrutura ocidental em relação à divisão de tempo que ele propõe estabelecer ao longo de sua narrativa e o enquadramento dos eventos históricos que ele busca narrar, há um outro aspecto que o autor coloca em pauta e que acreditamos que vale a pena salientar. Ainda na introdução da obra, o autor argumenta a questão de como ele passou a se familiarizar ou pôde ter experiências com a cultura japonesa, de modo que, assim, a sua vivência proximal com a cultura estrangeira possibilitasse que seu trabalho tivesse maior credibilidade. Essa ideia pode ser observada de acordo com o seguinte trecho: “Eu me coloco primeiramente, e também mais importante, como um residente de muitos anos no Japão, [período] durante

¹⁶¹ BENJAMIN, Walter. **Illuminations**. London: Cape, 1970. p. 75.

o qual me familiarizei com a cultura dos japoneses e suas tradições e eventos de sua história”.

O trecho citado mostra David Murray comentando sobre as experiências de ter residido no Japão por alguns anos e pode-se supor que, nesse período, provavelmente interagiu com o cotidiano e a vida social dos japoneses que viviam próximos a ele. Podemos, nesse argumento, encontrar traços que trazem possíveis conotações de legitimidade ou justificativa, de modo que o autor, ao ter vivenciado e experimentado uma cultura estrangeira, tenha autoridade de analisar e elaborar uma narrativa descritiva e que classifique uma determinada cultura, costume e sua história. Sobre esse aspecto, Mary Louise Pratt traz uma reflexão sobre o encontro de duas culturas distintas e a forma como elas interagem – explorando o sentido em que uma cultura passa a se sobrepor a outra, ela define esta circunstância como *zonas de contato*:

“Contact zone” in my discussion is often synonymous with “colonial frontier”. But while the latter term is grounded within a European expansionist perspective (the frontier is a frontier only with respect to Europe), “contact zone” is an attempt to invoke the spatial and temporal copresence of subjects previously separated by geographic and historical disjunctures, and whose trajectories now intersect. By using the term “contact”, I aim to foreground the interactive, improvisational dimensions of colonial encounters so easily ignored or suppressed by diffusionist accounts of conquest and domination. A “contact” perspective emphasizes how subjects are constituted in and by their relations to each other. It treats the relations among colonizers and colonized, or travelers and “travelees”, not in terms of separateness or apartheid, but in terms of copresence, interaction, interlocking understandings and practices, often within radically asymmetrical relations of power.¹⁶²

A discussão que Mary Louise Pratt faz a respeito das “zonas de contato” permite refletir sobre o prefácio de David Murray quando ele comenta que teve experiência com a cultura japonesa, já que pôde vivenciar parte de sua vida profissional no Japão. A passagem é uma constatação de que o tempo e o espaço de convívio que David Murray teve com os japoneses permitiram a aquisição de informações a respeito da cultura e costumes que eram recorrentes no Japão, como forma de sustentar a legitimidade de suas descrições sobre as atividades corriqueiras no cotidiano japonês, do qual ele também pôde fazer parte.

¹⁶² PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes**: travel writing and transculturation. London: Routledge, 1992. p. 6, 7.

A discussão que Pratt aborda pode ser aplicada ao caso de Murray, isto é, no sentido de problematizar o argumento do autor usar a sua experiência pessoal como fator para justificar a sua qualificação em narrar e descrever a história do Japão. Esse motivo também se estende para legitimar as impressões e estudos de outros acadêmicos que fizeram parte da *Asiatic Society of Japan* e auxiliaram na composição do livro *Story of Japan*. Nesse sentido, para Pratt, a produção dos relatos de viagem e das descrições a respeito de um povo por meio da observação de uma pessoa de fora cria uma linguagem na relação entre “criação-significado” da parte do estrangeiro ao interpretar e registrar as atividades que são manifestadas na cultura analisada. Trata-se de um movimento de tradução, de modo que aquela cultura considerada como “desconhecida” possa ser traduzida, ou “conhecível”, e, posteriormente, classificada e definida partindo da ótica da análise dos estrangeiros. Com isso, Pratt pauta a respeito de como se dá o exercício de descrever e narrar uma cultura na qual o sujeito que se depara com a atividade de descrição e, ao mesmo tempo, se encontra fora do contexto, assim como está desprovido dos sentidos e significados do acontecimento descrito. Ela pontua:

*To be read, and to be readable. [...] His elaborate inter-cultural text and its tragic history exemplify the possibilities and perils of writing I what I like to call “contact zones”, social spaces where disparate cultures meet, clash, and grapple with each other, often in highly asymmetrical relations of domination and subordination – like colonialism, slavery, or their aftermaths as they lived out across the globe today.*¹⁶³

Contextualizando, Pratt descreve uma análise sobre um documento andino, *Nueva Corónica y buen gobierno* (Nova Crônica e o bom governo), de 1613, do Peru, registrado pelo personagem denominado Felipe Guamán Poma de Ayala, no início do século XVII. Não se sabe se o autor do documento era um nativo ou se era um europeu que se passou por um andino. O documento reescreve a história da cristandade incluindo os povos andinos e relacionando as suas crenças com as da fé cristã, como se fossem uma única religião. Assim, os símbolos da crença andina, tais como o sol e a lua, foram inseridos nos valores judaico-cristãos.¹⁶⁴

É nesse ponto que a reflexão de Pratt permite analisar a forma como David Murray descreve a cultura japonesa e a sua experiência em residir no Japão, pois se pode notar

¹⁶³ Ibid., p. 4.

¹⁶⁴ Ibid., p. 2.

uma interferência de elementos que não fazem parte do contexto social e cultural japonês, além da questão de haver estudos embasados por observações de um grupo de acadêmicos estrangeiros em função de relatar um dado ou definir um costume ou um acontecimento histórico. É esse processo de descrever a história, cultura, sociedade de um povo distinto a do narrador que Pratt procura analisar, como ela deixa intencionado na sua obra *Imperial Eyes: travel writing and transculturation*:

*The book aims to be both a study in genre and a critique of ideology. Its predominant theme is how travel books by Europeans about non-European parts of the world went (and go) about creating the “domestic subject” of Euroimperialism; how they have engaged metropolitan reading publics with (or to) expansionist enterprises whose material benefits accrued mainly to the few.*¹⁶⁵

O trabalho que Pratt desenvolve é de grande importância para nosso estudo, pois ela traz a reflexão sobre o gênero literário e observações críticas dos conceitos presentes nos registros de viagens e de pesquisa feitos por europeus. A sua análise dessas literaturas permite entender o processo que um explorador europeu utiliza para descrever elementos e partes que não são familiares ao observador, procurando “domesticá-los”, como se pudessem ser adquiridos e transformados em amostras, em função de rótulos recebidos. Dentro dessa estrutura, existe o uso do poder de linguagem, expressões linguísticas que possibilitam criar conceitos e ideias sobre os povos não-europeus, integrando-os a uma rede de conhecimento e fazendo com que se tornem familiares ou apreendidos. Assim, a característica que Pratt atribui em relação a essa atividade de relato como fruto da “zona de contato, com a expressão “Euroimperialismo”, considera o aspecto que a referência ou qual sujeito realiza a atividade de interpretar uma determinada cultura, considerada como algo “desconhecido”, sempre parte do olhar de um europeu ou tem embasamento aos conceitos e ideias advindas da Europa. Em seguida, Pratt propõe a análise sobre o processo da “pós-coleta de informações” que os viajantes e exploradores realizaram sobre as culturas estrangeiras, que consistia em divulgar os conteúdos analisados em livros e séries como matéria de consumo para públicos interessados.

Nesse sentido, as “descobertas” de diferentes culturas se tornariam “objetos exóticos” e os relatos sobre as comunidades não-europeias passam a ser um atrativo ou um tema de curiosidades nas metrópoles ocidentais. Desse modo, companhias como as

¹⁶⁵ Ibid., p. 9.

editoras vão se expandindo via publicação de obras que traduzem ou adaptam os relatos de “povos longínquos”, de modo que sejam lidos e compreendidos, facilitando a leitura pelo público-alvo. Essa ação permitiu o desenvolvimento de imaginação, por parte dos leitores, a respeito das narrativas dos registros dos exploradores que tiveram contato com culturas estrangeiras. Desse modo, as comunidades descritas nas obras passam a ser figuradas e adquirem impressões por meio dos leitores, o que faz com que tais povos, nesse sentido, se tornem “comunidades imaginadas”¹⁶⁶.

O trabalho da Mary Pratt se trata de uma análise estrutural e linguística sobre os relatos de viagem dos exploradores europeus. A importância de seu estudo se baseia na discussão linguística dos diários de viagem que se apropriam da cultura narrada e as transformam em “conhecimento científico”.

A questão de diferenciação cultural gera uma discussão sobre costumes considerados como “universais” ou “particulares”, como: todo costume semelhante à cultura europeia seria considerado universal, enquanto as práticas cotidianas que não se enquadram nas do Ocidente são classificadas como particulares. Nesse sentido, David Murray, como um expectador externo, faz uma análise das características naturais e culturais do Japão, utilizando informações que o próprio “objeto” (Japão) desconhece. Isto é, o autor traz complementos de relatos que ele possui a respeito de temas como cultura, ciência da natureza e filosofia e os relaciona com o objeto que está sendo trabalhado. Nesse aspecto, Mary Louise Pratt ilustra uma obra de semelhante feito que busca classificar materiais conhecidos ou desconhecidos na natureza: *The System of Nature* (1735), de Carolus Linnaeus, mais conhecido como Lineu (1707-1778):

To a contemporary reader The System of Nature seems a modest and in fact rather quaint achievement. It was a descriptive system designed to classify all the plants on the earth, known and unknown, according to the characteristics of their reproductive parts. Twenty-four (and later twenty-six) basic configurations of stamens, pistils, and so forth were identified and laid out according to the letters of the alphabet. Four added visual parameters completed the taxonomy: number, form, position, and relative size. All the plants on the earth, Linnaeus claims, could be incorporated into this single

¹⁶⁶ “Comunidades imaginadas” é um conceito que diz respeito a um coletivo de indivíduos que não têm nenhuma relação aparente, mas compartilham um sentimento de unidade. Essa unidade se sustenta por meio do compartilhamento de um espaço imaginado, o qual apresenta um passado em comum. ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London/New York, 2006. p. 4, 5.

*system of distinctions, including any as yet unknown to Europeans.*¹⁶⁷

A menção de Lineu por Pratt tem como intuito destacar a estrutura de uma narrativa científica que passou a se tornar um molde a ser utilizado no final do século XVIII, porém, podemos encontrar seus traços e características na abordagem científica ainda no XIX, bem como identificar que tem sido herança e um importante instrumento para a trajetória histórica da ciência europeia moderna. Esse sistema e estrutura permitem que um pesquisador europeu consiga desenvolver uma narrativa que classifique e caracterize os objetos e fenômenos, incluindo-os num catálogo que vai sendo organizado por meio de uma categoria padronizada.

Assim, a respectiva organização e metodologia tem impacto nas ciências humanas para definir costumes e hábitos a partir de concepções gerais que influenciam o comportamento humano. Desse modo, questões como crenças, mitologias, formas de conduta coletivas ou individuais se tornam materiais para a elaboração de um rótulo. Assim, eles passam a possuir termos e expressões especializadas para que haja objetividade e precisão em prol de buscar maior entendimento em relação ao assunto discutido.

A análise para esse tipo de tema exige a abordagem da metodologia a respeito de linguagens e discursos. Para tanto, fazem-se necessárias as reflexões e ideias de Foucault, que lidam com a formação e estrutura de narrativas sobre um determinado objeto, que por sinal passa por classificações e parâmetros pré-estabelecidos. Essa discussão se encontra elaborado em *Palavras e as Coisas* (1966):

[...] Mas a razão disso não está em que se prefira a autoridade dos homens à exatidão de um olhar não-prevenido, mas em que a natureza, em si mesma, é um tecido ininterrupto de palavras e de marcas, de narrativas e de caracteres, de discursos e de formas. Quando se tem de fazer a *história* de um animal, inútil e impossível escolher entre o ofício de naturalista e o de compilador: o que é preciso é recolher, numa única e mesma forma do saber, tudo o que foi visto e ouvido, tudo o que foi *contado* pela natureza ou pelos homens, pela linguagem do mundo, das tradições ou dos poetas. Conhecer um animal, ou uma planta, ou uma coisa qualquer da terra, é recolher toda a espessa camada dos signos que puderam ter sido

¹⁶⁷ PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes**: travel writing and transculturation. Routledge, 2003. p. 25.

depositados neles ou sobre eles; é também reencontrar todas as constelações de formas em que eles assumem valor de insígnia.¹⁶⁸

O ponto que nos chama a atenção em relação ao que Foucault vem discutindo é a questão do ofício de *compilador* e a ação de *recolher*, o que nos dá a imagem de um colecionador. Isso é tudo o que se tem a respeito da realização de narrativas e relatos sobre animais, lugares, vegetações e culturas de comunidades, que eram consideradas “estranhas” e passaram a se tornar “objetos” conhecíveis e classificáveis em categorias por meio de afirmações e organizações num sistema de divisão já pré-estabelecido. Nesse sentido, até o desconhecido pode ser classificável e alocado a um tipo de categoria.

Com esse dado, ao focarmos nas discussões sobre os relatos de viagens de exploradores que visitaram diferentes regiões do mundo, notamos uma variedade de narrativas e abordagens em relação à cultura ou à comunidade que está sendo descrita. Esse tipo de escrita, que busca integrar um objeto desconhecido a algo conhecível, enquadra o “espécime” adquirido num sistema de verdades:

Analyses of natural, such as Foucault's, do not always underscore the transformative, appropriative dimensions of its conception. One by one the planet's life forms were to be drawn out to the tangled threads of their life surroundings and rewoven into European-based patterns of global unity and order. The (lettered, male, European) eye that held the system could familiarize (“naturalize”) new sites/sights immediately upon contact, by incorporating them into the language of the system. The differences of distance factored themselves out of the picture: with respect to mimosas, Greece could be the same as Venezuela, West Africa, or Japan; the label “granitic peaks” can apply identically to Eastern Europe, the Andes, or the American West.¹⁶⁹

Nesse sentido, Pratt apresenta o processo de como os diários de viagem extraem informações sobre costumes, hábitos, plantas e pessoas considerados como “diferentes” ou “novos”. Essas descrições se tornam “amostras” e são integradas num sistema de classificação, para serem padronizadas de acordo com uma determinada categoria e característica. Esse “novo objeto”, uma vez catalogado, é incorporado e deixa de ser exótico, tornando-se “natural”. Mas, se olharmos na perspectiva do “objeto” que está sendo classificado, entramos numa relação de estranhamento desse sistema de categorias,

¹⁶⁸ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 55.

¹⁶⁹ PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes**: travel writing and transculturation. Routledge, 2003. p. 31.

que isola o “exótico” e o retira de seu contexto, fazendo com que o processo de “familiarização”, comentado por Foucault e Pratt, seja um movimento unilateral.

Uma possível análise que podemos apresentar nessa abordagem seria, segundo Pratt, que os eventos históricos relacionados com a história do Japão passam a ser integrados juntamente com os acontecimentos nas trajetórias do contexto europeu. Isso consistiria em agregar marcos históricos de uma comunidade que sejam significativos à historiografia ocidental, tais como origem de uma cultura, introdução da escrita, unificação governamental e desenvolvimento de um sujeito coletivo, a noção de povo, a fim de gerar uma narrativa para definir uma determinada comunidade e sua cultura. Além disso, a problemática que se inclui seria o fator que, independentemente do local, contexto e características, a forma de análise das culturas é padrão, ou seja, ela será abordada por um mesmo procedimento de estudo e metodologia. É nesse ponto que Pratt apresenta um problema: as análises e estudos sobre culturas – sejam gregas, latinas, europeias ou africanas – quanto à abordagem de estudo são tratadas de maneiras semelhantes e as inserem a uma estrutura de linguagem. Esse padrão foi estabelecido nas trajetórias científicas ao longo do século XIX e início do XX, o que justifica a agência do homem europeu e letrado e remonta uma postura imperialista e centralizada numa única cultura. Partindo dessa crítica, poderíamos atribuir essa mesma observação à obra *The Story of Japan*, considerando-se inclusive que o relato de David Murray consiste numa obra formada por estudos e análises de produções científicas com as quais o autor dialogou, a *Asiatic Society of Japan*, o que será discutido no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III – Asiatic Society of Japan: o orientalismo institucional no Japão

Anteriormente, foi discutida a trajetória de David Murray, isto é, foi mostrado como ele veio a conhecer o Japão e, em seguida, como ele teve o privilégio de exercer a função de conselheiro do vice-ministro de educação imperial japonês, Fujimaro Tanaka (1845-1909), durante o intervalo dos anos 1873 a 1879. Dentro desse período, Murray pôde conhecer a instituição orientalista, *Asiatic Society of Japan*, onde foi introduzido aos membros deste grupo: Basil Hall Chamberlain (1850-1935), Ernest Satow (1843-1929), John Gubbins (1852-1929) e George Aston (1841-1911). Esses homens, principalmente Satow, Gubbins e Aston, trabalhavam para o consulado britânico em Tóquio, enquanto Chamberlain exercia a função de professor de língua japonesa na Universidade Imperial de Tóquio. No capítulo anterior, não discutimos a respeito dos membros da *Asiatic Society of Japan*, no entanto, pontuamos que a obra de David Murray, *The Story of Japan* de 1894, se constituiu e se baseou nos trabalhos e pesquisas desses integrantes.

Ainda sobre o capítulo anterior, foi feita uma breve leitura da estrutura da obra de Murray, apontando a organização temática do autor e seus conteúdos a respeito dos eventos e narrativas relacionadas à história japonesa. Discutimos brevemente a concepção de tempo e história que David Murray apresenta para a narração dos eventos tidos no Japão, assim como vimos a distinção que o autor realiza entre a história tradicional japonesa com a narrativa histórica ocidental, na qual analisamos que, o que é considerado como “tradição” está associado a uma perspectiva histórica atrelada a mitos e lendas, que não seguiriam a uma lógica racional ou não apresentariam precisão como os modelos europeus. O aspecto que se buscou apresentar foi sobre como a narrativa construída por David Murray molda os acontecimentos históricos japoneses numa estrutura ocidental, na qual o Japão se torna uma imagem “nacional”, segundo os critérios europeus do século XIX. Assim, a história da nação japonesa deixa de ser sobre o povo nipônico, mas se concentra na criação de uma nação moderna que carrega ideias e conceitos como “cidadania”, “civilização”, “constituição” e “progresso”, os quais são pontos que refletem o ideal europeu de Estado e de organização social.

Neste capítulo, focaremos sobre a instituição orientalista *Asiatic Society of Japan* (ASJ), pontuando as pesquisas e os trabalhos desse grupo de estudos. O desenvolvimento de nossa análise sobre esta sociedade intelectual, todavia, se limita a leitura de obras dos

membros presentes no livro *The Story of Japan*, de David Murray. Nesse sentido, o presente capítulo discute os desdobramentos das atividades da *Asiatic Society of Japan* e de suas características, bem como de que forma ela desenvolve seus estudos e pesquisas. Além disso, buscamos traçar a sua atuação política no Japão, como uma sede de estudos sobre a cultura japonesa.

3.1 Sociedades orientalistas

A *Asiatic Society of Japan* (ASJ) é uma sociedade de estudos sobre o Japão, que foi fundada em oito de outubro de 1872, em Yokohama. Ela foi uma instituição inglesa, formada por membros da embaixada da Inglaterra e por integrantes que executavam ofícios diversos, como engenheiros, médicos, missionários, historiadores que estivessem interessados em pesquisar e explorar o Japão.

É importante destacar que a ASJ não foi a única instituição britânica no Japão que concebia estudos sobre culturas e sociedades asiáticas. Nesse sentido, havia, também, a presença de sociedades intelectuais, tais como a *Royal Asiatic Society* (RAS) que, por sua vez, possuiu sedes em várias regiões na Índia. A RAS, no entanto, não era diretamente relacionada com a ASJ, pois o seu objetivo era ser uma organização governamental inglesa na Índia. A *Royal Asiatic Society* foi estabelecida em Calcutá no ano de 1784, e em 1832 foi renomeada para *Asiatic Society of Bengal*. A ASJ, por outro lado, não partiu da iniciativa governamental britânica, apesar de os seus membros terem sido funcionários da embaixada inglesa. Ao contrário, ela trazia contribuições à coroa britânica no sentido de facilitar a comunicação e o diálogo entre o governo inglês e o japonês, através da realização de estudos sobre a língua e a cultura nipônica, no entanto, apresentava um perfil autônomo, de modo que não prestava contas diretamente à coroa inglesa. O ponto em comum que ambas as instituições, a RAS e a ASJ, apresentam seria a preocupação inglesa de pensar o Oriente como uma totalidade que englobava todas as culturas do leste asiático, classificando-as como culturas da *Ásia*.

A respeito dessas instituições, Edward Said comenta sobre como elas colaboraram para a conceituação do termo *Oriente*. Em sua obra, *Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente*, de 1978, ele discute de que a ideia de *Oriente* é fruto da comparação com o conceito de *Ocidente*. Dessa forma, os estudos das instituições como a RAS e a ASJ consistiriam em operações de coleta de dados, exploração dos costumes

sociais e culturais das comunidades asiáticas, para, em seguida, servir de base para a comparação com a cultura europeia, ocidental:

In January 1874, Jones convened the inaugural meeting of the Asiatic Society of Bengal, which was to be for India what the Royal Asiatic Society was for England. As first president of the society and as a magistrate, Jones acquired the effective knowledge of the Orient and of Orientals that was later to make him the undisputed founder of Orientalism. To rule and to learn, then to compare Orient with Occident: these were Jones's goals, with an irresistible impulse always to codify, to subdue the infinite variety of the orient to "a complete digest" of laws, figures, customs, and works, he is believed to have achieved¹⁷⁰.

Essa descrição, feita por Said, a respeito da formação da RAS, demonstra como as culturas asiáticas acabam sendo classificadas e rotuladas. Isso porque seus costumes, comportamentos e trajetória histórica passam a ser uniformizados por meio da denominação "*povos orientais*". O interessante é que esse tipo de abordagem de estudo sobre as comunidades não ocidentais não se restringe às sociedades intelectuais inglesas, mas também é presente nas instituições de estudo norte-americanas e alemãs, a *American Oriental Society* (AOS)¹⁷¹ e a *Deutsche Morgenlandische Gesellschaft* (DMG)¹⁷². Estas duas últimas realizavam o mesmo tipo de atividade que a RAS e a ASJ, porém, o foco era analisar culturas que se situavam na porção do Oriente Médio, nas regiões do Egito, Algéria e Palestina. A DMG também buscou estabelecer centros de pesquisa sobre as comunidades que residem nos arquipélagos da Oceania e procurou se estender em certas partes do Leste Asiático, como na China, Tibete e Japão. Nesse sentido, Said afirma que essas instituições contribuíram para a expansão de estudos orientalistas e para o desenvolvimento da concepção de orientalismo, de modo que esse último termo se trata do movimento no qual as culturas asiáticas passam a ser adequadas para a categorização de 'orientais'.

¹⁷⁰ SAID, Edward. **Orientalism: western conceptions of the Orient**. Penguin Classics, 2003. pg 78.

¹⁷¹ Ela consiste em ser uma instituição/sociedade de pesquisa norte americana sobre assuntos a respeito das culturas asiáticas, subentendo o leste asiático e a região do Oriente Médio. Foi fundada em 1842 e grande parte dos estudos abrangem na área de filosofia, arqueologia, linguística, epigrafia analisando temáticas da filosofia, arte e religião das culturas consideradas orientais. Disponível em: <https://www.americanorientalsociety.org/about/>. Acesso em: 13/12/21

¹⁷² A DMG é uma associação de orientalistas alemães fundada em 1845 em Darmstadt. Seu foco de estudo tem se concentrado nas regiões da Oceania, África, o Oriente Médio e partes do Leste Asiático. Disponível em: https://www.dmg-web.de/page/home_en. Acesso em: 13/12/21

3.2. Orientalismos e imperialismos no Japão inglês

A ASJ foi originalmente comportada por membros da embaixada britânica, como os filiados Ernest Satow e George Aston. O primeiro trabalho escrito em nome da ASJ foi de Satow, em 30 de outubro de 1872, que tratou das Ilhas Ryukyu ou Léquias (sudoeste de Kyushu e Taiwan). Nessa publicação, George Aston desenvolveu um estudo geopolítico da expansão russa nas fronteiras japonesas em 1806 e 1807. O perfil inicial da ASJ tinha como foco realizar uma coleta de dados a respeito da geografia e da topografia japonesa, além de relatar sobre as relações diplomáticas do governo japonês com as nações estrangeiras — no caso, a Rússia e China — e descrever o desenvolvimento econômico e administrativo do governo japonês.

O estabelecimento da ASJ no Japão se deu por meio do contexto dos tratados diplomáticos do império britânico com o império japonês, *Tratados Desiguais*, em específico, o acordo de 1858 — *Tratado Anglo-japonês de Amizade e Comércio* —, que previa: a liberdade de uma autoridade britânica residir em Yedo (atual Tóquio e capital do Japão); a permissividade de cidadãos ingleses residirem na capital japonesa a partir do ano de 1862; e a abertura dos portos japoneses Hakodate, Nagasaki, Hyogo e Kanagawa ao comércio inglês. Essa condição atribuída ao governo japonês potencializou a influência das embaixadas britânicas no Japão e o estreitamento das relações diplomáticas entre os dois governos.

O *Tratado Anglo-japonês de Amizade e Comércio* de 1858 também estabeleceu a condição do Japão de semicolônia, de modo que parte da administração dos portos comerciais japoneses foram cedidas provisoriamente ao controle da coroa inglesa, sob a gestão dos consulados britânicos nas cidades costeiras de Hakodate, Nagasaki, Hyogo e Kanagawa. Além disso, os cidadãos britânicos não responderiam às leis japonesas, mas sim ao consulado inglês. Essa circunstância foi dada devido às experiências tidas com a China no contexto que antecedia o conflito das Guerras do Ópio (1839-1860). Nesse período, ocorreram conflitos e tensões comerciais entre ingleses e chineses a respeito da burocracia em relação ao controle de taxas de importação de produtos estrangeiros na China que, eventualmente, foram os principais pontos da ocorrência das Guerras do Ópio de 1839 a 1860.

É em virtude dessas experiências de conflitos entre os interesses dos mercadores ingleses com a burocracia chinesa que o *Tratado Anglo-japonês de Amizade e Comércio* foi estabelecido. Ou seja, com intuito de prevenir que os mercadores ingleses se submetessem às leis, burocracias e taxações japonesas, por meio da implementação de embaixadas e consulados nas cidades portuárias no Japão. Nesses estabelecimentos, ocorreriam as fiscalizações dos produtos ingleses, assim como a aplicação ou resolução de casos jurídicos e legislativos — caso um cidadão britânico cometer algum delito no solo japonês. O relato a seguir, apresentado pelo historiador James Hoare, descreve o impacto dos tratados desiguais que o império britânico estabeleceu aos governos chineses e japoneses. Essa descrição de Hoare, especialista em estudos coreanos e chineses no século XIX, demonstra como a implementação do tratado foi realizada, assim como introduz a presença de nomes que são membros da ASJ, que exerceram papéis como intérpretes e especialistas na comunicação com os japoneses:

By 1858, the British had well-established and increasingly professional consular service in China, both to look after the British community and to implement the legal clauses of the treaties. This concept was now transferred to Japan, with the establishment of a Japan consular service, initially staffed from China, with the addition in the early years of Dutch-speaking interpreters. This policy gave Britain a body of skilled interpreters, with good knowledge of the Japanese language, and as time went by, of Japan and its politics. Probably the best known was Ernest Satow, who would return to Japan as minister in 1895. But he was by no means the only one, as a stream of learned articles and books on Japan (and increasingly Korea as well), by others such as W.G. Aston, J.H Gubbins and J.H Longford, and later M. Paske-Smith and Sir George Sansom, would testify right up to the end of the service in 1943.¹⁷³

Podemos observar a política britânica na aplicação de presenças consulares na China. Essas instituições foram responsáveis por implementar cláusulas legais e tratados para com o governo chinês, além de prevenir que a comunidade inglesa que residia nas cidades chinesas se submetessem às leis locais — medidas que foram executadas de modo semelhante nas cidades portuárias do Japão. Nesse sentido, nota-se que o Japão se torna integrante do complexo comercial britânico, conectando as cidades portuárias japonesas com as da China. Dentro desse processo, encontramos a menção a intérpretes que

¹⁷³ HOARE, James. *The Era of the Unequal Treaties 1858-1899*. In: KIBATA, Yoichi; NISH, Ian. *The History of Anglo Japanese Relations Volume 1: the political diplomatical dimensions 1600-1900*. New York: Macmillan Press, 2000. pg. 109.

passaram a atuar no consulado britânico no Japão, entre os quais podemos destacar Ernest Satow, W.G. Aston e J.H. Gubbins — membros da *Asiatic Society of Japan*,

Tais membros executaram papel de representantes da legação inglesa, podendo realizar diálogos e aproximações com os ministros da corte imperial japonesa. Por exemplo, o integrante John Gubbins (1852-1929) exerceu a função de intérprete da língua japonesa para a inglesa nas reuniões e sessões diplomáticas, atuando como mediador entre os representantes das nações inglesa e a japonesa. Também destacamos o membro Ernest Satow, que realizou o papel de intérprete e tradutor de documentos a serviço da embaixada inglesa, além de desenvolver estudos sobre a língua japonesa —que foram trabalhos conjuntos com George Aston. Este último, por sua vez, também foi membro da ASJ e funcionário da embaixada inglesa no desenvolvimento de dicionários e revisões como a *Review: A Short Grammar of the Japanese Spoken Language*, *The Japan Weekly Mail*, de 1871, e a *Review of 'A Grammar of the Japanese Written Language, with a Short Chrestomathy*, *The Athenaeum*, de 1872.

Focando na discussão a respeito da organização da ASJ, a sociedade consiste em um grupo de estudos sem fins lucrativos e o seu financiamento é por meio da contribuição dos membros integrantes da ASJ. Esse grupo possui um estatuto próprio, denominado *The Constitution of the Asiatic Society of Japan*, no qual há uma apresentação do perfil dessa sociedade, assim como a definição dos requisitos para o ingresso nela:

Membership

Art. VI. Ordinary members shall pay, on their election, an entrance fee for Five *yen* and subscription for the current year. Those resident in Japan shall pay an annual subscription of Three *yen*. Any member elected after June 30th shall not be required to pay the subscription for the year of his election unless he wishes to receive the Transactions of the past sessions of the Society. Ordinary members resident in Japan may become life members:

- a. On election by paying the entrance fee and the sum of fifty *yen*;
- b. At anytime afterwards within a period of twenty years by paying the sum of fifty *yen*, less *yen* 2,50 for each year of membership;
- c. After the expiration of twenty years on application to the Treasurer without further payment.¹⁷⁴

A eleição — ou nomeação dos ingressantes — para a entrada na ASJ se dá por meio do voto dos membros já pertencentes a ela, o “conselho” — o que suporia que se trataria de integrantes oficiais da ASJ, isto é, o presidente da instituição, os dois vice-

¹⁷⁴ JAPAN, Asiatic Society of. **List of transactions, constitution by-laws**. Tokyo, 1903. pg. 32-33.

presidentes, o tesoureiro, os dois secretários e o bibliotecário que organizariam e realizariam o voto a respeito da aprovação ou rejeição dos candidatos.

Sobre o perfil dos membros da ASJ, estes apresentam formações e atuações variadas, de modo que a sociedade de intelectuais participe e publique trabalhos e estudos de diferentes áreas da ciência — considerando que a realização dessas pesquisas são frutos de experiências de campo e da exploração dos próprios integrantes interagindo com a sociedade e o ambiente natural japonês:

ASJ's founders and earliest members were adventurous leaders who became pillars of Japan's modernization and industrialization as the dawn of Meiji Period. Physicians, scientists, teachers, engineers, military officers, lawyers, and diplomats numbered among them. In those days, there were numerous organizations like ASJ, each other in their own way serving as focal points for documenting and discussing the discoveries that were being made by the men who were participating in the building of a new Japan.¹⁷⁵

Dessa forma, observamos que o perfil e a formação dos membros da ASJ são variados, o que permite que as publicações e estudos realizados por essa sociedade tenham propostas de pesquisas em diferentes áreas de conhecimento. Podemos notar, também, a questão de que a ASJ não ter sido a única comunidade intelectual especializada em estudar sobre a cultura japonesa durante o período Meiji. Ao contrário, vimos em Said e até mesmo em David Murray que a DMG, por exemplo, seria a sociedade orientalista alemã no Japão, apesar de Murray a denominar como *German Asiatic Society* no prefácio de *The Story of Japan*.

Um aspecto interessante que podemos notar sobre como as comunidades orientalistas se enxergam é a questão de pontuarem que suas atividades consistem em prestar auxílio ou contribuição ao governo japonês, por meio da introdução de aparatos e ferramentas técnicas e metodologias de conhecimento. Dessa forma, através de uma abordagem acadêmica, essas sociedades acreditavam que tal aproximação otimizaria o processo de modernização e desenvolvimento das práticas científicas e a estruturação de instituições de saberes japoneses.

Naquele período, os membros das ASJ atuavam como conselheiros de ministros japoneses na ala de política internacional, educação e economia. Além disso, Ernest Satow colaborou para o estabelecimento de uma imprensa inglesa para os residentes

¹⁷⁵ <https://www.asjapan.org/about.html>. Acesso em: 30 nov. 2021.

anglófonos no Japão, conhecida como *The Japan Times*, em 1865. Assim, funcionários como esses passaram a ser denominados pelos japoneses como *yatoi*:

The majority of the foreign employees, the *yatoi*, were British. They worked in all departments of the Japanese government, including schools and universities, railways, lighthouse building, and the team employed to help draft the Meiji Constitution. British *yatoi* included some of the most senior, such as Basil Hall Chamberlain, first Professor of Japanese and Philology at Tokyo University; Henry Brunton, builder of lighthouses; Joseph Conder, a prominent architect; Francis Piggot, a legal adviser; and a host of others.¹⁷⁶

A definição de *yatoi* (傭) para com os britânicos consiste em pessoas com vínculo empregatício, que atuam na sociedade japonesa em diversas áreas relacionadas à engenharia e medicina, bem como na academia. Desse modo, seriam cargos de grande prestígio, pois além de terem salários abundantes e condições de trabalho que apresentavam conforto ao empregado, eram funções diretamente ligadas ao status político que refletia a relação entre Japão e Império Britânico.

Esse período também marcou a presença de intelectuais estrangeiros dentro das universidades japonesas, por exemplo, a figura de Basil Hall Chamberlain na sua atuação como docente na Universidade de Tokyo. A presença estrangeira nas academias japonesas, como no caso de Chamberlain, permitiu a formalização dos cursos de ensino superior nos estudos sobre a língua japonesa e atividades que envolviam a tradução de documentos e fontes nipônicas do japonês para o inglês — por exemplo do *Kojiki* ou, na língua inglesa, *Records of Ancient Matters*, publicado nos anais da ASJ, décimo volume, de 1882. Da mesma forma, essa presença fomentou os estudos literários sobre a estrutura de poemas japoneses em *Basho and the Poetical Epigram*, no segundo volume dos anais de ASJ, em 1902. Com isso, podemos notar a presença britânica no desenvolvimento das instituições acadêmicas japonesas e na reforma de outros órgãos públicos do governo japonês.

3.3. Características da organização e dos estudos da Asiatic Society of Japan

¹⁷⁶ HOARE, James. *The Era of the Unequal Treaties 1858-1899*. In: KIBATA, Yoichi; NISH, Ian. *The History of Anglo Japanese Relations Volume 1: the political diplomatical dimensions 1600-1900*. New York: Macmillan Press, 2000. pg. 114-115.

O desenvolvimento e o compartilhamento das pesquisas e estudos que a ASJ realizava ocorria por meio de reuniões anuais e gerais, comportando o quórum de nove integrantes, segundo o estatuto da sociedade. Nelas, eram discutidos os trabalhos realizados e a coleta de dados sobre a cultura, a língua e as características geográficas do país, em função de organizarem um relatório em formato de anais. Para isso, os membros liam os trabalhos dos integrantes, os discutiam e os selecionavam para a possível publicação da pesquisa, como estava previsto no estatuto de 1903:

Publications

Art. XVIII. The publishe Transaction of the Society shall contain:
 (1) Such papers and notes read before the Society as the Council shall have selected, and an abstract of the discussion thereon:
 (2) The Minutes of the General Meetings:
 (3) And at the end of each annual volume, the Reports and Accounts presented to the last Annual Meeting, the Constitution and the By-Laws of the Society and a List of Members.¹⁷⁷

Considerando que a obra de David Murray, *The Story of Japan* traz referências de trabalhos e estudos da ASJ, analisaremos alguns mencionados por ele na obra. Partindo da questão que a ASJ tem como perfil a coleta de dados a respeito de temas relacionados ao Japão, supõe-se que a sua atividade consiste em apresentar um levantamento de informações e estudos por meio de experiências de contato direto com a fonte documental, evitando especulações ou teorias.

Podemos observar essa tentativa no estudo em que David Murray busca descrever como os primeiros habitantes moravam em diferentes regiões do Japão. Nessa discussão, o autor comenta sobre os processos migratórios, as noções de origem e sobre quais outros povos se estabeleceram nas ilhas japonesas. Entre esses povos que residiram no Japão, David Murray destaca aqueles denominados como os “Ainos”, considerados os “*primeiros nativos*” a se estabelecerem na ilha central do Japão:

The Ainos are probably the original race, who in early times inhabited the Main island down to the Hakoné pass and possibly farther to the south. (...) The hairy people now known as Ainos are almost certainly referred to. The origin of the term Aino is unknown. By the Japanese it is believed to be derived from *inu*, meaning dog, and to have been bestowed on them in contempt. The name is not used by the Ainos themselves. In common with the inhabitants of

¹⁷⁷ JAPAN, Asiatic Society of. **List of transactions, constitution by-laws.** Tokyo, 1903. pg. 36.

the Kurile islands and the Japanese portion of Saghalien they call themselves Yezo.¹⁷⁸

O autor faz uma apresentação da comunidade “Aino”, na qual discute a possibilidade de estes serem os habitantes originais do Japão, o que encoraja o argumento de que os japoneses seriam um povo imigrante que veio a residir nas ilhas japonesas, delineando uma narrativa de migração e de possível conquista. Nota-se que, nessa abordagem, são aplicados conceitos de “raça” e “origem” para a definição e classificação dos “Ainos”. Essa leitura a respeito da descrição desse povo estabelece o grupo como uma “raça originária”, remetendo à ideia de “começo”, mas também à de “primitivo”, “inicial”, “objeto de descoberta”. Essa linha de interpretação é reforçada quando Murray complementa que o termo “Aino” não é o nome que essas comunidades nativas utilizam para se identificarem, mas sim “Yezo”, alegando, assim, que o termo se trata de uma classificação estrangeira.

Além disso, Murray alega a questão de que até os japoneses desconhecem a natureza da comunidade dos “Ainos”, destacando as possíveis especulações feitas pelos nipônicos sobre o termo “Aino” se referir à imagem de “cão” (*inu* - 犬), a fim de descrever as características fisionômicas dos nativos de Yezo, justificando que a cor da pele e o cabelo dos indivíduos dessa comunidade se assemelham ao de um cachorro.

Outro fator é a caracterização dos Yezo como um povo homogêneo e antigo, recebendo um tratamento como o de uma cultura antes predominante no Japão e agora reclusa nas ilhas do norte do país, de modo que acaba sendo inserido na história japonesa como um povo subjugado e conquistado:

The present characteristics of the Ainos have led many doubts whether they are really the descendants of the hardy barbarians who so long withstood the military power of the Japanese. But the effect of centuries of repression and conquest must be taken into account. The Ainos have become the peaceable and inoffensive people which we now find them, by many generations of cruel and imperious restraint. That they should have become in this sequence of events a quiet and submissive people is not wonderful¹⁷⁹.

¹⁷⁸ MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam's Sons, 1891. pg. 22.

¹⁷⁹ Ibid. pg. 22

A descrição acima apresenta os “Ainos” como um povo *bárbaro*, que tinha conflitos com os japoneses. Essa leitura indica uma narrativa de conquista e de submissão pela comunidade “Aino”, que ressalta a superioridade da força bélica japonesa em comparação aos “Ainos”. Nesse sentido, a narrativa que é trazida para o leitor seria a do povo japonês como conquistador, que se apropriou das terras da comunidade nativa, na qual, a partir disso, foi possível estabelecer o primeiro governo japonês na ilha principal, *Honshu*, em Yamato, no século II d. C.

A descrição da capacidade de os japoneses ocuparem a ilha de *Honshu* e forçarem a comunidade “Aino” a se retirar ao norte do Japão, em Hokkaido, até as ilhas Curilhas — região que compreende à Rússia oriental —, se dá para justificar que o povo japonês possui os requisitos naturais para se estabelecer como uma nação, o que seria a capacidade de expandir territórios e garantir seus domínios. Observa-se que, na estrutura dessa narrativa, há a colocação do povo japonês como o personagem principal do enredo, enquanto outras culturas, como a dos “Ainos”, passam a se tornar coadjuvantes da história dos japoneses.

Nessa forma de apresentação, observa-se a combinação do uso dos termos bárbaro/civilizado e legitimidade de expansão, pontos que alegam temas de dualidade como se houvesse uma disputa entre japoneses e *ainos*, dois povos apresentados como inteiramente homogêneos e organizados. A descrição dessa relação é de ocupação e posse dos domínios das terras dos povos subjugados como base para descrever a configuração territorial do Japão, narrando os primeiros feitos e eventos do império japonês, sendo que a condição de império vem acoplada com a narrativa mitológica, por meio da chegada dos imperadores como manifestações divinas no Japão.

As informações que David Murray apresentou a respeito da comunidade dos “Ainos” toma por referência os trabalhos de John Batchelor (1855-1944) e Basil Chamberlain, constados no volume X dos anais da ASJ, em 1882. Chamberlain contribuiu para os estudos sobre a cultura “Aino” por meio da seleção de manuscritos a respeito da comunidade e seus costumes e a realização da tradução desses manuscritos para língua inglesa. Os seus trabalhos ficaram conhecidos como *The Language, Mythology and Geographical Nomenclature of Japan Viewed in the Light of the Aino Studies*, de 1887, e *Aino Folk-Tales*, de 1888. No caso de Batchelor, este foi um missionário inglês que viajou até às ilhas Curilhas e de Sakhalin, perto de Hokkaido, onde buscou entrar em contato com os descendentes das comunidades “Aino” ou Yezo e residiu com eles durante o

intervalo de 1877 a 1941. Nessa viagem, foi realizada uma pesquisa de campo, mais tarde publicada nos anais da ASJ como *Notes on the Ainu*, na qual Batchelor classificou a cultura, os costumes e a descrição física da comunidade:

Aino's Ancient Government

1. In ancient times every village was governed by three chief, subservient to Sara. These chiefs never had absolute authority; all crimes were submitted to the judgement as many members of the community as cared to present.

2. The crimes recognized by general consent were theft, adultery, incest, murder, suicide, infanticide, disobedience o parents, and idolatry, as well as exposure of person¹⁸⁰.

Nas descrições apresentadas por Batchelor, encontramos concepções e referências que remontam a organizações sociais ocidentais, como: *governo antigo*, *juízo* e *crime*. Ou seja, observamos a tentativa de o autor tratar a comunidade “Aino” como ela se possuísse uma gestão administrativa legal que pudesse estabelecer a formalização de práticas consideradas como delitos ou danos para a comunidade. Essa descrição em formato de relatório de campo tinha como proposta comportar uma análise neutra e imparcial, com a finalidade de coletar dados e informações sobre as culturas presentes no Japão. No entanto, nesse trecho, pudemos observar como a perspectiva de “crime”, “governo” e “ética” sofre um filtro profundamente ocidental para com a organização da comunidade “Aino”.

Ainda na descrição de Batchelor a respeito dos atos considerados como crimes na comunidade “Aino” — como, homicídio, adultério, incesto, desobediência aos familiares, idolatria, roubo e suicídio — foi possível notar que eles apresentam um aspecto em comum, isto é, são práticas que lidam diretamente com questões morais. Em outras palavras, é possível indagar que a forma que Batchelor descreve e interpreta a noção do que é permitido e proibido dentro da sociedade “Aino” é seguida de um julgamento moralizante cristão. Considerando que a experiência de Batchelor e a sua razão de residir próximo a comunidade “Aino” se deu com o intuito de introduzir a fé cristã nas aldeias “Aino”, podemos entender a interferência das questões morais nas descrições de Batchelor. Essa percepção pode ser observada mais adiante no relato sobre os hábitos e costumes dos “Aino”:

¹⁸⁰ BATCHELOR, Rev. J. **Notes on the Ainu**. In: *Transactions of Asiatic Society of Japan*. Vol. X. Yokohama, 1882. pg. 213.

HABITS

1. The Ainu are extremely dirty, and hardly ever think of washing either themselves or their clothes; so that the odor they carry about with them is by no means of a pleasant nature, and they also have insects about their persons. The writer stayed with an Ainu family six weeks on one occasion and two months on another, and during the whole time he never once saw the family wash either themselves or their cooking and eating utensils.

2. The men are great drunkards. They think of nothing but how to obtain *sake*. Drunkenness is thought to be the supreme happiness for which man is made, for why, say they, did God make *sake* if not to be drunk?¹⁸¹

Nessa passagem, podemos identificar maior descrição a respeito do cotidiano dos “Ainos”, assim como observamos o parecer de Batchelor em relação aos seus relatos, nos quais estabelece juízos de valor em cima das práticas do povo local. As impressões apresentadas são mais explícitas, nas quais enxergamos a interferência direta de Batchelor às atividades corriqueiras dos “Ainos”, destacando que a comunidade não possui noções de etiqueta, no sentido ocidental. Da mesma forma, o autor atribui um julgamento moral ao definir os homens “Ainos” como alcoólatras.

Nesse mesmo relato também se nota o emprego da noção de “Deus”, que não parece indicar a ideia de divindade segundo os ‘Ainos’, mas sim uma perspectiva ocidental sobre uma entidade sobrenatural que foi introduzida pela comunidade local, na qual o nativo entrevistado busca legitimar seus hábitos do consumo de *sake*. Além disso, é interessante que, nessa abordagem, Batchelor realiza uma descrição dentro de uma estrutura categórica, isto é, separando a descrição da cultura “Aino” em temas, como “governo”, “hábito”, “religião”, em formato de classificações. Podemos também observar que a “coleta de dados” que Batchelor realiza contém uma abordagem comparativa, isto é, se estabelece uma sobreposição da cultura ocidental em relação à cultura “Aino”.

Essa abordagem também está presente na descrição de Chamberlain em *A Translation of the Kojiki or Records of the Ancient Matters*, de 1882. Nesse documento, o autor faz uma menção sobre os “Ainos”, na qual a comunidade é descrita como bárbara na perspectiva dos japoneses e chineses. Nesse relato, no entanto, há análise e

¹⁸¹ Ibid. pg. 217.

comentários a respeito de fontes que descrevem os “Ainos”. Porém, a imagem desse povo permanece como “bárbara” ou “primitiva”:

[...] There are clear indications of there having been three centers of legendary cycles, three streams which mixed together to form the Japan which meets us at the dawn of authentic history in the fifth century of our era. One of these centres, - the most important in the mythology, - is Idzumo; the second is Yamato; the third is Tsukushi, called in modern times Kiushu. Eastern and Northern Japan count for nothing; indeed, much of the North-East and North was down to comparatively recent times, occupied by the barbarous Ainos or, as they are called by the Japanese, Yemishi, Yebisu, or Yezo.

[...] the Chinese were fairly well acquainted with Japan is shown by the fact of there being in the old Chinese literature more than one mention of “the country of history of the hairy people beyond the mountain in the East and North,” – that is of the Yemishi or Ainos.¹⁸²

Observa-se que, na menção que Chamberlain faz dos “Ainos”, há o reconhecimento do nome deles, isto é, eles são chamados de Yezo ou Yemishi, contudo, nela também se nota que os “Ainos” são tratados de forma secundária, uma vez que há o comentário de que a participação deles na história japonesa havia sido mínima.

Chamberlain também traz um apontamento dos chineses, no qual havia uma impressão homogênea de que a ilha que compreendia a região de Hokkaido seria dos “Ainos”, os quais são descritos como “*hairy people*”. Nessa parte, nota-se a postura de neutralidade de Chamberlain apontando apenas para a perspectiva japonesa e a chinesa. Desse modo, o que fica evidente nessa exposição de informação a respeito da comunidade “Aino” é apenas a descrição e a apresentação fontes e relatos que comentam e discutem sobre esse povo, uma vez que o documento constata o fato, sem que haja a necessidade de o coletor de dados interferir na interpretação da fonte.

No entanto, essa mesma atividade de coletar dados, documentações com fins de estudar sobre a cultura japonesa, acaba apresentando um perfil arbitrário e parcial nas suas formas de análise, isto é, na forma como os membros da ASJ enxergam e interagem com o documento e o seu objeto de estudo. Um exemplo disso é a forma como Batchelor descreve a comunidade “Aino” em sua pesquisa de campo.

Dessa vez, focamos na questão de como a ASJ opera uma análise documental, no caso, a tradução da obra *Kojiki* para língua inglesa por Chamberlain. Essa obra, primeiramente publicada em 710 d. C., é um dos relatos mais antigos do Japão e narra a

¹⁸² CHAMBERLAIN, Basil Hall. *Record of Ancient Matters*. In: **Transactions of Asiatic Society of Japan**. Vol. X. Yokohama, 1882. pg. 36-37.

origem e a linhagem dos imperadores japoneses. O *Kojiki* é uma narrativa que descreve a perspectiva japonesa shintô de como o *Nihon*, o Japão e os japoneses surgiram. Nela, há a menção dos primeiros imperadores e dinastias, bem como o estabelecimento de uma capital imperial japonesa. Na introdução de sua tradução, Chamberlain faz comentários sobre como foi realizada a atividade de decodificação da língua japonesa para a inglesa, bem como mostra evidências da legitimidade do documento, na tentativa de verificar a materialidade dos eventos narrados em *Kojiki*:

It is an estimate, moreover, which obtains confirmation from the fact that the first notice we have of the use of writing in Japan dates from early in the fifth century; for it is natural to suppose that the Songs believed to have been composed by the gods and heroes of antiquity should have been among the first things to be written down, while the reverence in which they were held would in some cases cause them to be transcribed exactly as tradition had bequeathed them, even if unintelligible or nearly so, while in others the same feeling would lead to the correction of what were supposed to be errors or inelegancies.¹⁸³

Chamberlain faz uma análise da narrativa da tradição japonesa, a respeito de como a comunidade nipônica veio a se estabelecer no Japão. Nela, podemos perceber a distinção, feita pelo tradutor, entre a “tradição” e a “cultura” japonesa, da história como ciência. Essa forma de abordagem mostra a aproximação ou as características das pesquisas e dos estudos da ASJ. Observamos, nesse caso, que os relatos de passado e história, segundo a tradição japonesa, são objeto de estudo da ASJ, e que a narrativa histórica consistiria numa abordagem “científica”, “objetiva” e “neutra”, uma vez que o documento seria descrito e analisado. Essa forma de abordagem faz com que a “tradição” ou a “cultura” se torne uma barreira ou um empecilho para a compreensão do estrangeiro que busca estudar a história local, uma vez que ele utiliza seus métodos e concepções de tradição, história e tempo. Desse modo, esse problema de incompreensão geraria a classificação da cultura japonesa em duas categorias: particular e universal.

Seriam “particularidades” os aspectos que tratariam de elementos próprios da cultura japonesa e suas crenças, isto é, aqueles que seriam ininteligíveis para os que não compartilham da mesma tradição. Seriam “universais” os acontecimentos e as atividades relacionadas com o desenvolvimento da sociedade, bem como as formas administrativas, inteligíveis segundo os conceitos e leis iluministas europeus.

¹⁸³ Ibid. pg. 9-10.

A seguinte passagem, presente no capítulo III sobre mitos e origens, da obra *The Story of Japan*, de David Murray, mostra a tentativa do autor de compreender a concepção de tempo japonês, por meio da análise da cronologia e do período de reinado dos imperadores. Nela, Murray faz uma descrição do nome e da idade de cada governante e, em seguida, realiza uma análise e uma interpretação acerca da divisão dos anos atribuídos a cada imperador:

The age of Jimmu is given as 127 years, of Koan 137 years, of Korei 128 years, of Keiko 143 years, of Nintoku, the last, 110 years, etc. Then suddenly the ages of the emperors from Richu onward drop to 67, 60, 80, 56, etc., so that the ages of the seventeen emperors, beginning with Richu, have an average of only 61 years. (...) It is plain that up to this time there must have existed a different system of reckoning the ages than what which pertained afterwards. Either the original epoch of the Emperor Jimmu has been rendered more remote and lives of the emperors has been prolonged to fill up the space, or, if we assume the epoch of Jimmu to be correct, we must suppose that the number of the emperors have been dropped from the count¹⁸⁴.

Nesse sentido, tanto Chamberlain como David Murray expõem os mitos japoneses como narrativas de origem, integrando-os ao argumento de que todas as culturas possuem uma mitologia particular. O problema, no entanto, é a inserção do mito numa estrutura narrativa estranha, em que as concepções de tempo e espaço não são compatíveis. Isto é, há a consideração de que determinada cultura possui uma explicação de sua identidade e história por meio de seus mitos, porém, quando se trata da investigação a respeito de uma trajetória histórica e material de uma sociedade, é realizada uma separação da história e da cultura, o que dá uma impressão de que o folclore e os costumes podem ser separados da narrativa histórica daquela comunidade.

Para entendermos como a concepção de tempo japonês, no período pré-Meiji (anos que antecedem o final do século XIX), diverge da dos ocidentais modernos, apresentamos a colaboração da perspectiva do crítico literário Shuichi Kato, autor de *Introdução à História da Literatura Japonesa*, de 1980. Kato comenta sobre as características da narrativa de tempo da obra *Kojiki* e ressalta que a sua dinâmica temporal não segue uma linha de “início”, “meio” e “fim”, ou seja, ela consiste numa narrativa linear, mas as pontas de começo e fim são soltas:

¹⁸⁴ MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam's Sons, 1892. pg. 35-36.

Certamente, o *Kojiki* (*Registro de fato antigos*, 702) fala sobre a origem do território japonês e da corte imperial, mas não sobre a origem do tempo, pois os acontecimentos anteriores à formação e da corte são relatados dentro do mesmo *Kojiki*. O tempo do *Kojiki* não tem um começo. Na extremidade final da genealogia da corte imperial está a imperatriz Suiko (592-628), mas isso não significa o fim da corte imperial. Muito menos o fim do tempo, ou seja, absolutamente não sugere uma escatologia. O tempo histórico que a cultura japonesa antiga concebeu é uma linha temporal reta sem começo e sem fim.¹⁸⁵

A observação que Kato desenvolve em relação ao *Kojiki* demonstra um aspecto de diferenciação cultural no que se refere ao tempo histórico e na interpretação dos relatos de acontecimentos, principalmente quando se trata do mito. Nota-se que Kato descreve como era compreendido o tempo para os japoneses do período pré-Meiji, aspecto que entendemos como um elemento da cultura japonesa, porém, que não se restringe ao campo da tradição, mas também influencia na maneira como a comunidade interage com o espaço físico e natural. Quando voltamos para a abordagem de David Murray e a de Chamberlain a respeito dos relatos mitológicos japoneses, nota-se a tentativa dos pesquisadores de desmistificar o tempo nipônico, na busca de trazer a materialidade do reinado e a história dos imperadores japoneses. Dessa forma, entende-se que há a desconsideração da noção de tempo dos indivíduos da época, bem como a tentativa de estabelecer uma organização de tempo numa estrutura ocidental, na qual o reinado de cada governo é desprovido das características da tradição e da cultura local.

Essa questão, porém, vai além da diferenciação de tempo histórico ou da questão cultural. Há um fator linguístico da gramática japonesa que se distingue da estrutura textual europeia. A esse respeito, Kato comenta que a estrutura linguística japonesa se baseia num centralismo do presente, isto é, a sua composição gramatical tem a característica de que todo relato — seja ele sobre o tempo passado, seja sobre o tempo futuro — é mediado pelo tempo presente. Em outras palavras, os tempos passado e futuro são ditados por meio do tempo presente. Isso faz com que o tempo se torne uma questão subjetiva, de modo que, segundo a noção japonesa, é difícil determinar um período ou uma época de maneira estática ou estabelecer um recorte de tempo numa categoria delimitada:

Entre os europeus modernos e os japoneses antigos há uma grande divergência quanto ao domínio do tempo. Os europeus pensam o

¹⁸⁵ KATO, Shuichi, *Tempo e espaço na cultura japonesa*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012. pg. 45.

tempo como existência objetiva como continuidade prorrogável e o consideram divisível, colocando aí o alicerce da divisão do passado, presente e futuro. Porém, para os japoneses da antiguidade, o tempo não era uma continuidade prorrogável objetivo. Pelo contrário, muito subjetivamente, o futuro era a própria conjectura e suposição vaga do falante, e o passado, a existência ou não da memória do falante, ou o próprio reavivar da memória ¹⁸⁶.

Logo, não há uma expressão linguística no japonês, no *Kojiki*, que seja caracterizada como uma frase que se refere a um “passado” estabelecido, no qual há o enquadramento de acontecimentos num período específico. Dessa forma, a idade dos imperadores japoneses ou o período de seus reinados não são um foco importante para a narrativa nipônica, como é para a análise de David Murray ou de Chamberlain; assim como no *Kojiki* não há uma expressão que remeta a uma ideia de futuro — o que há, na verdade, são expressões de um passado ou futuro mediados pelo tempo presente, como comenta Kato:

Um tempo histórico sem começo e sem fim é uma linha reta com natureza direcional. Há uma relação entre o antes e o depois dos acontecimentos sobre essa linha reta, mas não é possível seccioná-la por inteiro. No caso do tempo natural que se sucede num círculo, não há apenas a relação entre o antes e o depois dos acontecimentos, é também possível fazer a divisão com clareza: “Se o inverno veio a primavera não está distante”. Na parte oeste da ilha principal do arquipélago japonês e na ilha de *Kyūshū* — ou seja, na região que foi o centro da cultura mais antiga - a distinção das quatro estações é clara, é regrada, e não é difícil imaginar que essas mudanças que se sucedem naturalmente possam ter definido uma consciência de tempo cotidiano da sociedade agrícola. ¹⁸⁷

Entende-se, portanto, a diferença do tratamento de tempo nas narrativas europeia e na japonesa. A forma como David Murray descreve os eventos consiste em visar ao tempo como uma continuidade que pode ser prorrogada e, ao mesmo tempo, ser divisível em períodos como passado, presente e futuro. Mas a estrutura dos textos japoneses no período da antiguidade não apresenta o mesmo comportamento que permite destacar o tempo narrado de maneira objetiva e clara. Por outro lado, a construção textual japonesa que estabelece indícios do tempo passado é mediada por expressões e termos que se encontram no tempo presente. Isso faz com que a frase se torne subjetiva no sentido de localizar a temporalidade exata do objeto que o texto está descrevendo, pois a narrativa

¹⁸⁶ Ibid. pg. 69.

¹⁸⁷ Ibid. pg. 49.

japonesa, ao relatar um acontecimento do passado, assemelha-se ao movimento de uma pessoa que realiza um ato da lembrança.

3.3.1. Tradução da história japonesa ao modelo ocidental

A diferenciação do conceito de tempo estabelecida pelos membros da ASJ não apenas serviu para classificar, como um arranjo de documentos oficiais, as narrativas japonesas como pertencentes à ordem da tradição, do mito ou da história. A análise da ASJ também descreveu a trajetória histórica do desenvolvimento da sociedade japonesa. Porém, essa atividade não apenas a apresentou os documentos ou relato históricos, mas estabeleceu, por meio de uma perspectiva europeia de história, os acontecimentos do passado em categorias.

O excerto a seguir se trata da explanação de J. Gubbins sobre a existência de um “feudalismo” no Japão do século XII. Essa explanação consta em sua obra *The Feudal System in Japan*, do volume quinze da *Transactions of Asiatic Society of Japan*, de 1887. O estudo do pesquisador descreve o funcionamento das sociedades japonesas no recorte do século XII a XVI, apresentando a nomenclatura de cargos executivos, apontando as suas funções e características, com a finalidade de inserir a organização político-social japonesa na categoria de feudal:

For the origin of Feudalism in Japan we must look to the innovations introduced by Yoritomo into the system government in the year 1192. Up to that time the Governors of Provinces, who were termed *Kokushu*, were chosen from the *Kuge*, or Court Nobles, and received their orders directly from the Court of Kyoto. They were appointed usually for a term of years and at the expiration of this period of office were either transferred as Governors to other provinces or returned to Kyoto. They were thus simply the executive officers of the Crown. Yoritomo replaced these civil governors by military governors, selected from amongst his own adherents, who took their orders from him as Shogun (or Generalissimo of the Forces) and, following out of the system of militarism which it was his object to introduce, he at the same time gradually established military sub-prefects in the place of the civil officers who had formerly been in charge of each district¹⁸⁸.

A descrição de Gubbins faz uma leitura comparada na explicação do funcionamento da instituição política japonesa. Podemos observar a utilização de termos

¹⁸⁸ GUBBINS, John Harrington. *The Feudal System in Japan under the Tokugawa Shoguns*. In: *Transactions of Asiatic Society of Japan*. Vol. X. Yokohama, 1887. pg. 181.

como “coroa”, “corte da nobreza” e “subprefeituras” para definir o corpo político japonesa via associação, por exemplo, a relação de *Kokushu* como “governadores de províncias”. Nesse caso específico, observa-se a tentativa de Gubbins relacionar os daimyos, os *kokushu*, como se executassem as mesmas funções que os nobres europeus, administradores de feudos. A problemática, no entanto, é de que o termo *koku* se refere à país, ou ao Japão (*Nihon*). De modo que *kokushu* é um título que remete a um cargo que presta serviço ao país, representando a vontade do imperador e do xogum.

A abordagem comparada de Gubbins também traz complicações quando se trata de mencionar a corte de Kyoto e os daimyos como oficiais da “coroa” que, no caso, se refere ao imperador, pois a figura imperial japonesa é uma referência que não remete apenas a uma fonte de poder, mas se trata de uma encarnação divina. Logo, existiam pontos que precisavam ser analisados, como a importância e o papel da figura imperial, bem como a relação do imperador com o xogum. Nesse sentido, a associação que Gubbins poderia ter utilizado para aproximar as sociedades japonesas com o sistema feudal europeu seria por meio de um paralelo com a questão da submissão administrativa entre o *kokushu* e o xogum. Porém, mesmo assim haveria ressalvas ou considerações a serem feitas, pois o título de xogum remete a uma autoridade que detém um poder centralizado militar, ou seja, possui o controle de todo o exército imperial. Além disso, durante os xogunatos, principalmente na Era Edo (1603-1868), os daimyos, senhores de províncias, recebiam um agente fiscalizador do xogunato, de modo que seriam avaliados e reportados ao xogum¹⁸⁹.

No entanto, o que podemos observar é que Gubbins busca afirmar que existiu uma sociedade feudal no Japão, ao inserir os daimyos, a corte imperial e o imperador numa lógica feudal, na qual eles atuariam da mesma forma que a nobreza e os reis europeus. Na obra de David Murray há a presença das análises de Gubbins para compor o capítulo doze, *Feudalism in Japan*, de *The Story of Japan*:

Without undertaking to give a detailed account of the feudal system as modified and established by Ieyasu, it will be sufficient to give the classes of daimyos as they continued to exist under the Tokugawa shogunate. It must be understood that feudalism existed in Japan before the time of Ieyasu. It can be traced to the period when Yoritomo obtained from the emperor permission to send into

¹⁸⁹ GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan: From Tokugawa Times to the Present**. Oxford: Oxford University Press, 2003. pg. 15-16.

each province a *shingo* who should be a military man, and should act as protector of the *kokushu* or governor, who was always a civilian appointed by the emperor¹⁹⁰.

Nota-se que, nas descrições de David Murray, a questão de haver um feudalismo no Japão é apresentada como uma informação dada, sem haver nenhum questionamento ou argumento que comente sobre a possibilidade de aplicar ou associar noções de um sistema feudal na sociedade japonesa. Nesse sentido, podemos interpretar que o conceito de feudalismo que tanto Gubbins e Murray utilizam para caracterizar uma comunidade de forma comparativa, toma a estrutura ocidental como referência de história. Ou seja, não apenas há a aplicação de uma noção de tempo que é desconhecida para a narrativa histórica japonesa, mas também ocorre a classificação da sociedade japonesa numa categoria ou num tipo de organização social que não existiu lá, denominado “feudal”.

Sobre a descrição e os estudos de David Murray e Gubbins a respeito da sociedade japonesa, é inegável reconhecer a coleta de dados e a exposição de suas análises sobre a cultura e a política japonesa nos períodos que antecedem o século XIX, levando em conta seus trabalhos de tradução dos documentos em japonês para a língua inglesa. No entanto, tanto nos estudos de Murray como no de Gubbins, não há a apresentação ou a referência dos documentos consultados. O que aparece como menção ou citação para o complemento de seus estudos seriam os trabalhos de autores e coautores da ASJ.

Mas, em todo caso, quando analisamos os trabalhos de membros da ASJ como Chamberlain, Gubbins, Batchelor e David Murray, podemos enxergar a busca pela compreensão da sociedade japonesa, possivelmente reconhecendo que a cultura nipônica é uma civilização ou um povo “racional”, que possui uma “história”. Essa abordagem, no entanto, cria uma imagem de “Japão” ou uma narrativa de uma comunidade “inventada”. É uma descrição que trata de acontecimentos do passado, que diz respeito aos japoneses, porém, a sua estrutura de tempo e a forma de como a organização social é descrita e classificada remetem à história europeia e não à nipônica. Nesse sentido, as atividades da ASJ vão de encontro com a definição de Said de que o “Oriente” é um conceito, uma representação ocidental a respeito das sociedades asiáticas ou não europeias que se localizam na região “leste” do mundo. Considerando, logo, que o “Oriente” seria uma perspectiva, uma interpretação ou imagem, podemos concluir que as narrativas sobre o

¹⁹⁰ MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam's Sons, 1892. pg. 277.

“Japão” não dizem respeito à história de “Nihon”. Ela consiste em interpretações ou leituras de “Nihon”, em que são utilizados conceitos e estruturas de tempo e espaço segundo critérios que apenas fazem sentido para analistas como Chamberlain, David Murray e o público que compartilha da mesma perspectiva ou fundo cultural que autores, porém, essa narrativa seria estranha e não reconhecível aos japoneses.

3.4. Interações da Asiatic Society of Japan no Japão moderno

A relação anglo-japonesa no âmbito intelectual e técnico contribuiu para a progressão da modernização da economia e da sociedade japonesa. A presença da ASJ e seus membros foi importante nessa relação entre japoneses e ingleses, exercendo a função de *yatoi* — estrangeiros que assumiriam papel de funcionários públicos a serviço do império japonês. Essas atividades iam desde formador de cursos de ensino superior no Japão, como o de letras e filologia por Basil Hall Chamberlain, na Universidade Imperial de Tóquio, ou de conselheiro para ministros de educação japonesa, como foi o caso de David Murray.

Nesse sentido, a era Meiji pode ser considerada como um período de intensa transformação social, no qual as cidades urbanas nipônicas recebiam inúmeros artigos estrangeiros e novidades do continente europeu, como a fotografia, vestimentas de algodão e vinhos. Também observa-se a introdução da cultura de literatura, a prosa inglesa, como forma de consumo, a qual possibilitou a formação de escritores de prosa japonesa, como Natsume Soseki (1867-1916), Ogai Mori (1862-1922) e Akutagawa Ryunosuke (1892-1927). Tendo em vista esse contexto, a imagem que o Japão passa a transparecer é de uma nação de caráter urbano e moderno ou um espelho da Europa industrial durante a segunda metade do século XIX:

[...] Meiji Japan was a society of school teachers and postmen rather than soldiers. Either lack of urge or financial inability held back any tendency to military Japanese society: the consequence was that early Japan Meiji perpetuated non-military character of Tokugawa society, virtually the only country in the world to have been at peace for two and a half centuries¹⁹¹.

¹⁹¹ CULLEN, L. M. *A History of Japan 1582-1941: Internal and External Worlds*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. pg. 208.

A ambiência da Era Meiji é considerada e vista como um período de reforma governamental, no qual a introdução de valores ocidentais na sociedade japonesa era vista como sendo uma combinação de aprimoramentos tecnológicos com hábitos e costumes europeus no cotidiano urbano. Tudo isso foi a base para o estabelecimento de um Japão industrial.

Porém, também aconteceram movimentos reacionários japoneses em oposição a essa transformação, os quais eram simpatizantes da tradição do *bakufu*¹⁹². Esses grupos defendiam a forma de governo que precedia à administração de Tokugawa, na qual, grosso modo, o poder e a organização social eram geridos por meio da tradição samurai, por meio do serviço leal ao seu senhor, o xogum, de modo que o imperador seria o símbolo do poder ou a representação do próprio Japão. Esse posicionamento não admitia a presença de estrangeiros circulando na corte imperial, tampouco introduzindo seus modelos de gestão nas instituições japonesas.

Os membros da ASJ testemunharam o processo de modernização no Japão, assim como os relatos de movimentos que discordavam do posicionamento do governo japonês no que se refere à admissão da presença estrangeira no Japão. David Murray comenta sobre esse movimento antiestrangeiro em *The Story of Japan*, nos capítulos finais, colocando-os como inimigos do progresso japonês. Enquanto isso, o diplomata e tradutor George Aston ignorava os movimentos contrários à relação diplomática anglo-japonesa e comemorava o fim da administração Tokugawa em prol de uma nova era, na qual haveria a derrocada dos samurais, a abolição de seus privilégios e o estabelecimento da cidadania para todos os camponeses e artesãos japoneses. Com isso, a imagem que se tem da era Meiji é de um período de progresso, de entrada de valores civilizatórios ou até mesmo de transição de uma etapa antes vista como ultrapassada para uma nova.

Nesse caso, apresentamos a exposição dos historiadores Tsuzuki Chishichi e Gordon, os quais realizaram um compilado de estudos, *The History of Anglo-Japanese Relations 1600-2000*, de 1989, que trata das relações diplomáticas anglo-japonesas do recorte desde o século XVI até o XX. A obra é constituída por descrições a respeito dos processos políticos e internacionais entre os governos japonês e inglês. Nelas, foi

¹⁹² *Bakufu* (幕府) – “governo a partir da tenda”, o que se refere a uma administração de um senhor de guerra e não a partir do palácio, ou da nobreza. Assim, o imperador detinha o poder apenas de maneira figurada, enquanto o chefe militar era devidamente responsável pelo governo. SÁ, Michele Eduarda Brasil de. *Jesuítas no Japão – Conflitos religiosos e a política de Sakoku*. Revista Litteris, Brasília, 2014, p. 256.

encontrada a menção a membros da ASJ atuando no contexto do Japão, sendo submetidos aos Tratados Desiguais:

The overthrow of the Shogun's administration in 1868 and the establishment of the Meiji state soon stimulated new appraisals of Japanese politics and society. Indeed, the new government's dramatic series of social, economic and political reforms impressed both experts and globe-trotting visitors. In 1872 Mitford, who had celebrated traditional Japan, now wrote 'Four years ago we were still in middle ages – we have leapt at a bound into the nineteenth century – out of poetry into plain prose. In the same year the scholar-diplomat w. G Aston adopted a similar tone in *Macmillan's Magazine* and commented 'one edict followed another, many privileges of the upper class were abolished.... And the lower class were raised in position... it seems as if a sudden passion had seized up the people to pull down and abolish everything that was old.'¹⁹³

Apesar da descrição acima comentar sobre a questão do desenvolvimento da modernização no Japão, questões como o processo da assinatura dos Tratados Desiguais não se encontram presentes, considerando que, desde 1858, havia sido assinado o Tratado de Amizade e Comércio Anglo-japonês, que concedia ao império britânico o controle administrativo dos portos japoneses, Hakodate, Kanagawa e Nagasaki, de modo que essas cidades portuárias foram apenas restituídas para os japoneses em 1899, após o governo japonês estabelecer sua primeira constituição em 1890. Existe, no entanto, na obra de David Murray, uma breve menção dos tratados desiguais, em seu capítulo treze, *Commodore Perry and what follows*. Nele, o autor comenta, de maneira rápida, o estabelecimento de consulados ocidentais nos portos japoneses, previstos pelos tratados que o governo japonês assinou com as nações europeias. Contudo, essas negociações não são detalhadas ou especificadas — o que se tem é a questão de os consulados possuírem uma jurisdição autônoma nas províncias ocupadas e não responderem à legislação japonesa:

Another provision in the treaties which has been the occasion of endless debate is that which requires all foreigners to remain under the jurisdiction of the consuls of their respective countries. It is claimed on the part of the Japanese that this provision, which was reasonable when the treaties were first made, is no longer just or necessary. The laws have been so far perfected, their judges and officers have been so educated, and the machinery of their courts

¹⁹³ GORDON Daniels; TSUZUKI Chushichi. *The History of Anglo-Japanese Relations 1600-2000: social and cultural perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. pg. 5.

have been so far conformed to European practice that it is no longer reasonable that foreigners residing in Japan should be under other than Japanese jurisdiction. It is earnestly to be hoped that these sources of irritation between Japan and the treaty powers may speedily be removed, and that the efforts of this progressive race to fall into line in the march of civilization may be appreciated and encouraged¹⁹⁴.

O que podemos observar é a descrição do processo de modernização das instituições públicas japonesas na gestão Meiji, como se a presença dos consulados estrangeiros no Japão tivesse servido de modelo para a otimização da legislação nipônica e as embaixadas ocidentais fossem instituições necessárias para o progresso da estrutura jurídica japonesa. Além disso, a forma que David Murray descreve esse processo é como se os japoneses tivessem absorvido e aplicado a modernização do Japão como uma nação, por meio da luz da assistência técnica e intelectual europeia.

O que não é colocado em questão nesse contexto de o império britânico possuir controle administrativo nas cidades portuárias japonesas, é o fato do governo japonês, no início da gestão Meiji em 1871, ter despachado um comitê de embaixadores organizado pelo ministro Iwakura para as nações europeias e para as Américas, principalmente na Alemanha, nos Estados Unidos e Inglaterra. O propósito desse envio era para discutir a respeito da revisão dos tratados desiguais, além de buscar modelos, técnicas e recursos de como implementar indústrias no Japão.

Os membros desse comitê de embaixadores foram Iwakura Tomomi (1825-1883), ministro da Direita, junto com Okubo Toshimichi (1830-1878), ministro das finanças, Kido Takayoshi (1833-1877), conselheiro do governo japonês e Ito Hirobumi (1841-1909), ministro da indústria. Os três últimos membros foram responsáveis por moldar o Japão no sentido de buscar traçar um caminho de modernização: estabelecendo projetos de leis e abolindo o sistema tradicional japonês, isto é, pondo o fim aos privilégios dos *han* — clãs de samurais que detinham autoridade nas províncias locais —, bem como à burocratização das terras, alegando que todo o território japonês era propriedade do Estado e deveria ser redistribuída para os cidadãos, enquanto outras porções seriam definidas para fins de produção econômica. Além disso, Kido Takayoshi, Okubo Toshimichi e Ito Hirobumi foram referências que propuseram o primeiro projeto constitucional moderno para o Japão, os quais são grandemente mencionados e exaltados por David Murray no capítulo quinze de sua obra, denominado *The Restored Empire*.

¹⁹⁴ MURRAY, David. *The Story of Japan*. London: T. Fischer. Unwin, 1889. pg. 331.

O historiador Yuichi Inouye fez um apanhado descritivo a respeito das relações diplomáticas entre o império britânico e o Japão, no qual se localiza um episódio em que o comitê de Iwakura chega na Inglaterra e estabelece contato com o secretário de relações exteriores, Granville, para discutir sobre a revisão dos tratados desiguais. No excerto a seguir, observamos que a busca do grupo de Iwakura por estabelecer instituições governamentais japonesas segundo o modelo ocidental não se deu apenas para otimizar ou o aprimorar a gestão política japonesa, mas também para cumprir as exigências estrangeiras, ou seja, “provar” para o governo britânico que o Japão possuía capacidade administrativa segundo os critérios ocidentais:

In Britain, Iwakura held a series of meetings with Lord Granville, the Secretary of State for Foreign Affairs. In his conversations with Lord Granville, Iwakura requested the abolition of consular jurisdiction and the recovery of tariff autonomy. In response to Iwakura's question about British position on treaty revision, Lord Granville made such demands as the freedom of travel and residence for foreign citizens and rejected the abolition of extraterritorial rights prior to far-reaching legal and judicial reforms in Japan. Lord Granville stated that the British government would then agree to the abolition of extraterritoriality in civil matters while retaining consular jurisdiction in criminal cases until a later date. His statement demonstrated that there was little likelihood of treaty revision unless the Meiji government first modernized its legal and political institutions and practices after the western model.¹⁹⁵

Desse modo, o fracasso das tentativas diplomáticas de Iwakura para a revisão dos tratados entre Japão e Inglaterra mostram o interesse inglês de manter o controle administrativo extraterritorial nos portos japoneses, prevendo que as condições feitas por Lord Granville exigiriam do governo japonês um longo processo de implementação de uma estrutura ocidental nas jurisdições civis e criminais do sistema legal japonês.

Nesse sentido, a condição seria que o governo japonês pudesse ser capaz de “modernizar” sua estrutura judiciária, no aspecto de estar equiparada à estrutura inglesa. Isso requereria o desuso e a substituição dos valores de justiça e “assuntos cíveis” tradicionais japoneses, ordenados antes e durante o período de Tokugawa. A realização dessa reforma seria de alto custo, principalmente se considerarmos que a organização judicial utilizada no Japão até na segunda metade do século XIX era baseada por

¹⁹⁵ YUICHI, Inouye. *From Unequal Treaty to the Anglo-Japanese Alliance 1867-1902*. In: KIBATA, Yoichi; NISH, Ian. *The History of Anglo Japanese Relations Volume 1: the political diplomatical dimensions 1600-1900*. New York: Macmillan Press, 2000. pg. 136.

referências do código de honra dos samurais, além de as leis variarem de região para região devido ao fato de as normas serem estabelecidas de acordo com o soberano da província específica. Em todo caso, a proposta de Lord Granville seria que o Japão pudesse se adequar aos padrões das normas e leis “internacionais” que são comuns para as nações europeias e para os Estados Unidos.

Desse modo, o governo japonês precisaria renunciar aos traços tradicionais considerados como “não compatíveis” ou “não adequados o suficiente” para desenvolverem tratados internacionais ou gerenciar a economia externa, como fiscalização e taxaço de produtos estrangeiros. Circunstâncias desse tipo fizeram com que os embaixadores japoneses regressassem ao Japão com visões de reforma, partindo do aspecto que no atual momento não havia como o império japonês enfrentar nações como o império britânico, devido à diferença de poder bélico e econômico.

Após a volta do ministro Iwakura e de seu comitê, ele, por ter fracassado nas suas negociações para discutir a reconsideração dos tratados desiguais, é demitido do cargo e o governo japonês envia o cônsul Ueno Kagenori (1845-1888) para Londres com o mesmo propósito. Durante a sua presença em Londres, ele também foi incapaz de fazer o império britânico ceder às petições de abolição dos tratados de extraterritorialidade. Apenas em 1887 foi aprovada essa abolição, apesar da grande oposição estrangeira, como embaixadores vindos da França e ingleses:

The plenary conference started its proceedings in Tokyo on 1 May 1886. The main agenda concerned the abolition of consular jurisdiction and residence. Sir Francis Plunkett, the British minister I Tokyo, opposed the immediate abolition of consular jurisdiction and proposed that consular courts should only be maintained in the foreign settlements while subjecting foreigners to the Japanese judicial system in the other areas. On 22 April 1887, the conference reached an agreement on the abolition of extraterritoriality on condition that Meiji government would allow foreigners open access throughout the country, adopt Western legal codes, retain the consular court system for three years after the signing of the proposed new treaties, and appoint foreign judges in Japanese courts.

¹⁹⁶

Partindo dessa descrição, é possível entender que o governo japonês ainda deveria “provar” para os representantes ingleses que o Japão tinha condições suficientes para lidar institucionalmente com a presença de estrangeiros, isto é, garantindo-lhes segurança,

¹⁹⁶ Ibid. pg. 141.

direitos e liberdade de circulação pelo país. Entende-se que esse tipo de condição tinha como propósito estender o período da administração inglesa nos portos japoneses, garantindo a manutenção do controle da fiscalização de taxas de importação de produtos ingleses para o Japão, além de manter os direitos dos cidadãos britânicos que residiam nas províncias japonesas, para que não fossem submetidos à jurisdição do governo japonês.

Desse modo, o processo de abolição da extraterritorialidade inglesa no Japão ocorreu conjuntamente ao estabelecimento de uma constituição japonesa que adotava os códigos legais ocidentais, garantindo a segurança e o bem-estar dos estrangeiros, no caso, os ingleses. Essa leitura nos permite interpretar que o processo de estabelecimento da constituição Meiji, na perspectiva internacional entre Inglaterra e Japão, se deu para beneficiar os interesses britânicos, na manutenção dos direitos dos cidadãos ingleses que residiam no Japão, além de realizar um procedimento gradual de cessão de controle administrativo de taxação de importação e exportação de produtos estrangeiros ao governo japonês, sem que isso prejudicasse o negócio dos mercadores ingleses.

A situação que bem demonstra essa circunstância é a relação entre o secretário de relações exteriores inglês, Robert Arthur Talbot Gascoyne-Cecil (1830-1903), e o Marquês de Salisbury com o ministro Ueno Kagenori, em 1879, a respeito da remoção dos privilégios de tarifas, de modo que os ingleses passassem a pagar taxas, custo que teria a mesma natureza para com as demais nações europeias:

The British Foreign Secretary Lord Salisbury told Ueno Kagenori. Japan's minister in London, that the British government could not accept the removal of tariff privileges, despite his sympathy with the Japanese request, as it would damage British commercial interests by raising customs duties on British imports in Japan¹⁹⁷.

O relato acima descreve como britânicos detinham privilégios comerciais dentro do mercado japonês no que se refere às tarifas de importação, devido à aplicação do princípio de extraterritorialidade, no qual os consulados ingleses gerenciavam a legislação tributária e comercial nos portos japoneses onde residiam. Nota-se que, nesse contexto de negociações, o Japão se encontrava num processo de modernização, no qual universidades como a de Tóquio estavam sendo fundadas, bem como propostas de leis estavam sendo aplicadas por meio do ministro Okubo Toshimichi, por exemplo, a que

¹⁹⁷ Ibid. pg. 138.

abolia os privilégios de clãs samurais exercerem autoridade legislativa e porte de armas. Dessa forma, o Japão se encontrava num processo de se tornar uma nação conforme os critérios dos ingleses, porém, nesse contexto em particular, notamos que o governo japonês se encontrava à mercê do imperialismo inglês.

A narrativa que os membros da ASJ delineiam a respeito desse contexto, como a que consta em *The Story of Japan* de David Murray, não descreve questões internacionais entre as potências ocidentais com o governo japonês, quando se trata na negociação de tratados. Da mesma forma, não há menção da vinda dos embaixadores japoneses aos Estados Unidos para fazer com que o governo norte-americano reconhecesse o Japão como uma nação soberana e renegociasse os tratados comerciais entre eles. Assim, no caso do relato de Murray, a obra não apresenta descrições a respeito da Missão Iwakura, assim como não menciona a expedição de embaixadores japoneses para as nações europeias para discutir questões sobre os Tratados Desiguais. Para recapitular do que se tratou a Missão Iwakura, tomamos a descrição do economista Lehmann, que menciona sobre como essa viagem diplomática contribuiu para o processo de modernização do Japão. A passagem recortada a seguir, também apresenta a trajetória de David Murray e a implementação de projetos liberais na educação japonesa:

The Iwakura Mission, composed of both a diplomatic and a fact-finding expedition, included as its chief educational officer Tanaka Fujimaro (1845-1909). Upon his return to Japan in 1873 Tanaka was named Vice-Minister of Education and in the same year retained the services of an eminent American pedagogue, David Murray (1830-1905) of Rutgers University, who remained as chief adviser to the Ministry of Education until his departure from Japan in 1878. Whereas the original Meiji model had been the highly structured and highly centralised French Napoleonic format, during the seventies a more American informal, decentralised system prevailed. This was partly due to Murray's influence, but also to Mori, who at this stage – he will change – was going through a very pro-American, liberal phase. The liberal atmosphere which pervaded the embryonic educational system was, of course, a reflection of the general *bunmei-kaika* ethos.¹⁹⁸

Nesse excerto, Lehmann menciona um movimento intelectual que circulava entre os parlamentares japoneses na era Meiji, mas que não foi mencionado pelo David Murray em *The Story of Japan*, o *Bunmei-Kaika*. Essa corrente mencionada na citação acima, *Bunmei Kaika* (文明開化) — ‘civilização iluminada’ — se deve a uma vertente

¹⁹⁸ LEHMANN, Jean-Pierre. *The Roots of Modern Japan*. London: Macmillan Education, 1982. pg. 261.

intelectual apresentada por Fukuzawa Yukichi (1835-1901), que defende o processo de modernização japonês via ocidentalização do país. É curioso que os feitos de Yukichi não sejam mencionados em Murray, tampouco que *bunmei kaika* não seja comentado, considerando que havia outros pensadores como Yonekichi Miyake (1860-1929) e Ukichi Taguchi (1855-1905), os quais apresentavam propostas de inserir a história do Japão numa lógica *universal*. Tais pontos colaborariam e complementariam de maneira significativa a respeito do desenvolvimento de escolas filosóficas e sociológicas japonesas, que passam a pensar a história do Japão segundo o viés da *história universal europeia*.

Os relatos de David Murray a respeito do recorte da década de 1870, período em que ocorreu esse evento, por sua vez, se limitam a descrever os assuntos internos, ou seja, as mudanças sociais e políticas no Japão que marcaram elementos da modernidade que foram moldando o país aos poucos. A base material que David Murray utiliza para consultar os eventos diplomáticos do governo japonês com a Inglaterra e os Estados Unidos foi um estudo realizado por Ernest Satow, o mesmo membro da ASJ que foi intérprete do consulado britânico. O trabalho de Satow, *Kinse Shiriaku: A History of Japan from the First Visist of Commodore Perry in 1854 to the capture of Hakodate by te Mikado's forces in 1869*, de 1872, discute sobre os trâmites diplomáticos que o Japão realizou com o governo britânico e o norte-americano. A autoria original do documento é de Yamaguchi Ken, um relator japonês, que não é informado a respeito de seus dados. Porém, Satow realiza uma tradução dele em língua inglesa, descrevendo acontecimentos sobre o processo de reabertura dos portos de Kanagawa, mediado pelo Comodoro americano Perry, mostrando como essas cidades portuárias passaram a ser cedidas sob a gestão dos consulados norte-americanos e ingleses. Porém, o destaque atribuído por Satow a Murray foram as políticas internas japonesas durante esse contexto, isto é, a transição da gestão de Tokugawa para Meiji e o conflito político das províncias entre grupos políticos que eram contrários à recepção dos estrangeiros e os que eram favoráveis.

A passagem que apresentamos a seguir é um trecho do trabalho de Satow, no qual descreve um contexto do regime de Tokugawa, em 1864. Nele, há a complicação de lidar com posicionamentos internos dos clãs japoneses, que eram contrários à reabertura dos portos e à presença de europeus no Japão, enquanto o governo japonês tentava mediar as relações diplomáticas com os embaixadores ocidentais.

On the 28th February the Shogun went to Court accompanied by Shitotsubashi Chiunagon and Aidzu Chiujo, and the Iu no Miya addressed him on behalf of the Emperor as follows: “We are not in favour of a hasty and ill-considered attempt to expel barbarians, but Fujiwara no Saneyoshi and others, wilfully blind to the actual condition of affairs in the Empire, have misrepresented Our Will, have proclaimed the expulsion of the barbarians without being properly authorized to do so, and have stirred up war against the Bakufu¹⁹⁹.”

O foco desse relato são os “estrangeiros” como um problema externo, como se fosse uma pauta que não fizesse parte da realidade interna da conjuntura japonesa. É como se houvesse uma barreira entre os japoneses e os “estrangeiros”, de modo que, no caso relatado, o ponto problemático não fosse os “bárbaros” presentes no Japão, mas sim os movimentos e indivíduos como Fujiwara e Saneyoshi, que tomaram um posicionamento em nome do império japonês a favor da expulsão de estrangeiros, sem o consentimento e a autorização do xogum e do imperador. Nota-se que a questão se dirige para um problema interno que seria apenas dos japoneses, no qual os “estrangeiros bárbaros” acabam se tornando parte do contexto do problema e não a causa ou pauta principal de discussão.

Nesse sentido, as passagens que destacam no *Kinse Shiriaku*, traduzido por Satow, os “estrangeiros bárbaros” no Japão são de casos em que ocorreram tentativas de assassinato ou ataques nas embaixadas estrangeiras dentro das cidades portuárias japonesas, durante o período da década de 1860, por movimentos radicais japoneses que eram contrários à presença europeia no país. Porém, não consta nesse mesmo documento os detalhes e as características do funcionamento desses consulados ocidentais, tampouco a natureza dos tratados de 1854 e de 1858, os Tratados Desiguais, que propiciaram a reabertura dos portos japoneses. Outro aspecto, a respeito do trabalho de Satow é que seu recorte não abrange os eventos da gestão Meiji que compreenderam a década de 1870. O *Kinse Shiriaku*, no entanto, serviu como um apanhado de narrativas sobre a postura da gestão Tokugawa perante o processo de reabertura dos portos japoneses. Por exemplo, o excerto a seguir é mais uma passagem da tradução de Satow, descrevendo as tensões políticas internas da gestão Tokugawa, porém, apresentando um cenário focado no

¹⁹⁹ SATOW, Ernest. M. *Kinse Shiriaku: A History of Japan from the First visit of Commodore Perry In 1854 to the capture of Hakodate by the Mikado's forces in 1869*. Yokohama: Japan Mail Office, 1872. pg. 44

posicionamento dos clãs provincianos perante o movimento radical de samurais que aspiravam a expulsão dos estrangeiros ocidentais do Japão no início de 1862:

During this period the *samurai* deserted from their clans in daily increasing number. They allied themselves with the *ronins* in all parts of the country to raise the cry of ‘honour the Mikado and expel the barbarian’, thus creating a great ferment throughout the empire. In the 2nd month (March 1-29) the house of Shimadzu published a proclamation to its retainers, expressing approval in the main of the policy of supporting the Mikado, but forbidding them to ally themselves with the *ronins* for the advancement of the objects above-mentioned, or to do anything without the instructions of their superiors.²⁰⁰

O documento expõe as tensões que Tokugawa enfrentava, juntamente com clãs como o de Shimadzu (*Shimazu- 島津氏*), região de Satsuma, de evitar que seus subordinados conspirassem ataques contra os “bárbaros do ocidente”, por mais que esses movimentos radicais alegassem submissão ao Mikado (“imperador”). A forma como circunstância é descrita nesse documento segue uma linha de descrição da instabilidade política da gestão Tokugawa de ter que lidar com seus subordinados samurais, que abdicavam de seus postos para combater a presença estrangeira no Japão. Entenderíamos que essa atitude radical pelos *ronins* seria uma reação da gestão Tokugawa ter aceitado assinar os tratados de reabertura dos portos japoneses em 1854 e em 1858, o que para os samurais de grandes clãs seria uma demonstração de fraqueza da parte dos Tokugawa. No documento de Satow, no entanto, não há nenhum comentário a respeito do tratado de 1854, *Tratado de Kanagawa*, e de 1858, *Tratado Anglo-japonês de Comércio e Amizade*, tampouco menção ao caráter dos consulados estrangeiros, que seria estabelecido nas cidades portuárias previstas neles. O que consta no *Kinse Shiriaku*, por sua vez, são os posicionamentos da gestão Tokugawa e dos clãs que efetivaram medidas que atuavam a favor ou contra a aproximação diplomática com os estrangeiros.

Em *The Story of Japan*, por exemplo, os tratados internacionais dos quais o Japão participa nas décadas de 1850 são mencionados, mas não são caracterizados. O que é descrito a respeito desses acordos se encontra no capítulo quatorze do livro, *Revolutionary Preludes*, no qual se tem a narrativa dos estabelecimentos de consulados estrangeiros nos portos japoneses como um canal diplomático entre as nações ocidentais e o Japão. Em

²⁰⁰ Ibid. pg. 20.

seguida, a narrativa segue em constar, da mesma forma que Satow, movimentos japoneses contrários à residência estrangeira no Japão, discutindo sobre as propostas de um projeto constitucional japonês, por meio da menção de ministros que fizeram parte da Missão Iwakura. Ou seja, David Murray integra os embaixadores japoneses que visitaram a Europa e os Estados Unidos, Kido Takayoshi e Okubo Toshimichi, como figuras responsáveis para o estabelecimento da reforma governamental de Meiji. A forma como Murray os descreve dá a entender que estes foram visionários na estruturação de uma constituição moderna para o Japão e na introdução de valores liberais como a abolição de privilégios, a atribuição da cidadania e direitos para os camponeses, artesãos e comerciantes.

Nesse sentido, a descrição e análise de David Murray e de Satow é encaminhada nos trâmites políticos internos do governo japonês, isto é, dando mais atenção às interações entre os ministros e pensadores nipônicos que moldaram a formação da gestão Meiji. Por exemplo, a menção de Okubo e Kido, além de ser uma referência a homens que auxiliaram na elaboração de um projeto constitucional no Japão, também significava a exposição de uma facção política dentro da corte imperial, denominada *ocidentalistas*, os quais compreendiam um grupo de políticos e pensadores japoneses que eram simpatizantes dos europeus e a favor da abertura dos portos japoneses às nações estrangeiras. Por outro lado, também havia um grupo da oposição que apresentava uma postura xenofóbica aos estrangeiros.

Sobre essa facção, ela era constituída pelos clãs Satsuma e Choshu, os quais eram as famílias influentes no “parlamento” japonês durante a gestão de Tokugawa e no início de Meiji. Esse grupo foi responsável por estabelecer um movimento conhecido como *Sonno Jôï* (尊皇攘夷) — “*Reverência ao Imperador, Expulsão dos bárbaros*”. Ele era composto por membros influentes dentro do governo de Tokugawa e David Murray os caracteriza como uma ala conservadora, que prezava a manutenção de uma administração tradicional, que defendesse o sistema político organizado pelo imperador, xogum e os daimyos, mantendo, assim, os privilégios dos clãs que detinham a autoridade de gerir suas províncias:

Two distinct parties came into existence called the *Jôï* party, who wished to expel the barbarians; and the *Kai koku* party, who were in favour of the opening of the country. (...) The *Joi* was made up of the conservative elements in the country, who clung to the old traditions of Japan that had matured during the two centuries of the Tokugawa rule. Besides these conservatives there was also a party

who nourished a traditional dislike to the Tokugawa family, and was glad to see it involved in difficulties which were sure to bring down upon it the vengeance of the nation. These were chiefly found among the south western diamiates such as Satsuma, Choshu, Hizen, and Tosa.²⁰¹

O movimento existiu durante o final da era Edo, na qual o sistema de governo ainda era visado pelo xogum. Essa postura era apoiada pelo governo Tokugawa até os clãs Satsuma e Choshu usurparem o poder. Com o advento da era Meiji, o foco do mesmo movimento alterou-se para *fukoku kyōhei* (富国強兵): “Enriqueça a nação e fortaleça os exércitos”. Nota-se que a menção dos europeus se tornou um tema de discussão. Segundo a perspectiva japonesa, porém, não havia mais relação entre as nações ocidentais e o governo japonês — o que consta na narrativa são as dinâmicas políticas internas da gestão nipônica. Dessa forma, a análise de Satow e de Murray se dão numa abordagem na qual as atividades europeias dentro das províncias portuárias japonesas não são mencionadas ou relatadas.

A descrição a respeito da presença ocidental no Japão, nesse recorte, é apenas apresentada quando há episódios envolvendo as atividades da oposição do ‘partido’ *Jōi*, destacando as medidas violentas contra políticos japoneses denominados ‘ocidentalistas’ e conspirando contra a vida de embaixadores estrangeiros europeus. Um exemplo disso seria a menção do atentado de Gotenyama, em 1863, em que uma das embaixadas inglesas foi queimada por membros radicais da facção *Jōi*:

The government of the shogun had long been convinced that it was necessary to make the best of the presence of foreigners in the country and that it was vain to make further exertions for their expulsion. But a vast number of the feudal retainers of the daimyos were still bitterly hostile, and took frequent occasion to commit outrages, for which the government was held responsible. Besides the cases which have been already mentioned, a new location which the British government had built in Gotenyama, a site which the Japanese government had set apart in Yedo for foreign locations was burned to the ground in 1863.²⁰²

Nessa passagem, encontramos uma narrativa da atuação do movimento *Jōi* e vemos os ingleses como vítimas de uma facção política nipônica que não aceita a presença estrangeira no Japão. Ou seja, nota-se o estabelecimento de um cenário pelo autor, de que

²⁰¹ MURRAY, David. *The Story of Japan*. London: T. Fischer. Unwin, 1889. pg. 351.

³² Ibid. pg. 352.

o governo japonês, nessa problemática, não apresenta uma postura de estabilidade e força para conter ou evitar as atitudes e ataques de facções extremistas como a *Sonno Joi* para garantir a segurança de estrangeiros. Desse modo, existe uma descrição de cunho diplomático entre o governo japonês e as nações europeias. No entanto, essa relação possui o caráter de prestação de contas do Japão pelo conflito interno e, ao mesmo tempo, de resposta às cobranças das nações europeias, via o pagamento de indenizações pelos danos que movimentos como o *Sonno Joi* causaram, sobretudo nos atentados com morte de funcionários públicos europeus e nas tentativas de ataque aos consulados ocidentais.

Em razão disso, na obra *The Story of Japan*, Murray descreve a forma como os movimentos de natureza *Sonno Joi* são operados, explicando que samurais da província de Mito, por exemplo, abdicariam de suas funções e seus status, tornando-se *ronins* (浪人), servos sem um senhor para quem prestar serviço, em função de exercerem atentados contra a vida dos embaixadores europeus ou simpatizantes japoneses que eram a favor da aproximação Japão-Occidente.

Com isso, quando, em 1860, houve os assassinatos de estadistas japoneses como Ii Kamon, de Okubo Toshimichi, em 1878, e de Mori Arinori, em 1889, David Murray lamentou as suas mortes, alegando que a postura de movimentos tradicionalistas japoneses são elementos que atrapalham o processo de modernização no Japão — empecilhos que retardam a civilização japonesa de progredir:

It would seem that no great advance can be secured in Japan without the sacrifice of a valuable life. As Ii Kamon-no-kami was murdered in 1860, and as Okubo fell by the assassin's hand at the close of the Satsuma rebellion, so now on the very day when the emperor was to promulgate this liberal constitution, Viscount Mori Arinori fell a victim to the fanatical hatred of one who looked with distrust upon the progress which his country was making.²⁰³

Tanto Okubo quanto Mori tinham perspectivas liberais que aspiravam à introdução de conceitos democráticos na constituição japonesa, com o propósito de divulgar noções de cidadania, tais como os direitos e deveres para com o Estado. Mori, por exemplo, havia proposto projetos educacionais que incluíam a implementação da escrita em japonês a partir do alfabeto latino, além de propor que a língua inglesa fosse

²⁰³ MURRAY, David. *The Story of Japan*. London: T. Fischer. Unwin, 1889. pg. 396.

um dos principais idiomas a serem adotados no Japão. Além disso, Mori instituiu o ensino básico, estabelecendo escolas de nível primário e intermediário. Essas instituições educacionais estariam voltadas para o ensino de assuntos que conteriam elementos da cultura ocidental.

Desse modo, tanto a história diplomática entre Japão e Ocidente, de Satow, que comenta da reabertura do Japão desde o final da Era Tokugawa ao início da Era Meiji, como o *Story of Japan*, de David Murray, focam mais nas políticas internas do governo japonês. Ou seja, os temas que envolvem decisões ou comportamentos políticos europeus no Japão passam a ser mencionados de maneira pontual, de modo que, como vimos no decorrer da leitura dos documentos de Murray e Satow, na temática política, há um distanciamento entre o tratamento dado aos japoneses e aos ocidentais. Notamos que a referência utilizada para mencionar os europeus e norte-americanos é “bárbaros”, o que demonstra a insatisfação dos integrantes da gestão Tokugawa e Meiji em receber e atender diplomaticamente os termos desses estrangeiros, porém, não encontramos dados que descrevem materialmente a causa dessa insatisfação ou do processo que desencadeou o posicionamento antiestrangeiro nos documentos de Satow e Murray.

Existem menções e descrições detalhadas da atividade de estrangeiros que possibilitaram o estabelecimento de diálogo para a abertura dos portos japoneses, por exemplo, Comodoro Matthew Perry, ou o diplomata inglês Henry Parkes (1828-1885), que reconheceu o governo Meiji como um governo legítimo. Porém, essas menções tiveram como papel complementar as atividades reformistas de Okubo Toshimichi. Mori Arinori, Kido Takayoshi, estadistas nipônicos que procuravam estabelecer um Japão moderno que, por sua vez, foram mencionados na obra de David Murray, não foram mencionados em Parkes, ou seja, suas trajetórias de proposição de uma constituição de modelo liberal no Japão não foram evidenciadas.

Nesse sentido, se tomarmos os trabalhos de Basil Hall Chamberlain, Ernest Satow, George Aston, John Batchelor e David Murray, todos membros da *Asiatic Society of Japan*, podemos certamente alegar que seus estudos são de coleta de dados a respeito do Japão, que abarca desde suas características físico-naturais até temáticas políticas. No entanto, quando se trata das menções que envolvem circunstâncias internacionais sobre o governo britânico com a gestão japonesa, notamos uma imparcialidade dos autores, de modo que suas descrições passam a se concentrar restritamente à política interna japonesa,

em que os europeus são generalizados como sendo “bárbaros”. Por outro lado, ocultam ou deixam de descrever os trâmites dos tratados comerciais assinados pelas nações ocidentais com o governo japonês, ou da razão de os consulados estrangeiros nos portos japoneses serem vistos como uma afronta para as partes japonesas que abraçaram um posicionamento conservador e antiestrangeiro.

Olhando para esse aspecto, podemos interpretar os estudos e a narrativa que a ASJ produziu durante o final do século XIX, partindo da década de 1870, tiveram um caráter imperialista no sentido de difundir a influência institucional britânica no Japão, que não teria apenas a função de coletar dados a respeito da sociedade japonesa, mas também de construir uma narrativa que estreitasse as relações do império britânico com o japonês. Essa abordagem segue no sentido de a coroa inglesa auxiliar o Japão a se tornar uma nação moderna, desconsiderando as posses das cidades portuárias japonesas às quais a coroa inglesa teve controle durante as décadas de 1870 até 1890. Além disso, também notamos nos trabalhos de Chamberlain, Gubbins e Murray a tentativa de ressignificar a história do Japão dentro da perspectiva histórica europeia, incluindo conceitos como “período medieval” e dividindo o tempo cronologicamente com o estabelecimento de divisores como “antes de Cristo e depois de Cristo” para organizar os eventos históricos tidos no Japão. Desse modo, o que percebemos sobre a história do Japão na junção dos trabalhos da ASJ, compilados por David Murray, é a compartimentação de acontecimentos, em que se tem a classificação dos relatos japoneses como se cada um deles pertencessem ao recorte do período da “Antiguidade”, da “Idade Média” ou da “Idade Moderna”.

Assim, toda característica que escapava da classificação histórica ou aparentava uma complexidade que exigiria um filtro e uma análise cultural, a ASJ particularizava, em seus estudos, em setores de linguística, antropologia, geografia, removendo-a da narrativa histórica. Com isso, vemos que o foco da ASJ era descrever e analisar temas relacionados ao Japão, porém, seu tratamento gerava uma barreira de interação entre a cultura japonesa e o indivíduo que a analisava. Essa separação, por sua vez, gerava um processo de tradução técnico pelo coletor de dados que transformava o Japão em uma categoria, uma classificação, inserindo a cultura japonesa numa lógica orientalista, isto é, enquadrada em mais uma civilização não ocidental que foi “traduzida” ou “compreendida” pela ciência europeia.

Considerações Finais

Por fim, o estabelecimento da constituição japonesa em 1890 teve grande divulgação internacional, pois o foco era buscar o reconhecimento de que o Japão era uma nação moderna pelas nações europeias, com capacidade de exercer sua soberania via meios administrativos “modernos” empregados em moldes europeus. A realização dessa reforma também previa a abolição dos Tratados Desiguais e a aplicação do princípio de extraterritorialidade, efetivados, no Japão, em grande parte pelo império britânico, bem como a devolução gradual da administração dos portos japoneses à gestão Meiji.

No que se refere aos Tratados Desiguais, posteriormente, em 1902, os governos japonês e britânico assinaram o primeiro acordo diplomático de reconhecimento mútuo, a Aliança Anglo-japonesa, que previa a assistência mútua em relação à garantia de suprimentos e segurança nas regiões marítimas do Pacífico. No entanto, em 1910, houve a exibição de amostras da cultura japonesa em Londres como forma de compartilhar elementos culturais, além de demonstrar o sucesso japonês no processo de elaboração de uma constituição nacional aos moldes ocidentais. Nesse evento, em Londres, foi realizada uma exibição das culturas asiáticas, que foram categorizadas como um grupo homogêneo e exótico:

[...] The exhibition was intended to demonstrate Japan's successful modernization and to transform the Anglo-Japanese Alliance from an alliance of governments into a broad alliances of peoples. However, like many Edwardian exhibitions the White City event also aimed to attract and entertain the public by presenting exotic 'villages'. At the White City there were Aino, Taiwanese and Japanese 'villages', as well as demonstrations of Sumo and Japanese musicianship. These unusual attractions probably did most to draw eight million visitors, though informed observers paid most attention to the outstanding displays of Japanese fine arts and design²⁰⁴.

Não podemos afirmar que essa exposição foi elaborada segundo o auxílio dos trabalhos e estudos desenvolvidos pela ASJ, mas podemos observar a manifestação do “exótico” como uma beleza ou um entretenimento de uma cultura desconhecida sendo

²⁰⁴ DANIELS, Gordon. **Elites, Governments and Citizens: some British perceptions of Japan 1850-2000**. In: GORDON Daniels; TSUZUKI Chuishichi. **The History of Anglo-Japanese Relations 1600-2000: social and cultural perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. pg. 10.

exposta como se fosse mais uma cultura descoberta ou desbravada. Vimos parte dessas operações de transformar o “Japão” em um objeto, seja nas artes, seja na técnica ou seja na cultura, quando discutimos, no primeiro capítulo, a respeito das imagens e impressões sobre o Japão, o que acaba não apenas projetando um novo conceito do que é o “Japão” — se bem que o próprio termo já indica uma projeção que os japoneses não utilizam para se identificar no século XIX até mesmo no XX —, mas o transforma num objeto utilitário.

Ainda sobre a exposição de 1910, em Londres, nota-se um problema já apresentado por Mary Louis Pratt em *Imperial Eyes*, quando é mencionada a forma de tratamento de culturas não europeias. A exposição do “exótico”, no sentido de uma “cultura diferente”, como se fosse algo que não fizesse parte da civilização ou da ordem do comum. Aqui vemos, portanto, um exemplo de como a figura do *outro* é representada, no caso, a cultura dos povos localizados no extremo leste asiático. A impressão que se passa é que as vilas caracterizadas como japonesas, taiwanesas e aino são classificadas como se compartilhassem costumes e hábitos semelhantes ou idênticos entre si. Ponto que generaliza e desconsidera as particularidades e o contexto de cada cultura apresentada. Outro aspecto, segundo a menção, é a exposição das “vilas” como se elas tivessem importado o ambiente e o contexto dessas comunidades. Isso faria com que as exposições se tornassem atemporais, mas, ao mesmo tempo, possibilita o exercício de imaginação dos espectadores, de modo que cria impressões a respeito das “vilas” expostas em Londres.

É nesse quesito que a figura do “exótico” permite ser endossada. Porém, a introdução das artes como a pintura e o design, no caso, fez com que fosse introduzida uma nova noção de beleza a qual os espectadores londrinos não estariam habituados. Dessa forma, o exótico também produzia, além de sensações ou impressões de estranheza, a de perplexidade quando se tratava de obras de arte. Essa experiência e forma de captar o exótico, também foi discutida no nosso primeiro capítulo, a respeito das literaturas de viagens de Lafcadio Hearn, Pierre Loti e Whistler, que procuraram apreender suas experiências que tiveram sobre o Japão e tentar repassar a paisagem do país para o público anglófono.

Nesse sentido, a exibição em Londres das vilas japonesas, assim como de suas artes e costumes, contribuem para a construção, pelos espectadores, de uma impressão do “Japão” como uma paisagem com uma civilização estranha. Assim, há uma apreciação do “exótico”, mas ao mesmo tempo do “luxuoso” e “fino”, como vimos nas reflexões de

Giorgio Sica, quando discutimos sobre o movimento japonista na Europa, no final da primeira metade do século XIX.

Considerando a maneira como os espectadores interagiram com as amostras culturais das comunidades asiáticas, vemos, então, uma construção da impressão de *Oriente* pelo povo inglês que assistiu à exibição de White City em Londres. O processo disso, apesar de se tratar da experiência do olhar dos espectadores, também se dá na forma como o evento expôs as “vilas japonesas”, assim como seus esportes e costumes. Nessa perspectiva, seguimos à luz do instrumento etnográfico apresentado por Pratt a respeito de como a linguagem é empregada e divulgada, como uma narrativa verdadeira, em exposições de culturas não europeias. Aliás, não apenas em exposições, mas também em produções textuais e artísticas do japonismo ou até mesmo em obras acadêmicas que tinham como finalidade realizar estudos de campo:

The initial ethnographic gesture is the one that homogenizes the people to be subjected, that is, produced as subjects, into a collective *they*, which distils down even further into an iconic *he* (= the standard adult male specimen). This abstracted *he /they* is the subject of verbs in a timeless present tense. These characterize anything “he” is or does not as a particular event in time, but as an instance of a pre-given custom or trait (as a particular plant is an instance of its genus and species). Particular encounters between people get textualized, then, as enumerations of such traits.²⁰⁵

O aspecto do emprego do coletivo *eles*, problematizado por Pratt, nos permite compreender que o termo possui um poder de classificação, assim como apresenta um caráter de generalização. Isto é, uma vez posto o termo “*isso é uma vila japonesa*” ou “*eles vivem assim*”, há uma atribuição de definição que anula qualquer contexto espacial ou cultural do objeto adjetivado. Nesse sentido, esses termos mencionados tomam as características antes citadas ou exibidas em exposições e relatos de jornadas por exploradores, que contribuem para a formação da imagem do exótico. Esse tipo de tratamento é presente nos trabalhos da ASJ, ressaltando o de David Murray, Basil Chamberlain, Batchelor, quando há a descrição de um costume, uma crença, uma língua — que seriam caracterizados como questões particulares dos japoneses. Vimos, no segundo capítulo, no que se refere à estrutura da obra *The Story of Japan*, que houve o

²⁰⁵ PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes: travelling, writing and transculturation**. London: Routledge, 2003. pg. 64.

processo de definição de espaço, tempo e da história japonesa segundo o critério ocidental, o que acaba dissociando a “história japonesa” do próprio japonês.

Assim, as descrições das narrativas de viagem, as impressões acadêmicas, no caso da ASJ, com seus aparatos técnicos de rótulo, capturam os costumes e hábitos de uma cultura e os transformam em “espécimes coletados”, como se fossem objetos de “descoberta”. Essa prática realiza a moldagem de uma “comunidade” ou “um grupo étnico” produzida por impressões e também por relatos de descrição de sociedades não europeias. Isso se dá na construção de uma narrativa histórico-social do *outro*, que consiste na produção de relatórios de viagem, notas científicas sobre aspectos naturais e sociais, em que é aplicada uma linguagem descritiva e narrativa da história de uma comunidade e seus costumes, que são considerados “desconhecidos”, “diversos” e que fogem dos padrões da sociedade moderna.

A ASJ, por exemplo, durante o intervalo de 1870-1882, desenvolveu cerca de 146 artigos a respeito do Japão, nos quais constam inúmeras temáticas que vão desde estudos sobre botânica até antropologia. Os excertos que vimos ao longo do nosso segundo e terceiro capítulo, os quais tiramos das referências mencionadas do *The Story of Japan*, de David Murray, mostram pequenos vislumbres do perfil de estudo da ASJ.

Notamos que houve a tentativa e a aplicação de formas de classificação da sociedade japonesa, aino, em critérios sociológicos. Da mesma forma, nos trabalhos de Chamberlain e Murray, há uma análise material a respeito da ordem cronológica japonesa, tentando separar as narrativas consideradas como míticas, com o objetivo de fazer uma leitura “histórica” da sucessão dos imperadores japoneses.

Tendo esses pontos em vista, a expressão “Japão”, por David Murray em *The Story of Japan*, segue a uma proposta de narrativa em que o país seria uma perspectiva ocidental de “Nihon”. Essa troca de termos não apenas é uma questão de imprimir e atribuir o nome de *outro* ao estrangeiro, via coleta de informações, seja por meio de relatos de viagem, seja por meio de fontes históricas, mas também de inserir os acontecimentos históricos de uma comunidade, assim como a sua cultura, num modelo de história que não é própria dela. Leva-se em consideração que esse tipo de problemática cai não especificamente em David Murray, mas nas referências dos trabalhos dos membros da ASJ.

Ao analisarmos esse movimento no campo discursivo, vemos a produção de uma leitura sobre o “Nihon”, por meio da construção de um “Japão” — fruto de coleta de

informações e estudos de campo. Nesse sentido, a abordagem de estudo da ASJ tem como característica orientalista a reunião dados sobre o Nihon, com o objetivo de complementar a formulação do conceito de “Oriente”, isto é, de classificar as culturas não europeias asiáticas. Podemos entender esse processo de categorização das culturas como uma forma de padronização do conhecimento e de discernimento de diferentes culturas à luz da ciência ocidental como um parâmetro ideal para explicar as organizações sociais humanas. A respeito disso, Michel Foucault traz uma observação da questão da linguagem como recurso de poder de classificação, de categorização de objetos, culturas, sociedades e até mesmo geração de sistemas e ordens, como forma de “separação” e “objetificação”, na sua obra, *As Palavras e as Coisas*, de 1966:

Assim disposta e entendida, a história natural tem por condição adequada possibilidade o pertencer comum das coisas e da linguagem à representação; mas só existe como tarefa, na medida em que coisas e linguagem se acham separadas. Deverá, pois, reduzir essa distância, para conduzir a linguagem o mais próximo possível do olhar e, as coisas olhadas, o mais próximo possível das palavras.²⁰⁶

[...]. Com efeito, ela remete todo o campo do visível a um sistema de variáveis, cujos valores podem todos ser assinalados, se não por uma quantidade, ao menos por uma descrição perfeitamente clara e sempre finita. Pode-se, por conseguinte, estabelecer entre os seres naturais o sistema das identidades e a ordem das diferenças.²⁰⁷

A análise de Foucault demonstra como a “história natural”, os fenômenos da natureza, o ciclo biológico, as plantas e os animais, ao serem abordados por uma perspectiva analítica, passam por um processo de tradução linguística, isto é, eles são descritos, definidos e postos em diferentes categorias. Porém, o ponto crítico é quando, no decorrer desse processo, há a separação do “objeto analisado” de seu contexto. Essa questão também é presente nos estudos da ASJ, pois notamos as tentativas de descrever o “Japão” segundo suas conceituações de cultura, história, geografia e ciência. Nessa operação, há a dissociação do entendimento de como a cultura nipônica interpreta o espaço que se compreende como “Nihon”, com a forma como os membros da ASJ explicariam o que seria o Japão e a sua cultura. O que ocorreu é que a cultura japonesa passou a ser um “objeto de estudo” que teve que passar por sessões de isolamento e classificação para análise.

²⁰⁶ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. pg. 181.

²⁰⁷ Ibid. pg. 187.

Desse modo, a forma como os membros da ASJ e David Murray elaboraram e atenderam às narrativas a respeito do Japão podem ser pensadas e refletidas por meio das considerações de Homi Bhabha. Ele discute a fronteira como um espaço onde se tem o procedimento de distinção e de comparação de culturas. Essa atividade, por ser realizada de maneira desigual e taxativa, em que se tem a sobreposição de uma perspectiva cultural em relação à outra, em que um discurso passa a reger sobre o outro:

A diversidade cultural é um objeto epistemológico – a cultura como objeto do conhecimento empírico – enquanto a diferença cultural é o processo de *enunciação* da cultura como “*conhecível*”, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural. Se a diversidade é uma categoria ética, estética ou etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações *da* cultura ou *sobre* a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade.²⁰⁸

A discussão que Homi Bhabha desenvolve demonstra o processo de leitura de uma cultura em relação à outra. Nesse sentido, o autor faz uma distinção entre a diversidade cultural e a diferença cultural. A primeira concepção é de ordem empírica, em que se tem uma interação comparativa de culturas nas categorias da ética e estética, de modo que essa atividade seja experimental e as fronteiras dessas culturas sejam entrecruzadas. Enquanto a segunda trata da definição de uma comunidade e seus costumes por meio de um discurso ou de uma linguagem que é totalmente estranha a ela. Em outras palavras, seria um exercício de atribuição de adjetivos e afirmações a uma cultura, de modo que ela seja um “objeto” a ser estudado, desprendido de seu próprio contexto e alinhado a uma narrativa estranha a ela.

Com isso, se pensarmos a ASJ como uma instituição orientalista, que tem como propósito reunir dados e informações para definir e caracterizar culturas asiáticas, chegaríamos à conclusão de que as suas descrições e narrativas que remetem às culturas asiáticas são materiais de consolidação e complementação do conceito de “Oriente”, uma leitura de Ásia conforme a perspectiva ocidental. Nota-se que esse tipo de imagem criada, no caso o “Japão” em relação ao “Nihon”, estabelece uma barreira no discernimento do que consiste a cultura e a história nipônica, em que se têm duas vias de compreensão: a primeira é a análise ocidental e a segunda o olhar “nativo” tradicional japonês. Essa problemática não só fomentou e esteve presente no século XIX com os japonismos,

²⁰⁸ BHABHA, Homi, K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2013. p. 69.

literaturas de viagens e ensaios de intelectuais de suas impressões a respeito da “Terra do Sol Nascente”, mas suas impressões e narrativas serviram como base para definir o “Japão” nos séculos seguintes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

BATCHELOR, Rev. J. Notes on the Ainu. *In: Transactions of Asiatic Society of Japan*. Vol. X. Yokohama, 1882.

BAUDERLAIRE, Charles. O Pintor da Vida Moderna. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHAMBERLAIN, Basil Hall. *Record of Ancient Matters*. *In: Transactions of Asiatic Society of Japan*. Vol. X. Yokohama, 1882.

CHAMBERLAIN, Isaac William. **In Memoriam David Murray, PH.F, LL.D:** Superintendent of educational affairs in the empire of Japan, and adviser to the Japanese imperial minister of education 1873-1879. 1915. New York: Wentworth Press, 2016.

GUBBINS, John Harrington. The Feudal System in Japan under the Tokugawa Shoguns. *In: Transactions of Asiatic Society of Japan*. Vol. X. Yokohama, 1887.

GUIZOT, François. **The History of Civilization from the fall of the Roman Empire to the French Revolution**. New York: D. Appleton and company, 1874.

HEARN, Lafcadio. **Glympsyes of an Unfamiliar Japan**. 1894. North Clarendon: Tuttle Publishing, 1989.

HEARN, Lafcadio. **Kokoro**: Hints and Echoes of Japanese Inner Life. 1895. Los Angeles: Blackmask, 2003.

JAPAN, Asiatic Society of. **List of transactions, constitution by-laws**. Tokyo, 1903.

LIMA, Manoel de Oliveira. **No Japão**: impressões da terra e da gente. Rio de Janeiro: Laemmert & C, 1903.

MURRAY, David. **The Story of Japan**. New York/London: T. Fischer Unwin; G. P Putnam's Sons, 1892.

OKAKURA, Kakuzo. **Ideals of the East**: with the special reference to the art of Japan. 1903. New York: E. P Dutton, 1920.

POLO, Marco. **The Travels**. Londres: Penguin 2015.

SATOW, Ernest. M. **Kinse Shiriaku**: A History of Japan from the First visit of Commodore Perry In 1854 to the capture of Hakodate by the Mikado's forces in 1869. Yokohama: Japan Mail Office, 1872.

WILDE, Oscar. The Complete Works of Oscar Wilde, vol. 1. *In: FONG, B. & BECKSON. K. (orgs). Poems and Poems in Prose*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

YUKICHI, Fukuzawa., **An outline of a theory of civilization**. 1875. Tokyo: Columbia University Press, 2008.

Referências

ADAMS, Percy em G. **Travel Literature and the evolution of the novel**. Kentucky: Kentucky University Press, 2015.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London/New York: Verso, 2006.

AUBERT, Eduardo Henrik. Uma sociedade fragmentada e fundamentalmente uma: la société féodale e a sociedade feudal. **Tempo**, Niterói, vol. 14, n. 27, 2009.

BALAKRISHNAN, Gopal; ANDERSON, Benedict (orgs). **Mapping the nation**. London/New York: Verso, 1996.

BELLAH, Robert N. **Imagining Japan**: the Japanese tradition and its modern interpretation. Los Angeles/London: University of California Press, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Illuminations**. London: Cape, 1970.

BHABHA, Homi, K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOXER, Charles Ralph. **Fidalgos no Extremo Oriente**. 1550-1770: Factos e Lendas de Macau antigo. Macau: Fundação Oriente, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

COSTA, João Paulo Oliveira e. **O Japão visto pelos portugueses**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.

CULLEN, L. M. **A History of Japan 1582-1941**: Internal and External Worlds. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DANIELS, Gordon. Elites, Governments and Citizens: some British perceptions of Japan 1850-2000. In: GORDON Daniels; TSUZUKI Chuishichi. **The History of Anglo-Japanese Relations 1600-2000**: social and cultural perspectives. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DE BARY; Wm, Theodore; KEENE, Donald; TSUNODA Ryusaku. **Source of Japanese Tradition**. New York: Columbia University Press, 2001.

DOWNER, Lesley. **Madame Sadayakko**: The Gueixa who Bewithced the West. New York: Gotham, 2004.

DUARTE, Danilo Freire. Uma breve história do ópio e dos opióides. **Revista Brasileira Anestesiol**, Florianopolis, v. 55, n. 1, p. 135-146, 2005.

EARL, David. **Emperor and Nation in Japan**: Political Thinkers of the Tokugawa Period. Washington: Greenwood Press, 1964.

EHALT, Romulo da Silva. Notas sobre o nascimento da historiografia moderna no Japão. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 12, agosto de 2013.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção de Brasil**. Campinas/São Paulo: Autores Associados/EDUC, 2004.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

GORDON, Andrew. **A Modern History of Japan: From Tokugawa Times to the Present**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GORDON Daniels; TSUZUKI Chushichi. **The History of Anglo-Japanese Relations 1600-2000**: social and cultural perspectives. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

JANEIRA, Armando Martins. **O impacto português sobre a civilização japonesa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.

KATO, Shuichi. **Tempo e Espaço na cultura japonesa**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

KIBATA, Yoichi; NISH, Ian. **The History of Anglo Japanese Relations Volume 1**: the political diplomatical dimensions 1600-1900. New York: Macmillan Press, 2000.

KUNIYOSHI, Celina. **Imagens do Japão**: uma utopia de viajantes. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

LEÃO, Jorge Henrique Cardoso. Os jesuítas e a participação dos auxiliares japoneses na missão nipônica (1549-1614). **Revista Angelus Novus**, São Paulo, v.4, n. 6, p. 57-64.

LEHMANN, Jean-Pierre. **The Roots of Modern Japan**. London: Macmillan Education, 1982.

LIMA, I. B. Reflexões sobre a contemporaneidade cultural do Japão e seu legado: clusters etnoculturais, aculturação e japonicidade. In: SAITO, N. I. C. *et al.* (Orgs).

Japonicidades: Estudos sobre Sociedade e Cultura Japonesa no Brasil Central. Editora CRV: Curitiba, 2012.

LITVAK, Lily. **El sendero del tigre:** exotismo en la literatura española de finales del siglo XIX (1880-1913). Madri: Taurus, 1986.

MACFARLANE, Alan. **Fukuzawa Yukichi and the making of the modern world.** Scots Valley: Create Space Independent, 2013.

MARUYAMA, Masao. **Studies in the intellectual history of Tokugawa Japan.** Princeton: Princeton University Press, 1974.

MINER, Earl. **The Japanese Tradition in British and American Literature.** Princeton: Princeton University Press, 1958.

MISHIMA, Kenichi, Japan Locked in the Discourse of National Uniqueness? **International Politics and Society**, vol. I, 2000.

MONAGHAN, Patricia. **Encyclopaedia of the Celtic Mythology and Folklore.** New York: Facts on File, 2008.

NISHI, Ian; KIBATA, Yoichi. **The History of Anglo-Japanese Relations 1600-2000.** [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2000.

NISHI, Ian; KIBATA, Yoichi. **The Iwakura Mission to America and Europe: A New Assessment.** Richmond, Surrey: Japan Library, 1998.
NOZAKI, Kiyoshi. **Kitsune - Japan's Fox of Mystery, Romance and Humor.** Tokyo: The Hokuseido Press, 1961.

ODA, Ernani. Interpretações da “Cultura Japonesa” e seus reflexos no Brasil. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26. nº 75, fevereiro de 2011.

ONO, Setsuko. **Western Image of Japan.** Genebra: Imprimerie du Courrier, 1972.

ORTIZ, Renato. **O próximo e distante:** Japão e modernidade. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PELLICIA, Carlo. Notas sobre a influência da cultura portuguesa no Japão (séculos XVII-XVIII): o legado dos missionários europeus. **Antíteses**, v. 10, n. 20, p.631-655, 2017.

PIMENTA, Pedro Augusto. **Jesuítas no Japão:** os discursos sobre os percalços da cristianização. 2013. 156 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PIRES, Ricardo Sorgon. **O Nihonjiron e o mito do excepcionalismo japonês (1950-1980).** ICSJ dos Campos, 2017.

PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes**: travelling, writing and transculturation. London: Routledge, 2003.

RACEL, N. Masako. **Finding their place in the world**: Meiji intellectuals and the Japanese construction of an East-West binary, 1868-1912. Atlanta: Georgia State University, 2011.

RANKE, Leopold von. **The Theory and Practice of History 1854**: Edited with an introduction by Georg G. Iggers. London and New York: Routledge, 2011.

REICHERT, Emmanuel Henrich. **O imperialismo legal e seus limites**: um estudo da extraterritorialidade americana no Japão (1858-1899). Florianópolis: XXVII Simpósio Nacional de História lugares dos historiadores – velhos e novos desafios, p. 1-11, 2015.

ROBERTS, John A. G. **History of China**. Londres: Palgrave Macmillan, 2006.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Cartografia e relações de poder nas relações internacionais.

Revista Diálogos Internacionais, Rio de Janeiro, vol. 6. nº 56, abril de 2019.

Disponível em: <http://www.dialogosinternacionais.com.br/2019/04/cartografia-e-projecoes-de-poder-nas.html>.

SÁ, Michelle Eduarda Brasil. **Jesuítas no Japão**: conflitos religiosos e a política de sakoku. **Revista Litteris**, Manaus, v. 2, n. 14, p. 252-265, 2014.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como a invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAKAI, Naoki. **Translation and Subjectivity**: On “Japan” and Culture of Nationalism. Minnesota: University of Minnesota Press, 1997.

SHIMAHARA, Nobuo. **Adaptation and Education in Japan**. [S.l.]: Praeger Publishers, 1979

SICA, Giorgio. **O vazio e a beleza**: de Van Gogh a Rilke: como o Ocidente encontrou o Japão. Campinas: Unicamp, 2017.

SIMMONDS, Stuart, SIMON Digby. **The Royal Asiatic Society**: its history and treasures: In commemoration of the sesquicentenary year of the foundation of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland. Edited by Stuart Simmonds and Simon Digby. pp. [vii], 174, front., 27 pl. Leiden and London, E. J. Brill for the Royal Asiatic Society, 1979. £16. Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain & Ireland, 115(1), 85-86.

TAKASHINA, Shuji. Problemas do Japonismo. In: **O Japonismo**. Paris: Edições da reunião dos Museus Nacionais, 1988.

TANAKA, Stefan. **Japan's Orient**: rendering pasts into History. Los Angeles: University of California Press, 1995.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história. *In: As particularidades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

TSUZUKI, Chushichi. The changing image of Britain among Japanese Intellectuals. *In: GORDON Daniels; TSUZUKI Chuishichi. The History of Anglo-Japanese Relations 1600-2000: social and cultural perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

TWITCHETT, Denis Crispin; LOEWE, Michael; FAIRBANK, John King. **The Cambridge History of China: The Ch'in and Han Empires, 221 BC-AD 220**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

WATANABE, Paulo Daniel. **Segurança e política externa do Japão no pós-Segunda Guerra Mundial**. 2012. 172 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

WATANABE, Toshio. Preface. *In: Japan and Britain: An aesthetic dialogue 1850-1930*. Londres: Lund Humphries, Barbican Art Gallery; Setagawa Art Museum, 1991.

YAMASHIRO, José. **Pequena História do Japão**. São Paulo: Herder, 1964.

Links consultados

AMERICAN Oriental Society About. **American Oriental Society**, 2022. Disponível em: <https://www.americanorientalsociety.org/about/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

DEUTSCHE Morgenlandische Gesellschaft About. **Deutsche Morgenlandische Gesellschaft**, 2022. Disponível em: https://www.dmg-web.de/page/home_en. Acesso em: 13 dez. 2021.

JEWETT'S Argument in *The Story of the Normans*. **The Sarah Orne Text Project**, 2018. Disponível em: <http://www.public.coe.edu/~theller/soj/nor/nor-argument.html>. Acesso em: 23 nov. 2021.

NINETEENTH-CENTURY serials edition. NCSE, 2021. Disponível em: <https://ncse.ac.uk/headnotes/tec.html>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SARAH Orne Jewett: American Writer. **Encyclopedia Britannica**, 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Sarah-Orne-Jewett>. Acesso em: 23 nov. 2021.

THE Story of Nations. **Publishing History**, 2005. Disponível em: <https://www.publishinghistory.com/the-story-of-the-nations-t-fisher-unwin.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

THE Asiatic Society of Japan Who we are. **The Asiatic Society of Japan**. Disponível em: <https://www.asjapan.org/about.html>. Acesso em: 30 nov. 2021.